

Fabiola Ribeiro Farias

**A LEITURA E A BIBLIOTECA PÚBLICA COMPREENDIDAS PELO SISTEMA
NACIONAL DE BIBLIOTECAS PÚBLICAS: UMA ANÁLISE CRÍTICA**

Belo Horizonte

Escola de Ciência da Informação da UFMG

2013

Fabiola Ribeiro Farias

A LEITURA E A BIBLIOTECA PÚBLICA COMPREENDIDAS PELO SISTEMA NACIONAL DE BIBLIOTECAS PÚBLICAS: uma análise crítica

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação da Escola de Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Ciência da Informação.

Linha de pesquisa: Informação, Cultura e Sociedade

Orientadora: Prof^a Dr^a Maria da Conceição Carvalho

Belo Horizonte

Escola de Ciência da Informação da UFMG

2013

Farias, Fabíola Ribeiro
F224 A leitura e a biblioteca pública compreendidas pelo Sistema
Nacional de Bibliotecas Públicas: uma análise crítica [manuscrito]
/ Fabíola Ribeiro Farias. - 2013.
113f.

Orientadora: Maria da Conceição Carvalho

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Minas
Gerais, Escola de Ciência da Informação.

1. Bibliotecas Públicas – Brasil – Teses 2. Políticas Públicas –
Brasil – Teses 3. Leitura – Teses I. Carvalho, Maria da Conceição
II. Universidade Federal de Minas Gerais. Escola de Ciência da
Informação. III. Título

CDD : 027.4



UFMG

Universidade Federal de Minas Gerais
Escola de Ciência da Informação
Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação

FOLHA DE APROVAÇÃO

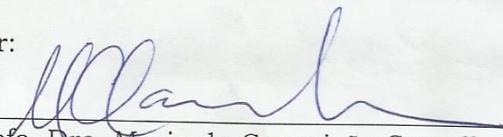
"A LEITURA E A BIBLIOTECA PÚBLICA COMPREENDIDAS PELO SISTEMA NACIONAL DE BIBLIOTECAS PÚBLICAS: UMA ANÁLISE CRÍTICA "

Fabiola Ribeiro Farias

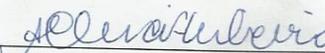
Dissertação submetida à Banca Examinadora, designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais, como parte dos requisitos à obtenção do título de "**Mestre em Ciência da Informação**", Linha de Pesquisa: "**Informação, Cultura e Sociedade - ICS**".

Dissertação aprovada em: 10 de maio de 2013.

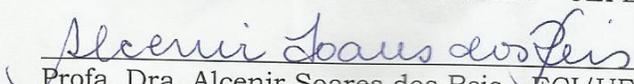
Por:



Profa. Dra. Maria da Conceição Carvalho - ECI/UFMG (Orientadora)

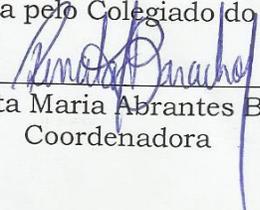


Profa. Dra. Ana Elisa Ferreira Ribeiro - CEFET



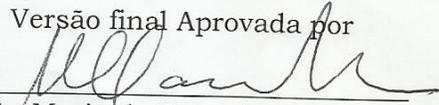
Profa. Dra. Alcenir Soares dos Reis - ECI/UFMG

Aprovada pelo Colegiado do PPGCI



Profa. Renata Maria Abrantes Baracho Porto
Coordenadora

Versão final Aprovada por



Profa. Maria da Conceição Carvalho
Orientadora



UFMG

Universidade Federal de Minas Gerais
Escola de Ciência da Informação
Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação

ATA DA DEFESA DE DISSERTAÇÃO DE **FABIÓLA RIBEIRO FARIAS**, matrícula:
2011710450

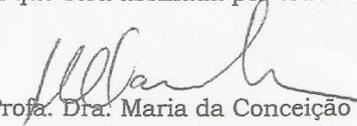
Às 14:00 horas do dia 10 de maio de 2013, reuniu-se na Escola de Ciência da Informação da UFMG a Comissão Examinadora aprovada *ad referendum* pela Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação em 11/04/2013, para julgar, em exame final, o trabalho intitulado ***A leitura e a biblioteca pública compreendidas pelo Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas: uma análise crítica***, requisito final para obtenção do Grau de MESTRE em CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, área de concentração: Produção, Organização e Utilização da Informação, Linha de Pesquisa: Informação, Cultura e Sociedade. Abrindo a sessão, a Presidente da Comissão, Profa. Dra. Maria da Conceição Carvalho, após dar conhecimento aos presentes do teor das Normas Regulamentares do Trabalho Final, passou a palavra à candidata para apresentação de seu trabalho. Seguiu-se a arguição pelos examinadores com a respectiva defesa da candidata. Logo após, a Comissão se reuniu sem a presença da candidata e do público, para julgamento e expedição do resultado final. Foram atribuídas as seguintes indicações:

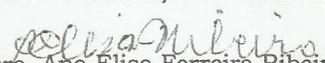
Profa. Dra. Maria da Conceição Carvalho - Orientadora	APROVADA
Profa. Dra. Ana Elisa Ferreira Ribeiro	APROVADA
Profa. Dra. Alcenir Soares dos Reis	APROVADA

Pelas indicações, a candidata foi considerada APROVADA.

O resultado final foi comunicado publicamente à candidata pela Presidente da Comissão, sendo indicado que o trabalho, após os ajustes sugeridos, seja submetido à publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidente encerrou a sessão, da qual foi lavrada a presente ATA que será assinada por todos os membros participantes da Comissão Examinadora.

Belo Horizonte, 10 de maio de 2013


Profa. Dra. Maria da Conceição Carvalho
ECI/UFMG (Orientadora)


Profa. Dra. Ana Elisa Ferreira Ribeiro
CEFET


Profa. Dra. Alcenir Soares dos Reis
ECI/UFMG

Obs: Este documento não terá validade sem a assinatura e carimbo da Coordenadora.


Profa. Renata Maria Abrantes Pacheco Parta
Coordenadora do Programa de Pós-Graduação
em Ciência da Informação

Para Vó Isaura e Lara, que já se foram, mas me ensinaram, cada uma à sua maneira, a importância da rebeldia.

Para Teresa e Tomás.

AGRADECIMENTOS

(...) aquilo que lemos de mais belo deve-se, quase sempre, a uma pessoa querida. E é a essa mesma pessoa querida que falamos primeiro. Talvez porque, justamente, é próprio do sentimento, como do desejo de ler, preferir. Amar é, pois, fazer dom de nossas preferências àqueles que preferimos. E esses partilhamentos povoam a invisível cidadela de nossa liberdade. Somos habitados por livros e amigos. Daniel Pennac

Ao meu pai, pelo amor incondicional e sem amarras.

A Bel, pela presença amorosa.

Aos tios Terezinha e César (*in memorian*), Edivaldo e Maria Caiafa, por terem me acolhido em suas casas, em suas vidas e em suas preocupações.

À minha orientadora, professora Maria da Conceição Carvalho, pela delicadeza e pela serenidade na condução dessa pesquisa.

Ao escritor e amigo Bartolomeu Campos de Queirós (*in memorian*), por me fazer entender que a vida é do tamanho da fantasia.

À professora, escritora e amiga Nilma Lacerda, que me estimulou à pesquisa acadêmica e a ousar mais do que eu imaginava que poderia.

Ao professor e amigo Luiz Percival Leme Britto, pelo desafio constante ao meu pensamento, numa interlocução marcada pelo rigor e pela generosidade.

Às mais que amigas, irmãs, companheiras de vida, Cleide Fernandes, Dagmar Braga e Rejane Oliveira.

A Ione, meu anjo da guarda.

Ao Luiz Fernando Campos, amigo querido e companheiro de estudos, pela escuta incansável.

Aos amigos Ana Amélia Lage Martins, Daniela Figueiredo, Érica Lima, Ericka Martin, Raquel Lopes e Sérgio Fantini, parceiros de inquietações e de luta diária na construção de uma cidade leitora.

A Ana Amélia Lage Martins, novamente, pelas leituras e apontamentos preciosos sobre o meu trabalho.

A Elizabeth Serra e Dolores Prades, pelos encontros e pelas oportunidades a mim oferecidas.

À Fundação Municipal de Cultura de Belo Horizonte, onde estas reflexões ganham corpo e viabilidade.

Opinião sobre a pornografia

*Não há devassidão maior que o pensamento.
Essa diabrura prolifera como erva daninha
num canteiro demarcado para margaridas.*

*Para aqueles que pensam, nada é sagrado.
O topete de chamar as coisas pelos nomes,
a dissolução da análise, a impudicícia da síntese,
a perseguição selvagem e debochada dos fatos nus,
o tatear indecente de temas delicados,
a desova das ideias – é disso que eles gostam.*

*À luz do dia ou na escuridão da noite
se juntam aos pares, triângulos e círculos.
Pouco importa ali o sexo e a idade dos parceiros.
Seus olhos brilham, as faces queimam.
Um amigo desvirtua o outro.
Filhas depravadas degeneram o pai.
O irmão leva a irmã mais nova para o mau caminho.*

*Preferem o sabor de outros frutos
da árvore proibida do conhecimento
do que os traseiros rosados das revistas ilustradas,
toda essa pornografia na verdade simplória.
Os livros que os divertem não têm figuras.
A única variedade são certas frases
marcadas com a unha ou com o lápis.*

*É chocante em que posições,
com que escandalosa simplicidade
um intelecto emprenha o outro!
Tais posições nem o Kamasutra conhece.*

*Durante esses encontros só o chá ferve.
As pessoas sentam nas cadeiras, movem os lábios.
Cada qual coloca sua própria perna uma sobre a outra.
Dessa maneira um pé toca o chão,
o outro balança livremente no ar.
Só de vez em quando alguém se levanta,
se aproxima da janela
e pela fresta da cortina
espia a rua.*

Wisława Szymborska

RESUMO

Esta pesquisa identifica e analisa, através de duas categorias, “leitura” e “biblioteca pública”, a concepção e a função social da biblioteca pública presentes em duas publicações do Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas, que é a instituição federal, vinculada ao Ministério da Cultura, responsável legalmente por orientar a ação das bibliotecas públicas municipais do país. A leitura crítica de *Biblioteca pública: princípios e diretrizes* (Fundação Biblioteca Nacional, 2000) e *Um olhar diferenciado sobre a biblioteca pública: impactos da gestão inovadora* (Fundação Biblioteca Nacional, 2009) revela entendimento superficial e desprovido de reflexão conceitual nas proposições, orientações e recomendações que faz o Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas para os trabalhadores das bibliotecas públicas brasileiras. Esta abordagem não privilegia a educação intelectual da população através do acesso ao conhecimento registrado pela escrita e contribui para a reprodução da desigualdade social no país.

Palavras-chave: Biblioteca Pública; Política Pública; Leitura

ABSTRACT

This research work identifies and analyses, using two categories, “reading” and “public library”, the conception and the social function of public library in two documents from the National System of Public Libraries, a federal institution connected to the Ministry of Culture, legally responsible for orienting the action of the municipal public libraries in the country. The critical reading of the documents *Biblioteca pública: princípios e diretrizes* (Fundação Biblioteca Nacional, 2000) and *Um olhar diferenciado sobre a biblioteca pública: impactos da gestão inovadora* (Fundação Biblioteca Nacional, 2009) reveals that they present a superficial understanding of the subject with propositions, orientations and recommendations to the workers of the Brazilian public libraries that lack an appropriate conceptual reflexion. The approach dominant in the documents do not grant a privilege to the intellectual education of the population through the access to knowledge produced and registered in writing, and contributes to the reproduction of social injustice in the country.

Key-words: Public Library; Public Policies; Reading

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
1.1 Objetivo	16
2 METODOLOGIA	18
2.1 Apresentação e descrição dos documentos	19
3 A LEITURA: REFLEXÃO TEÓRICA	26
3.1 Análise dos documentos	45
4 A BIBLIOTECA PÚBLICA: REFLEXÃO TEÓRICA	47
4.1 Análise dos documentos	54
4.1.1 A gestão da biblioteca pública	56
4.1.2 Os espaços da biblioteca pública	78
4.1.3 O acervo bibliográfico	80
4.1.4 Os serviços e as atividades de incentivo à leitura	87
5 O SISTEMA NACIONAL DE BIBLIOTECAS PÚBLICAS E O PLANO NACIONAL DO LIVRO E LEITURA	100
6 CONCLUSÃO	105
7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	109

1 INTRODUÇÃO

Segundo relatório divulgado pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), o Brasil tem um dos piores índices em desempenho de leitura e escrita do mundo, o que, como afirma o Plano Nacional do Livro e da Leitura (BRASIL, 2010, p. 28)

não apenas influi no desenvolvimento pessoal e profissional dos estudantes como também, e até por isso, contribui decisivamente para ampliar o gigantesco fosso social existente em países como o Brasil, promovendo mais exclusão e menos cidadania.

Corroborando essa informação, o Indicador de Alfabetismo Funcional (2009), pesquisa realizada pela ONG Ação Educativa e pelo Instituto Paulo Montenegro a cada dois anos com o objetivo de medir as habilidades de leitura, escrita e cálculo da população entre 15 e 64 anos, conclui que apenas 25% são de alfabetizados plenos, ou seja, pessoas que conseguem ler e escrever com suficiente autonomia um texto. O Plano Nacional do Livro e Leitura apresenta também dados do Mapa do Analfabetismo no Brasil (BRASIL, 2010, p. 25):

a evolução da taxa de analfabetismo da população de 15 anos ou mais, diminuiu de 65,3%, em 1900, para 13,6%, em 2000, realizando grande avanço nesse campo ao longo do século passado, e alcançando 9,7% na PNAD - 2009. Apesar desse avanço, entretanto, o Brasil ainda possuía, em 2000, cerca de 14 milhões de analfabetos absolutos (pessoas que se declararam incapazes de ler e escrever um bilhete simples) e 29,5 milhões de analfabetos funcionais (pessoas de 15 anos ou mais, com menos de quatro séries de estudos concluídas).

Numa sociedade onde a letra registra e organiza o mundo, além de ser o instrumento de “transmissão de informações de ordem política e cultural” (GNERRE, 2009, p. 7), a participação na cultura escrita torna-se não garantia, mas condição essencial para a construção da cidadania, como atesta Nilma Lacerda ([200-], p. 16), em texto que dispõe sobre as diretrizes do Programa Nacional de Incentivo à Leitura (PROLER)¹:

O bem-estar deve traduzir menos uma idéia de ventura ou abundância que de dignidade e respeito, devendo significar a posse das condições para o exercício mais completo da humanidade. Atribuir bem-estar a uma comunidade significa, nos parâmetros contemporâneos e entre outros itens, reconhecer nela a existência maciça de leitores. Leitores plenos reclamam educação de qualidade, constante assistência médica, igualdade social,

¹ O PROLER foi instituído em 13 de maio de 1992 pelo Decreto nº. 519, e vinculado à Fundação Biblioteca Nacional, com o compromisso de promover ações de valorização social da leitura.

projetos pessoais e comunitários – em suma, presente digno, futuro promissor.

A leitura e a escrita são direitos e necessidades relacionados com a prática cidadã, ajudando as pessoas a construir sua individualidade, a criar seu espaço no mundo e a estabelecer as relações com as outras pessoas. Nesse sentido, pode-se afirmar, ela se constitui como um bem incompressível para toda a população. Incompressível, segundo o Michaelis Moderno Dicionário da Língua Portuguesa, é “o que não diminui de volume por efeito de pressão”, ou seja, o que não pode ser reduzido. Mas é na acepção que lhe dá Antonio Candido, quando fala do direito à literatura vinculado aos direitos humanos, que tomamos aqui a ideia:

são bens incompressíveis não apenas os que asseguram a sobrevivência física em níveis decentes, mas os que garantem a integridade espiritual. São incompressíveis certamente a alimentação, a moradia, o vestuário, a instrução, a saúde, a liberdade individual, o amparo da justiça pública, a resistência à opressão etc.; e também o direito à crença, à opinião, ao lazer e, por que não, à arte e à literatura (CANDIDO, 2004, p.174).

No Brasil, onde o poder aquisitivo médio da população não permite que livros façam parte da cesta básica da grande maioria das famílias, o amplo franqueamento à leitura só é possível através de bibliotecas de acesso público. Crianças e jovens matriculados na rede de ensino, pública ou particular, contam, pelo menos em tese, com bibliotecas escolares. À população que não mais integra a comunidade escolar, restam as bibliotecas públicas e comunitárias quase como única possibilidade de acesso à leitura e à informação encerradas pela letra.

Contudo, a biblioteca pública está muito aquém das recomendações mínimas estipuladas por instituições como a Unesco (1994), que “proclama a confiança na Biblioteca Pública, enquanto força viva para a educação, a cultura e a informação, e como agente essencial para a promoção da paz e do bem-estar espiritual nas mentes dos homens e das mulheres”.

Com espaços físicos inadequados, acervos formados e desenvolvidos aleatoriamente, em sua maioria com livros oriundos de doações, recursos humanos sem qualificação na especificidade da área de atuação, as bibliotecas públicas do país padecem com a falta de diretrizes conceituais e reflexão sobre uma de suas mais importantes missões: a democratização do acesso e o estímulo à leitura no país, tendo em vista a educação intelectual de sua população. Por educação intelectual, tomamos o entendimento de Orlandi (2012, p.38-

39), que recusa o “tratamento da leitura apenas em termos de estratégias, de relações pedagógicas marcadas por um exagerado imediatismo” e adota a perspectiva de proposições que considerem aspectos históricos e sociais do uso da leitura e da escrita.

Cabe à escola o primeiro, e muitas vezes único, contato do brasileiro com a cultura letrada, ensinar a ler e a escrever, trabalhar as habilidades lingüísticas para leitura e escrita. Às bibliotecas públicas, ser um centro de educação, no sentido mais amplo do termo, permanente, promovendo acesso ao conhecimento encerrado pela letra e aos processos de metacognição e produção de sentidos pressupostos e derivados do ato de ler e escrever.

Segundo o Censo Nacional das Bibliotecas Públicas Municipais, realizado pela Fundação Getúlio Vargas / Ministério da Cultura em 2009, dos 5.565 municípios brasileiros, 4.396 contavam com a existência de pelo menos uma biblioteca pública, 668 estavam em fase de implantação da biblioteca, 56 estavam reabrindo bibliotecas que haviam sido fechadas e 445 não tinham bibliotecas. A gestão dessas bibliotecas é diversificada e varia de região para região, de estado para estado, até mesmo de município para município dentro do mesmo estado: algumas são vinculadas às secretarias de cultura, outras às de educação, em muitas cidades há uma única instância administrativa para cultura e educação que agrega, também, esporte, lazer e turismo. Apesar dessa diversidade administrativa no âmbito municipal, existe uma instituição formalmente responsável pela coordenação e orientação conceitual e técnica das bibliotecas públicas no país: o Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas, vinculado à Fundação Biblioteca Nacional / Ministério da Cultura.

É importante ressaltar que o Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas foi instituído pela primeira vez em 1976, no bojo dos trabalhos do Instituto Nacional do Livro - INL, durante a gestão do escritor Herberto Sales. Apesar de em grande parte dos seus 52 anos de existência ter dispensado sua atenção quase exclusivamente à política do livro, que, naquele momento, poderia ser traduzida em fomento e criação de mercado consumidor para nascente indústria editorial brasileira, o INL tem o mérito de oferecer um olhar político para as poucas bibliotecas públicas existentes no Brasil no período e sua inserção nas políticas públicas governamentais (PAIVA, 2008).

Em 1990, o então Presidente da República, Fernando Collor de Mello, extingue o Ministério da Cultura, que abrigava a Fundação Nacional Pró-Leitura, onde estava lotado o Instituto Nacional do Livro e o Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas (PAIVA, 2008).

O atual Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas (SNBP) foi instituído pelo Decreto Presidencial n. 520 de 13 de maio de 1992, com o objetivo de fortalecer as bibliotecas públicas no país. São suas atribuições:

- I – incentivar a implantação de serviços bibliotecários em todo o território nacional;
- II – promover a melhoria do funcionamento da atual rede de bibliotecas, para que atuem como centros de ação cultural e educacional permanentes;
- III – desenvolver atividades de treinamento e qualificação de recursos humanos, para o funcionamento adequado das bibliotecas brasileiras;
- IV – manter atualizado o cadastramento de todas as bibliotecas brasileiras;
- V – incentivar a criação de bibliotecas em municípios desprovidos de bibliotecas públicas;
- VI – proporcionar, obedecida a legislação vigente, a criação e atualização de acervos, mediante repasse de recursos financeiros aos sistemas estaduais e municipais;
- VII – favorecer a ação dos coordenadores dos sistemas estaduais e municipais, para que atuem como agentes culturais, em favor do livro e de uma política de leitura no País;
- VIII – assessorar tecnicamente as bibliotecas e coordenadorias dos sistemas estaduais e municipais, bem como fornecer material informativo e orientador de suas atividades; e
- IX – firmar convênios com entidades culturais, visando à promoção de livros e de bibliotecas. (Brasil, 1992)

O *Manifesto da Unesco para as bibliotecas públicas* também tem sido um documento de referência para o Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas e por isso em 1995 a Biblioteca Nacional traduziu a mais recente atualização do documento, realizada em 1994, e o distribuiu, em forma de cartaz, para todas as bibliotecas do Brasil.

Ao trazer para o contexto brasileiro as recomendações da Unesco, o Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas oferece ao país as recomendações internacionais, traduzidas em serviços ou assessorias:

- Programa de treinamento de recursos humanos: realização de cursos, palestras e publicações de apoio à formação de recursos humanos.
- Edição de cartazes, folders, etc: edição, distribuição e divulgação de material de apoio ao marketing institucional das bibliotecas públicas e dos Sistemas Estaduais de Bibliotecas.
- Preservação de acervo: assessoria na instalação de laboratórios de restauração, oficinas de encadernação e setores de higienização de acervo e treinamento de técnicos em preservação bibliográfica e encadernação.
- Informação documental: serviços a longa distância, levantamento bibliográfico, reprodução de material bibliográfico, localização de documentos em outras instituições.
- Intercâmbio de publicações. Receber e oferecer duplicatas e novas publicações doadas à Fundação Biblioteca Nacional para distribuição.
- Plano Nacional de Recuperação de Obras Raras- Planor: assessoria para identificação e processamento técnico de acervo antigo (séc. XV a XVIII e IX Brasil), treinamento e visitas técnicas.
- Plano Nacional de Microfilmagem. Assessoria na implantação de laboratórios e treinamento. Intercâmbio de microfilmes de periódicos.

- Programa Nacional de Incentivo à Leitura- PROLER: Assessoramento permanente para desenvolvimento, em parceria, de programas e ações para a promoção da leitura.
- Consórcio Eletrônico de Bibliotecas: Permite às bibliotecas públicas cadastradas, através de estabelecimento de convênio específico para este fim, compartilharem os recursos informacionais relativos ao acervo da Biblioteca Nacional – disponibilizados via Internet – possibilitando a estas bibliotecas enorme economia de recursos e agilizando a formação de bases locais através do download de registros da Biblioteca Nacional. (FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL, 2000, p. 25)

O treinamento dos recursos humanos vem se dando através de encontros anuais realizados, quase sempre, no Rio de Janeiro, e de publicações como as que são objeto de análise dessa pesquisa.

Segundo o Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas, havia no país, em 1999, 3454 bibliotecas públicas, sendo que 52% de seus dirigentes possuíam o segundo grau completo e 13% o primeiro grau completo. Para melhor ilustrar esse cenário e entender a realidade das bibliotecas, podemos lançar mão dos dados produzidos pelo Censo Nacional das Bibliotecas Públicas Municipais, realizado pela Fundação Getúlio Vargas / Ministério da Cultura em 2009. Se em 2009, quase uma década após a publicação de *Bibliotecas públicas: princípios e diretrizes* e muitos avanços (pelo menos em termos de políticas para bibliotecas públicas²), devido a programas desenvolvidos nesse intervalo de tempo, o país ainda padecia com a precária formação dos trabalhadores à frente das bibliotecas, tudo leva a crer que a situação não fosse melhor no final dos anos 90. Se considerarmos a baixa escolaridade dos 65% dos dirigentes das bibliotecas em 1999 – o Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas não informa a escolaridade dos outros 35% , é pouco provável que houvesse reflexão sobre a leitura e a função social da biblioteca pública, de modo a atender as recomendações da Unesco.

Tendo isso em vista e considerando os dados apresentados pelo Censo Nacional de Bibliotecas Públicas Municipais 2009, é importante entender de que maneira o Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas concebe e investe na formação dos trabalhadores das bibliotecas, através de suas assessorias e serviços.

Os dados do Censo Nacional de Bibliotecas Públicas Municipais 2009, que já refletem quase uma década de investimentos nas bibliotecas públicas por parte de programas estaduais e federais, mostram que, em 2009, 57% dos dirigentes das bibliotecas tinham formação superior, 40% tinham o ensino médio completo e apenas 3% contavam apenas com o ensino

² Sobre as políticas para bibliotecas públicas no Brasil ver : PAIVA, Marília de Abreu Martins de. **Bibliotecas públicas**: políticas do Estado Brasileiro de 1990 a 2006. 2008. 144f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Escola de Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008.

fundamental. No entanto, apesar do avanço na escolaridade desses trabalhadores em relação aos dados de 1999, 52% se declararam não capacitados para o trabalho em bibliotecas. De acordo com a percepção do técnico pesquisador, 53% das bibliotecas funcionavam em espaços inadequados, considerados critérios como iluminação, ventilação, mobiliário e a existência de equipamentos, mas isso não foi percebido da mesma forma pelos dirigentes, que consideram suas infraestruturas satisfatórias. Das 4763 bibliotecas pesquisadas, apenas 1% dispõe de laboratório de microfilmagem e 3% dispõem de laboratório de conservação e restauração. Mesmo tendo crianças e jovens como os principais usuários das bibliotecas, 52% delas não contavam com espaços e acervos específicos para esse público. Apenas 19% das bibliotecas emprestam mais de 300 livros por mês, o que, considerados 20 dias de funcionamento mensais, temos um número médio pouco expressivo de 15 empréstimos por dia. Apenas 44% das bibliotecas oferecem algum tipo de atividade cultural³. Apesar de 64% das bibliotecas possuírem pelo menos um computador, apenas 45% estavam conectadas à internet e 29% disponibilizavam esse acesso para os usuários.

É importante ressaltar que esses dados são os do país como um todo e que, observadas as informações por região oferecidas pelo estudo, percebe-se grande distorção positiva demonstrada pelos números relativos às regiões sudeste e sul.

O objetivo da apresentação desses poucos dados de uma pesquisa muito mais ampla é mostrar as necessidades e carências das bibliotecas brasileiras e contextualizar as ações do Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas, refletidas em suas assessorias e serviços disponíveis no ano 2000.

1.1 Objetivo

Observadas as atribuições definidas legalmente para o Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas, especialmente as que dizem respeito à ação cultural, à qualificação dos recursos humanos e às orientações para o funcionamento adequado das bibliotecas públicas brasileiras, essa pesquisa tem como objetivo identificar e analisar a concepção e a função social da biblioteca pública presentes em duas publicações do SNBP: *Biblioteca Pública: princípios e diretrizes* (2000. Edição esgotada, mas disponível para *download* em <<http://www.bn.br>>), patrocinado pela Construtora Odebrecht, e o material didático, que inclui o manual do participante e o manual do dinamizador, elaborado e publicado em formato

³ É importante observar que o Censo não discute a natureza e a adequação das atividades culturais oferecidas pelas bibliotecas.

de livro, *Um olhar diferenciado sobre a Biblioteca Pública: impactos da gestão inovadora*, com patrocínio da Petrobrás.

2 METODOLOGIA

A investigação aqui proposta será orientada por uma pesquisa qualitativa, tendo como centralidade a análise documental das publicações acima citadas, consideradas norteadoras das recomendações do Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas para as bibliotecas públicas municipais do país. A escolha de uma pesquisa de caráter qualitativo se sustenta na necessidade de apreender o subjacente ao discurso oficial do Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas, com o objetivo de captar a compreensão da instituição acerca de seu objeto de trabalho, indo além do discurso retórico.

Tendo em vista a necessidade de compreensão do discurso registrado nos documentos a serem estudados, o trabalho terá como método a Análise de Conteúdo, uma técnica de pesquisa que possibilita a descrição objetiva e sistemática do tema a ser investigado, a partir do estabelecimento de categorias. Através da seleção de categorias e de sua análise, buscaremos uma leitura aprofundada das publicações em questão, com “o olhar para uma outra significação, uma outra mensagem entrevista através ou ao lado da mensagem primeira” (BARDIN, 2009, p. 43). Considerando que a “mensagem primeira”, nesse caso, são os textos das duas publicações com as quais estamos trabalhando, a Análise de Conteúdo nos permitirá, através da análise das categorias, entender outros significados subjacentes ao discurso adotado: qual visão de mundo se mostra na proposição de biblioteca pública nas entrelinhas desses documentos.

A investigação por meio de categorias nos permitirá a sistematização necessária para a objetividade dos pontos a serem analisados, sem que estes se percam na heterogeneidade do tema. Ao mesmo tempo, as categorias estabelecidas deverão refletir o todo em sua complexidade.

A análise dos documentos será feita a partir de duas categorias, a saber:

1) **Leitura**: identificação da concepção de leitura presente nos documentos e sua análise a partir de depoimentos, entrevistas, ensaios e artigos de escritores e textos literários que tenham o leitor, a leitura e, por extensão, a escrita como tema, e textos teóricos da pedagogia da leitura.

2) **Biblioteca pública**: identificação da concepção de biblioteca pública que sustenta as recomendações feitas nos dois documentos – que instituição é essa, a que e a quem ela serve, qual a sua função social – a partir da análise das proposições para sua gestão, a definição de seus espaços, a seleção e manutenção de seu acervo e o planejamento de seus

serviços e atividades de incentivo à leitura, bem como o entendimento que tem do conceito de leitura trabalhados na categoria anterior, à luz de bibliografia sobre o tema.

A partir do conceito de leitura expresso pelo Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas nas duas publicações que são objeto de análise desta pesquisa, poderemos apreender de que maneira a instituição se orienta nesse quesito e que entendimento tem sobre a importância que a leitura desempenha na vida da população. Além disso, tópicos como a leitura que se oferece, os objetivos estabelecidos e a forma como isso é feito também apontam para um modelo de biblioteca pública que se constrói no discurso do Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas.

Considerando a data de publicação dos dois documentos aqui analisados, 2000 e 2009, respectivamente, e a implementação pelos ministérios da Cultura e da Educação, por meio de Portaria Interministerial nº 1442, de 10 de agosto de 2006, do Plano Nacional do Livro e Leitura em 2006, analisaremos a influência e o diálogo conceitual deste último com *Um olhar diferenciado sobre a Biblioteca Pública: impactos da gestão inovadora*, publicado no período em que já vigoravam as recomendações do Plano Nacional do Livro e Leitura. É importante ressaltar que o Plano Nacional do Livro e Leitura está, desde sua instituição, vinculado à Fundação Biblioteca Nacional, uma vez que esta faz parte da estrutura do Ministério da Cultura e tem assento garantido na Coordenação Executiva do Plano Nacional do Livro e Leitura, como determina a lei:

Os membros da Coordenação Executiva serão os representantes dos seguintes órgãos e entidades, indicados pelos seus respectivos dirigentes superiores e designados pelo Conselho Diretivo:

I – Ministério da Cultura;

II – Ministério da Educação;

III – Fundação Biblioteca Nacional;

IV – entidades representativas dos bibliotecários que compõem a Câmara Setorial do Livro, criada pela Portaria n 40, de 31 de maio de 2006, do Ministério da Cultura. (MARQUES NETO, 2010, p. 99)

Assim, analisaremos em que medida o Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas se apropriou e refletiu, em suas ações, as recomendações do Plano Nacional do Livro e Leitura, um importante marco legal para as políticas públicas para livro, leitura e bibliotecas no país.

2.1 Apresentação e descrição dos documentos

O livro *Biblioteca pública: princípios e diretrizes*, publicado em 2000 pelo Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas / Fundação Biblioteca Nacional, com patrocínio da

Construtora Odebrecht, é a terceira versão desse material que tem como objetivo orientar a ação das bibliotecas públicas municipais do país. Em seu prefácio, a Diretora do Departamento de Processos Técnicos da Biblioteca Nacional e também supervisora e responsável pela redação final da publicação, Célia Ribeiro Zaher, informa que:

A Biblioteca Nacional, guardiã máxima do registro do saber em nosso país, tem a missão de auxiliar as bibliotecas públicas brasileiras a desempenharem seu papel primordial, apoiando, principalmente, a formação e a qualificação de recursos humanos adequados a enfrentar a tarefa de disseminar a informação e o saber entre as comunidades e os indivíduos. É seu compromisso com a sociedade obter um padrão de qualidade que seja uma contribuição efetiva para que a Nação alcance um patamar de desenvolvimento humano compatível com sua grandeza e suas esperanças. (FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL, 2000, p. 7)

Além das afirmações acima, o *Manifesto da Unesco para as bibliotecas públicas* é referenciado, em vários momentos, como o documento-base para a publicação em questão, sendo transcrito, na íntegra, em seu primeiro capítulo. É recomendado às bibliotecas públicas, também,

como fonte de reflexão sobre seu papel e suas funções no mundo globalizado, mas cabe aos dirigentes de bibliotecas priorizar o desenvolvimento de suas funções de acordo com a realidade local e, até mesmo, identificar novas funções dentro de suas comunidades (FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL, 2000, p. 20-21).

São oito os capítulos da publicação, a saber:

1 – A biblioteca pública

Evolução do conceito

- Novos parâmetros
- Histórico

No Brasil

- Programas de ações e apoio a Bibliotecas Públicas

2 – Gestão da biblioteca pública

Marketing em bibliotecas públicas

- Identificando o público-alvo
- A imagem da biblioteca
- Divulgação dos serviços da biblioteca
- Relacionamento da biblioteca com o governo local
- Relacionamento Biblioteca / Escola
- Publicações

Planejamento

- Planejando um serviço para a comunidade
- Documentos legais e estrutura organizacional

Potencializando recursos

- Redes / consórcios / parcerias
- Sociedade de Amigos da Biblioteca (SAB)
- Administrando recursos
 - Recursos financeiros
 - Recursos humanos
- Avaliando resultados
 - Estatísticas dos serviços
- 3 – Um prédio funcional
- Princípios gerais
- Recomendações técnicas
 - Parte elétrica, comunicação, iluminação
 - Acústica
 - Previsão de carga dos pavimentos
 - Controle de temperatura e umidade
 - Defesa contra sinistros
- Áreas específicas do prédio
- Capacidade e dimensionamento
 - Capacidade das estantes
 - Número de lugares
- Móveis e equipamentos
- 4 – Formação do acervo
- Critérios básicos para a composição do acervo
- Tipos de materiais
- Sugestões de materiais documentais e bibliográficos
 - Obras de referência
 - Periódicos
 - Folhetos
 - Arquivos de recortes
 - Estampas
 - Material audiovisual. Multimeios
 - Publicações eletrônicas. Multimídia
 - Objetos reais
 - Outros materiais
- Seleção do acervo
- Aquisição
 - Compra
 - Doação
 - Permuta
 - Novas aquisições
- Avaliação permanente
 - Critérios para qualificação de obras raras
 - Descarte ou baixa
 - Crescimento da coleção
- 5 – Tratamento técnico do acervo
- Registro de obras
 - Como registrar livros e folhetos
 - Como registrar periódicos
 - Outros materiais
- Inventário
 - Acervo total
 - Carimbos
- Viabilizando o acesso à informação
 - A organização do acervo
 - Processamento técnico
 - Catálogos

- Ordenação física do acervo
- Empréstimo domiciliar
- Considerações gerais
- Preparo do livro para empréstimo
- Inscrição do leitor
- Rotina para o empréstimo e devolução de obras
- 6 – A biblioteca como centro de informação e leitura da comunidade
- Serviços
- Serviço de referência e informação
- Programa de formação e orientação de usuários
- Serviço de empréstimo domiciliar
- Serviço de ouvidoria
- Serviço de memória local
- Serviços especiais
- Serviços de extensão
- Serviço de informação à comunidade (SIC)
- Serviços de ação cultural
- Atividades culturais
- 7 – Preservação e conservação do acervo
- Principais agentes de deterioração de acervos documentais
- Procedimentos em casos de desastres
- Acondicionamento para preservação
- Tratamento de documentos fotográficos
- 8 – Informatização
- Processo decisório
- Áreas de trabalho especializadas
- Escolha de equipamentos
- Programas
- Participação em redes e consórcios (FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL, 2000, p. 11-15)

A publicação traz ainda anexos com a relação dos endereços dos sistemas estaduais de bibliotecas públicas e das escolas de biblioteconomia do país, modelos de fichas, de regulamento, de estatutos, rol de materiais básicos para bibliotecas etc.

O segundo documento analisado nesta pesquisa é o material didático, que inclui o manual do participante e o manual do dinamizador, elaborado e publicado em formato de livro, *Um olhar diferenciado sobre a Biblioteca Pública: impactos da gestão inovadora* (FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL, 2009ab), com patrocínio da Petrobrás. Ele foi pensado para contribuir “na melhoria da qualidade dos serviços e produtos oferecidos aos usuários das Bibliotecas Públicas”, partindo do pressuposto que

Para construirmos juntos uma Biblioteca Pública que se constitua em um espaço-cidadão, precisamos pensá-la para além das suas carências, de forma criativa, em suas inúmeras possibilidades. Devemos pensar em como fazer convergir para a Biblioteca Pública, as esperanças de exercício de cidadania de toda uma coletividade, de modo que ela se fortaleça, conquiste e assegure o seu espaço na comunidade em que se insere, numa relação de troca, de afeto, de crescimento mútuo. Disseminamos essa ideia de Biblioteca Pública

como um elemento integrante do cotidiano das pessoas, que as estimule a se posicionarem como cidadãs, é o nosso grande desafio. (FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL, 2009, p. 7)

O manual do participante consta de cinco partes, chamadas e numeradas como “encontros”, sendo:

- Encontro 1 - Biblioteca Pública (BP) invisível: uma realidade que se quer mudar.
- Encontro 2 – O que fazer e para quem fazer.
- Encontro 3 – Do cidadão para o cidadão: a gestão de produtos e serviços inovadores.
- Encontro 4 – Quem diz quanto custa o seu negócio?
- Encontro 5 – Quem diz quanto vale o seu negócio? (FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL, 2009b, p. 5)

Além dos textos que nomeiam e abrem cada um dos encontros, o manual do participante traz outros tantos variados: pequenos relatos de experiência de bibliotecas comunitárias, definições de alguns conceitos, orientações para a elaboração de projetos, além de exercícios como cruzadinhas e caça-palavras.

O manual do dinamizador é um guia de orientação para a realização do curso proposto no título da publicação, com tempo delimitado para cada atividade e sugestões para o fomento aos debates em torno dos temas e conceitos em pauta, relação dos materiais que serão necessários etc. O material oferece um passo a passo, dividido entre parte informativa e parte prática, para a condução dos encontros, bem como para a apresentação de conceitos. Seus objetivos são assim descritos:

Um olhar diferenciado sobre a Biblioteca Pública: impactos da gestão inovadora é uma atividade planejada pelo Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas (SNBP) da Fundação Biblioteca Nacional para favorecer a reflexão, em conjunto, sobre temas que afetam a visibilidade e a credibilidade da Biblioteca Pública (BP). E dessa forma, capacitar o pessoal nela atuante para agir como agentes de intervenção social, obtendo-se um efeito multiplicador de estímulo à leitura e hábito de freqüentar a biblioteca, bem como melhor qualidade nos produtos e serviços oferecidos, a partir da discussão dos seguintes tópicos:

- a) a prestação de serviço público com base na informação;
- b) a BP e o uso de métodos inovadores, visando a favorecer o exercício da cidadania e
- c) o planejamento da inovação: para que (objetivos, justificativa), para quem (usuários), o que (produtos e serviços), quanto (custo/benefício, custo) e como (metodologia / estratégias). (FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL, 2009a, p. 10)

Como exemplo, apresentamos o planejamento para o primeiro encontro, intitulado *Biblioteca Pública (BP) invisível: uma realidade que se quer mudar* e tem como objetivo “conscientizar o grupo sobre o papel da BP como uma organização social inovadora; motivar os participantes a planejarem a inovação para otimizar as BPs em que atuam” (FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL, 2009a, p. 39). Para a apresentação do dinamizador e dos participantes, com a duração prevista de duas horas, o manual faz a seguinte orientação:

Propor uma dinâmica de integração, como sugerido a seguir (3 min. para cada participante). Isto possibilitará ao dinamizador delinear um perfil da turma e depois orientar os planos de inovação. Portanto, fique atento às falas, anote o que julgar pertinente para, mais adiante, ajudar na escolha do tema a ser desenvolvido nos projetos individuais. Terminadas as apresentações, solicitar que preencham o Anexo 1 – Perfil dos participantes.

Métodos e técnicas

Dinâmica

- Quem é você?
- Com que livro, planta ou filme você se identifica?
- Se você fosse um livro nacional, qual livro seria? Um best-seller ultrapopular ou um relato intimista?
- E se fosse uma planta?
- E se fosse um filme?

Recursos

- Formulário – Perfil dos participantes (ANEXO 1)
- Lista de presença (ANEXO 2) (FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL, 2009a, p. 40)

Logo após essa atividade de apresentação, deve ser realizada a parte informativa, também durante duas horas, com a apresentação dos conceitos a serem discutidos no encontro. Assim, no plano do primeiro encontro deverão ser apresentados os conceitos de *Biblioteca Pública (BP)*, *Agentes de intervenção social – o pessoal da BP* e *Cidadania*, que deverão ser explorados através da “troca de ideias” e da “leitura da apostila”. É importante destacar que o manual traz definidos esses três conceitos e orienta o dinamizador sobre como relacioná-los e sobre que pontos devem ser ressaltados. Como exemplo, transcrevemos abaixo o tópico *Cidadania*:

- Comentar a epígrafe desta parte: *A biblioteca pública é um serviço instalado localmente, indo ao encontro das necessidades da comunidade local e atuando no contexto dessa comunidade.*
- Estimular a troca de ideias e levar a discussão para a questão da cidadania.
- Ler o trecho da apostila (Cidadania) e destacar:
 - Direitos e deveres? Como exercê-los se não os conhecemos?

- O que é ser cidadão? Ser o próprio fomentador da extensão dos direitos a todos, ter responsabilidade em conjunto pela coletividade.

Relacionar a 1ª questão ao **acesso à informação**, e a 2ª às **pessoas encarregadas de promovê-lo**. Destacar que agentes de intervenção social são as pessoas que buscam usar seus recursos (conhecimentos, habilidades, competências) para auxiliar outras pessoas, como Vanilda e Kcal. (FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL, 2009a, p. 41)

Na parte prática, com duração prevista de três horas e dez minutos, divididos em dois blocos, sendo o primeiro de duas horas e o segundo de uma hora e dez minutos, o dinamizador deve apresentar questões para que os participantes discutam a partir dos conceitos trabalhados na parte informativa. As questões propostas são as seguintes:

- **Qual é o negócio da BP como espaço-cidadão?** A partir do conceito de espaço-cidadão e do que foi dito pelos participantes, encaminhar a questão, exemplificando: uma sapataria vende sapatos, um hospital trata de doentes, um parque de diversões oferece lazer, entretenimento. E a biblioteca? Para que serve? (...)

Nosso negócio na BP é a prestação de serviços públicos com base no acesso à informação, **mas como estamos atuando?** (FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL, 2009a, p. 41-42)

O manual orienta, ainda, o dinamizador a “destacar que na apostila há um passatempo – *Caça-cidadania*, onde eles vão encontrar 11 palavras relacionadas ao conceito de cidadania. Estipular um tempo para as pessoas procurarem”. (FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL, 2009a, p. 42). O *Caça-cidadania* é um quadro de caça-palavras onde as palavras buscadas devem ser localizadas entre várias letras na horizontal, vertical e diagonal, nos moldes de atividades que são oferecidas por revistas de palavras cruzadas.

O planejamento para os outros quatro encontros segue a mesma lógica, sendo eles divididos entre parte informativa e parte prática.

3 A LEITURA: REFLEXÃO TEÓRICA

A palavra *leitura* é polissêmica e seu uso se aplica em muitas situações. Para construir a base teórica que fundamentará esta pesquisa, partiremos da discussão proposta por Britto (2012) acerca dos usos da palavra *leitura* e da importância de delimitar o conceito ao se tratar da pedagogia da leitura e da formação de leitores. Por pedagogia da leitura entendemos os estudos e pesquisas sobre leitura e formação de leitores.

A partir de um levantamento das acepções de *leitura* apresentadas pelo Dicionário Houaiss (HOUAISS, 2001, p. 1739), o autor analisa o sentido de cada uma delas em relação ao uso que fazemos quando nos referimos à pedagogia da leitura e à formação de leitores. A palavra é apresentada em sete diferentes contextos (que ainda poderiam ser estendidos, se incluirmos a leitura labial e a leitura com as mãos, no caso de LIBRAS e de textos em Braille, por exemplo): desde o ato de decifrar e interpretar o código escrito até a difícil reflexão sobre livros e narrativas por imagem, passando pela leitura das mãos, leitura da luz, leitura de filmes e leitura do jogo, além de uma acepção que merece especial atenção, a leitura do mundo cunhada por Paulo Freire.

O sentido mais imediato atribuído pelo Houaiss à palavra *leitura* e o que se aplica ao nosso estudo diz respeito à leitura do texto escrito, que remete a duas ações de natureza distintas: a decifração do código e a inteligência do conteúdo do texto. Porém, outros usos da palavra merecem ser destacados, alguns mais afins – como leitura de imagens e leitura de mundo – e outros menos ligados a essa investigação.

A análise apresentada por Britto (2012) parte do pressuposto de que a leitura, no sentido que interessa a esse estudo, implica a decodificação de um código, a letra, e na inteligência desse código decifrado em um conteúdo. Assim, quando toma a palavra *leitura* para se referir à *leitura da luz*, isto é, a decodificação de uma informação quantitativa (a quantidade de energia elétrica utilizada em uma residência em um mês, por exemplo) que será, em certa medida, interpretada e transformada em valores financeiros, há aproximação com o sentido descrito anteriormente, mas que em nada se identifica com a ação de formação de leitores ou com programas de valorização da leitura, já que se limita a um gesto mecânico e prescinde de uma ação intelectual. Os profissionais que fazem a leitura da luz, lembra Britto (2012), são chamados de leituristas e não de leitores.

Quando se refere à *leitura das mãos*, o autor destaca que apesar de haver um código a ser decifrado, as linhas e marcas das mãos, este não tem valor formalmente pré-estabelecido, cognitivamente identificável e minimamente verificável, ficando sua interpretação a cargo do

vidente, que se diferencia das pessoas comuns por ter uma sensibilidade sobrenatural. Assim, esse sentido da palavra *leitura* se distancia do que se aplica à abordagem dessa pesquisa.

Para analisar o uso da palavra *leitura* em *leitura do jogo*, usada com frequência por comentaristas esportivos, que em muito se assemelha à expressão *na minha leitura*, quando a intenção é a manifestação de uma opinião, é o sentido interpretante que se apresenta. Nesses casos, podemos até verificar uma *leitura do jogo*, se a avaliação de quem a está fazendo coincidir com o resultado final de uma partida de futebol, por exemplo. Ou se na *leitura de alguém*, um candidato a prefeito for de fato eleito conforme a avaliação feita em determinado momento. Porém, nessas leituras não estão implicadas a decodificação de um símbolo, a letra, e sua intelecção em conteúdo; a ação por trás desses usos se remete à interpretação de uma situação não codificada e, portanto, não passível de leitura no sentido que tratamos aqui. Não à toa, o dicionário atribui a esses usos a qualificação de sentido figurado.

Outra situação em que a palavra *leitura* é bastante usada é em relação a filmes, quadros, peças de teatro etc. Nesse caso, também não estão implicadas as ações de decodificação de um símbolo e sua interpretação. O que os filmes, quadros e peças de teatro oferecem ao espectador é uma representação do real, que pode, para sua interpretação, exigir dele outras referências culturais, como acontece em todas as ações humanas de natureza intelectual. Assim, a expressão “leitura de um filme” só é possível no sentido figurado, como aponta o dicionário.

Caso semelhante se apresenta quando é de “leitura de imagens”. Com exceção das escritas pictográficas ou ideogramáticas, as imagens não pressupõem a decifração de um código ou de um símbolo, mas sim a interpretação de uma representação do real. Mesmo quando se apresentam como narrativa em um livro, o que fazemos é ver as imagens, interpretá-las e construir sentido de acordo com a nossa visão de mundo. Nikolajeva & Scott (2011. p.13) afirmam que “os livros ilustrados comunicam por meio de dois conjuntos distintos de signos, o icônico e o convencional” e fazem a distinção entre a recepção de palavras, os signos convencionais, e imagens, os signos icônicos. Diferenciando a natureza da apreensão de palavras – os signos convencionais - e imagens – os signos icônicos, as autoras explicitam as condições para a leitura dos signos convencionais:

Os signos convencionais não têm nenhuma relação direta com o objeto significado. A palavra “imprimir” em um menu apenas transmite um significado se possuímos o código. Ou seja, temos de saber o que as letras representam, juntá-las para produzir palavras e compreender o que as palavras representam. Os signos convencionais se baseiam em um acordo – entre os portadores de determinada língua – que compreende tanto a língua

falada como as comunicações por gestos, códigos de vestuário ou emblemas. Para alguém fora de dada comunidade, os signos convencionais não portam nenhum significado ou, na melhor das hipóteses, o significado é ambivalente. (NICOLAJEVA; SCOTT, 2011, p. 13)

Assim, segundo as autoras, a leitura e a compreensão dos signos convencionais pressupõem o conhecimento da língua, do código, em que os mesmos estão escritos. O mesmo não ocorre com as imagens, os signos icônicos,

aqueles em que o significante e o significado estão relacionados por atributos comuns, ou seja, quando o signo é uma representação direta de seu significado. A imagem de uma impressora em um comando do menu do computador é um ícone, uma representação direta da impressora. ((NICOLAJEVA; SCOTT, 2011. p. 13)

Não discutimos aqui a superioridade de palavras sobre imagens nem vice-versa. Pelo contrário, reconhecemos a importância das imagens no desenvolvimento intelectual e afetivo dos sujeitos, especialmente na formação de leitores. O que destacamos, de fato, é a clareza necessária ao uso do termo leitura quando é da pedagogia da leitura que tratamos.

Como nas acepções anteriores, com exceção da primeira, a *leitura de mundo* se afasta da idéia de leitura de texto porque não exige como condição a existência de signos escritos. É importante ressaltar que a expressão cunhada por Paulo Freire é muito mais ampla e sofisticada do que o uso pedagógico ingênuo que vem sustentando proposições discutíveis para a formação de leitores. Segundo Britto (2012),

baseado em sua concepção de pedagogia participativa e dialógica, o educador [Paulo Freire] buscava relacionar a aprendizagem da palavra escrita às maneiras como as pessoas estão e se vêem e atuam no mundo (...) Recusando a educação instrumental de caráter autoritário e denunciando o processo de dominação e alienação que resultava na educação bancária, o educador tratou de vincular de forma estrita o aprender a escrever ao afirmar-se dos educandos enquanto pessoa política, fenomenológica e epistemológica: o sentido de aprender a escrever estava na possibilidade de cada um e do coletivo de dizer aquilo que era e de projetar o futuro, intervindo na sociedade e modificando as formas de poder ser (BRITTO, 2012, p.26).

Muitos projetos de promoção da leitura que não se valem de textos e elementos da cultura escrita têm se apoiado, em grande parte das vezes, numa leitura equivocada, fragmentada e descontextualizada de Paulo Freire, quando ele diz que “a leitura do mundo precede a leitura da palavra, daí que a posterior leitura desta não possa prescindir da

continuidade da leitura daquele” (FREIRE, 2009, p. 11). Muito além desse trecho exaustivamente citado, Paulo Freire diz que “língua e realidade se prendem dinamicamente. A compreensão do texto a ser alcançada por sua leitura crítica implica a percepção das relações entre o texto e o contexto” (FREIRE, 2009, p.11). Ou seja, a palavra escrita precisa de leitura, decodificada e interpretada a partir do modo de cada um estar no mundo, para construir sentido, e não que a palavra escrita deva ser inferiormente hierarquizada ou até mesmo desconsiderada. O entendimento de que as ações de estímulo à leitura junto a pessoas ou grupos não alfabetizados ou com poucas habilidades de leitura e escrita devam se pautar na oralidade, muitas vezes materializada no espetáculo, é bastante comum no Brasil hoje e vai ao encontro da “ideologia da facilidade, rapidez na captação da mensagem, confisco do tempo de reflexão [que] dominam e passam a impregnar a cultura e a educação através da simbiose entre mídia e indústria cultural” apontada por Matos (2006, p.15-16) num sistema que visa, antes de qualquer coisa, um público consumidor de entretenimento.

A proposição de atividades de promoção da leitura baseadas na oralidade está intrinsecamente ligada à idéia de reconhecimento e de valorização da cultura popular⁴ - que nem sempre é a produzida pelo povo, mas sim o que, muitas vezes, é oferecido ao povo -, o que não se opõe ao direito das classes populares de se inserirem e de se apropriarem da cultura escrita, considerada elitista. Por trás dessa crença que associa o oral, especialmente, e o facilitado ao popular e que reduz consideravelmente ou exclui dos programas de formação de leitores destinados às classes espoliadas economicamente, a *ralé brasileira*, como denomina essa enorme parcela da população o sociólogo Jessé Souza, está sustentada num sistema perverso que naturaliza a desigualdade social no país e contribui para a manutenção da *ralé* em seu devido lugar.

Ao privar uma parte da população de participar do mundo da escrita, o que extrapola o conceito de letramento, que na perspectiva pedagógica “designa as habilidades de leitura e escrita de crianças, jovens ou adultos, em práticas sociais que envolvem a língua escrita” (SOARES, 2012, p. 57), o sistema interdita a formação do sujeito político e reforça a formação do que Olgária Matos chama de “analfabeto secundário”, um “pseudoleitor”, que

⁴ Marilena CHAUI (2011, p. 53) faz a distinção entre os termos *cultura popular* e *cultura do povo*: “(...) seria interessante indagar por que falar em “cultura do povo” em lugar de “cultura popular”. É plausível supor que a escolha da primeira expressão em vez da segunda tenha o mérito de procurar um caminho que nos resguarde da ambigüidade presente no termo “popular”. Considerar a cultura como sendo *do* povo permitiria assinalar mais claramente que ela não está simplesmente no povo, mas que é produzida por ele, enquanto a noção de “popular” é suficientemente ambígua para levar à suposição de que representações, normas e práticas porque são encontradas nas classes dominadas são, *ipso facto*, do povo. Em suma, não é porque algo *está* no povo que *é* do povo”.

“desconhece a história e o sentido do conhecimento, na tarefa mais árdua da humanidade que é, como escreveu H. Arendt, “humanizar a humanidade” (MATOS, 2006. p. 23). Produto de uma sociedade que precisa de consumidores para tudo o que produz, inclusive informações oferecidas de maneira espetacularizada, o analfabeto secundário é

o indivíduo alfabetizado, com um grau de informação que pode variar do mais baixo ao mais especializado, capaz de decodificar informação visual e de servir-se de terminais eletrônicos, familiarizado, em suma, com as condições de existência num grande centro urbano contemporâneo, mas desprovido de uma visão cultural mais ampla de sua própria vida e do contexto social. (COELHO, 2004, p. 43)

A participação no mundo da escrita é condição para a educação intelectual dos sujeitos e deve ultrapassar as questões cotidianas e imediatas, não restringindo seu horizonte ao alfabetismo funcional, isto é, a exclusiva instrumentalização da população, mediante o desenvolvimento de habilidades de leitura e escrita, para as práticas sociais, para a realização de tarefas da vida urbano-industrial.

O letramento, deste ponto de vista, se subsume ao fato de o modo de produção exigir o domínio suficiente de escrita para operar com as instruções de trabalho e normas de conduta e de vida, pouco tendo a ver com o conhecimento formal (BRITTO, 2012, p. 75).

A participação no mundo da escrita pressupõe, em primeiro lugar, a compreensão desse universo e o que sua participação ou ausência implicam na vida do sujeito, mesmo que em algumas etapas da vida, como na primeira infância, por exemplo, isso nem sempre esteja sistematizado para o próprio sujeito. Outro ponto que não se pode perder de vista é que a escrita e as formas com que é ofertada e permitida representam, sempre, um lugar de poder, uma vez que o mundo formal é organizado e regido pela letra.

Tendo isso em vista, podemos dizer que os projetos de formação de leitores que se constroem na oralidade e se fundamentam equivocadamente na leitura do mundo freireana contribuem para afastar, cada vez mais, seu público do mundo da escrita, ao invés de convocá-lo a esse universo.

É indiscutível a importância que atividades de valorização das manifestações culturais da oralidade possam ter na construção identitária e na autonomia do sujeito, mas elas em muito se distinguem de uma atividade de promoção da leitura, como atestam Avelar e Sorsy (2005, p. 6-7):

Sim, existe diferença entre contar e ler uma história, porque também existe uma diferença entre palavra oral e palavra escrita. Quando a comunicação se dá através da palavra oral, nosso centro de percepção é o auditivo. Uma característica da percepção auditiva é que ela nos proporciona a experiência da unidade. O som nos invade por todos os lados e passa através de nós. Todo o nosso corpo é uma unidade auditiva, porque estamos no centro do campo sonoro. (...) As expressões do corpo, os gestos, o ritmo e a entonação da voz imprimem sentido às palavras e desvelam para o ouvinte as emoções por trás do texto. No caso da leitura (palavra escrita), o centro da percepção passa a ser o visual. Se o som incorpora e unifica, a visão isola, separa, é o sentido da dissecação. Quando mergulhamos numa leitura, separamo-nos do mundo. Nossa “viagem” é solitária. Se a oralidade associa-se à idéia do grupo, do coletivo, a leitura associa-se à idéia do indivíduo em sua introspecção e reflexão analítica.

Inserir milhares de adultos analfabetos no mundo da escrita se constitui como um grande desafio para o Brasil, não apenas pela perspectiva educacional mas, principalmente, pelos aspectos econômicos e sociais, uma vez que a essa parcela da população falta muito mais que poder saber ler e escrever. Souza constata que

o processo de modernização brasileiro constitui não apenas as novas classes sociais modernas que se apropriam diferencialmente dos capitais cultural e econômico. Ele constitui também uma classe inteira de indivíduos, não só sem capital cultural nem econômico em qualquer medida significativa, mas desprovida, **esse é o aspecto fundamental**, das condições sociais, morais e culturais que permitem essa apropriação (SOUZA, 2009, p.21).

Tendo em vista a análise didática de Britto (2012), elegemos como definição de *leitura* o ato de decodificar um símbolo, isto é, a letra, e sua simultânea interpretação e formação de conteúdo e de sentido, a partir de uma visão de mundo. Como define Barthes (1987, p. 186),

decifrar criticamente os textos: ler com atenção, de uma maneira bem informada, e não mecânica ou inocentemente: trata-se de estabelecer institucionalmente como objectivo da educação não a *operação* de leitura (objecto principal do ensino primário), mas a *actividade* de leitura, como desenvolvimento da inteligência crítica. Ler torna-se então método intelectual destinado a organizar um saber, um texto, e a restituir-lhe todas as vibrações de sentido contidas na sua letra, de que a primeira leitura é, precisamente, garante.

Feito isso, abordaremos, a partir de agora, os conceitos e usos que são feitos do termo na pedagogia da leitura e nos projetos e programas para formação de leitores e de que forma eles são justificados e legitimados por escritores e teóricos da área.

Trataremos especialmente da leitura literária, considerando que a pertinência e a importância da leitura informativa e utilitária não se apresentam como alvo de

questionamentos na pedagogia da leitura e que, além disso, tem tratamento privilegiado no sistema escolar e sua aprendizagem é mais imediata, demandada e objetiva que a literária.

Candido (2004, p. 174) coloca a literatura no bojo dos direitos humanos, defendendo que “não há povo e não há homem que possa viver sem ela, isto é, sem a possibilidade de entrar em contacto com alguma espécie de fabulação”.

Na mesma direção, Chambers (2008, p.15 / p. 19) corrobora o pensamento de Candido (2004) e afirma que

este uso particular del lenguaje – el uso literario que algunos han llamado “narrar” – es lo que nos define como humanos. Podría decir que esta forma particular del lenguaje y nuestra habilidad para usarlo nos hace lo que somos y, además, hace posible pensar que estamos capacitados para ser aun más de lo que ya somos.

(...)

Mientras le podamos contar a outro lo que está sucediendo dentro de nosotros mismos y se nos cuente lo que sucede dentro de otras personas, seguimos siendo humanos, sanos, optimistas, creativos. Em pocas palabras, seguimos vivos. Una vez que se detiene la narración, estamos muertos.

Barthes ([19--], p.18) preserva a literatura radicalmente, afirmando que se “todas as nossas disciplinas devessem ser expulsas do ensino, exceto numa, é a disciplina literária que devia ser salva, pois todas as ciências estão presentes no monumento literário”. NUNES (1998, p.178) sustenta que só a Literatura pode transmitir “o conhecimento do particular, do individual, da subjetividade, dos sentimentos”. Compagnon (2009, p. 55), na mesma direção, professa a importância de ensinar e de ler literatura, destacando o caráter único que ela tem em comparação a outras linguagens que, segundo ele, também nos oferecem o conhecimento do outro, a percepção do tempo, enfim, narram a vida humana. Mas, ressalta,

o romance o faz, entretanto, com mais atenção que a imagem móvel e mais eficácia que a anedota policial, pois seu instrumento penetrante é a língua, e ele deixa toda a sua liberdade para a experiência imaginária e para a deliberação moral, particularmente na solidão prolongada da leitura. Ai o tempo é meu. Sem dúvida posso suspender o desenrolar do filme, pará-lo em uma imagem, mas ele durará sempre uma hora e meia, ao passo que eu dito o ritmo de minha leitura e das aprovações e condenações que ela suscita em mim. Eis porque a literatura continua sendo a melhor introdução à inteligência da imagem. E a literatura – romance, poesia ou teatro – inicia-me superiormente às finesses da língua e às delicadezas do diálogo.

Todorov (2009, p. 23-24) consigna que

mais densa e eloqüente que a vida cotidiana, mas não radicalmente diferente, a literatura amplia o nosso universo, incita-nos a imaginar outras maneiras de concebê-lo e organizá-lo. [...] Longe de ser um simples entretenimento, uma distração reservada às pessoas educadas, ela permite que cada um responda melhor à sua vocação de ser humano.

Muitas são as referências sobre a importância da leitura. Muitas delas, especialmente as sobre a leitura literária, são encontradas nos depoimentos e entrevistas de escritores e nos romances, contos, crônicas e poemas.

A reflexão sobre o fazer literário e sobre a leitura por escritores, e não exclusivamente pela Academia, é uma prática que vem se fortalecendo desde o século XX e se consolidou como característica da modernidade (PERRONE-MOISES, 1998, p.10). Esse comportamento, que leva escritores a refletir sobre o próprio ofício, escrever, e sobre a atividade vinculada a ele, ler, está intimamente ligado ao que Bourdieu (2011, p. 240) chama de “produção da crença no valor do produto”. Segundo o autor, o que distingue um produto cultural, no nosso caso o livro, o texto, de outro produto qualquer é a crença, ela própria produzida por quem o produz. A produção dessa crença, desse valor, ainda segundo o autor, não pode ser dominada individualmente,

é preciso que todos os produtores [escritores] colaborem nisso, mesmo que combatam. A polêmica entre intelectuais faz parte da produção da crença na importância do que fazem os intelectuais. Portanto, entre as condições que devem ser preenchidas para que um produto intelectual seja produzido, está a produção da crença no valor do produto. (BOURDIEU, 2011, p.240)

Dessa forma, produzindo a crença, são muitas as situações em que a literatura se embriaga de crítica e reflexão e ensaios críticos assumem um tom mais literário.

Sendo assim, começemos pelos escritores em seu exercício de reflexão, através de longas citações que serão importantes para que possamos construir uma concepção de leitura que norteará a análise proposta para essa pesquisa.

Bartolomeu Campos de Queirós, escritor e teórico no campo da formação de leitores de literatura, foi o autor do *Manifesto por um Brasil literário*, que é o marco inicial do *Movimento por um Brasil literário*, uma organização da sociedade civil que tem por objetivo valorizar e difundir a leitura literária no país. Para além de sua escrita literária, Bartolomeu Campos de Queirós foi, nas últimas décadas, um perene interlocutor de educadores, professores e bibliotecários em palestras por todo o Brasil e América Latina em prol da formação de leitores. Para ele

ter em mãos um livro é suportar, por meio de leve objeto, extenso fragmento do universo. É próprio do humano, mesmo percebendo o peso do seu fardo, buscar entender o lugar em que ele está inserido, sem ter pedido para vir ao mundo. Desejamos conhecer o que está dito e adivinhar o que ainda está por dizer, ansiamos saber e desconfiamos do que sabemos, escutamos e falamos e nos arrependemos, confiamos ou nos desacreditamos. Cremos na dúvida como caminho absoluto. Para tanto, o livro nos alivia diante de tamanhas incertezas. (QUEIRÓS, 2012, p. 90)

Na perspectiva do autoconhecimento e do desvendamento do mundo e do outro, indo ao encontro do que pensa Bartolomeu Campos de Queirós, Ana Maria Machado, escritora brasileira, vencedora do Hans Christian Andersen em 2000, considerado o Nobel da literatura infantojuvenil, acredita que

[a leitura literária] pode não ensinar a ver o mundo, porém ajuda a compreender de que maneira ele existe. Mais ainda, possibilita perceber de que outras maneiras diversas essa realidade pode ou poderia existir. Permite entender outras formas de encarar o mundo, mas também, concreta e afetivamente, permite entender as pessoas que o encaram de modo diferente do nosso (MACHADO, 2011, p. 19)

Marina Colasanti, outra escritora brasileira dedicada à reflexão em torno dos programas de promoção da leitura, também envereda pela defesa da leitura literária como forma de conhecer o mundo e de lidar melhor com a vida:

A literatura nada mais é, afinal, do que um longo, um interminável discurso sobre a vida, um artifício em que, através de narrativas, os seres humanos elaboram suas paixões, suas angústias, seus medos, e se aproximam do grande enigma do ser. Lendo, aprendemos não só a colocar em palavras os nossos próprios sentimentos, como, graças a representações simbólicas, aprendemos a vida. (COLASANTI, 2004, p. 188)

Na vizinha Argentina, María Teresa Andruetto, vencedora do Hans Christian Andersen em 2012, também atua na formação de professores e mediadores de leitura há mais de três décadas. Para ela,

nós, os leitores, vamos à ficção para tentar compreender, para conhecer algo mais acerca de nossas contradições, nossas misérias e nossas grandezas, ou seja, acerca do mais profundamente humano. É por essa razão, creio eu, que a narrativa de ficção continua existindo como produto da cultura, porque vem para nos dizer sobre nós de um modo que as ciências ou as estatísticas ainda não podem fazer. Uma narrativa é uma viagem que nos remete ao território de outro ou de outros, uma maneira, então, de expandir os limites de nossa experiência, tendo acesso a um fragmento de mundo que não é o nosso. Reflete uma necessidade muito humana: a de não nos contentarmos

em viver uma única vida e, por isso, o desejo de suspender um pouco o transcurso monocórdio da própria existência para ter acesso a outras vidas e outros mundos possíveis, o que produz, por um lado, certo descanso ante a fadiga de viver e, por outro, o acesso a aspectos sutis do humano que até então nos haviam sido alheios (ANDRUETTO, 2012, p. 54).

Outro argentino, Jorge Luís Borges, numa das cinco palestras que proferiu na Universidade de Belgrano, nos meses de maio e junho de 1978, declara seu encanto pelo que o livro, e sua leitura, podem representar para a humanidade:

Dos diversos instrumentos utilizados pelo homem, o mais espetacular é, sem dúvida, o livro. Os demais são extensões de seu corpo. O microscópio, o telescópio são extensões de sua visão; o telefone é extensão de sua voz; em seguida, temos o arado e a espada, extensões de seu braço. O livro, porém, é outra coisa: o livro é a extensão da memória e da imaginação (BORGES, 2002, p. 13).

Carlos Fuentes, mexicano, escritor e professor, postula sua crença na leitura como um gesto político:

um livro [sua leitura] nos ensina o que falta à pura informação: um livro nos ensina a ampliar simultaneamente o entendimento de nossa própria pessoa, o entendimento do mundo objetivo fora de nós e o entendimento do mundo social onde se reúnem a cidade – a polis – e o ser humano – a persona. (...) O livro nos diz que nossa vida é um repertório de possibilidades que transformam o desejo em experiência e a experiência em destino (FUENTES, 2006, p. 155).

Ítalo Calvino, italiano, além de fabular magicamente, se envereda na indagação do fazer literário. Nas suas Charles Eliot Norton Poetry Lectures, entre 1985-1986, na Universidade de Harvard: “No universo infinito da literatura sempre se abrem outros caminhos a explorar, novíssimos ou bem antigos, estilos e formas que podem mudar nossa imagem do mundo” (CALVINO, 1990, p.19-20).

O escritor espanhol Javier Marías, numa entrevista à Paris Review⁵, em 2006, ao se referir ao *pensamiento literario*, tratando da leitura de romances e citando William Faulkner, diz que

acender um fósforo no meio da noite num descampado não permite ver nada mais claramente, apenas ver com clareza toda a escuridão em volta. A [leitura de] literatura faz isso, mais do que qualquer coisa. Não ilumina,

⁵ Revista literária norte-americana.

exatamente, mas, como o fósforo, permite enxergar o tamanho da escuridão que existe (MARÍAS, 2011, p. 419).

Pelo mesmo caminho segue Orhan Pamuk, escritor turco laureado com o Nobel de literatura em 2006:

Ler um romance é confrontar-se tanto com a imaginação do autor quanto com o mundo real cuja superfície arranhamos com uma curiosidade tão inquieta. Quando nos refugiamos num canto, nos deitamos numa cama, nos estendemos num divã com um romance nas mãos, nossa imaginação passa a trafegar o tempo todo entre o mundo daquele romance e o mundo no qual ainda vivemos. O romance em nossas mãos pode nos levar a um outro mundo onde nunca estivemos, que nunca vimos ou de que nunca tivemos notícia. Ou pode nos levar até as profundezas ocultas de uma personagem que, na superfície, parece semelhante às pessoas que conhecemos melhor (PAMUK, 2010, p. 266).

Marcel Proust, em *Sobre a leitura*, atribui ao ato de ler o grande benefício que é a formulação de perguntas e indagações, que tem uma duração muito maior do que o tempo cronológico da leitura:

E nisto reside, com efeito, um dos grandes e maravilhosos caracteres dos belos livros (que nos fará compreender o papel, ao mesmo tempo essencial e limitado que a leitura pode desempenhar na nossa vida espiritual) que para o autor poderiam chamar-se “Conclusões” e para o leitor “Incitações”. Sentimos muito bem que nossa sabedoria começa onde a do autor termina, e gostaríamos que ele nos desse respostas, quando tudo o que ele pode fazer é dar-nos desejos. Estes desejos, ele não pode despertar em nós senão fazendo-nos contemplar a beleza suprema à qual o último esforço de sua arte lhe permitiu chegar. Mas por uma lei singular e, aliás, providencial da ótica dos espíritos (lei que talvez signifique que não podemos receber a verdade de ninguém e que devemos criá-la nós mesmos), o que é o fim de sua sabedoria não nos aparece senão como começo da nossa, de sorte que é no momento em que eles nos disseram tudo que podiam nos dizer que fazem nascer em nós o sentimento de que ainda nada nos disseram (PROUST, 2001, p. 30-31).

O filósofo francês Jean-Paul Sartre, citado por Piglia, ao discutir o que é a literatura, também se debruça sobre o porquê de lermos romances:

Por que se lêem romances? Falta alguma coisa na vida da pessoa que lê, e é isso que ela procura no livro. O sentido, evidentemente, é o sentido de sua vida, dessa vida que para todo mundo é torta, mal vivida, explorada, alienada, enganada, mistificada, mas acerca da qual, ao mesmo tempo, aquele que a vive sabe muito bem que poderia ser outra coisa. (PIGLIA, 2006, p. 136)

Para além dos depoimentos de escritores sobre leitura, recolhidos em entrevistas publicadas, artigos e ensaios, é muito significativa também a forma com que ela, a leitura, se apresenta nos textos literários, isto é, em romances, contos, crônicas e poemas. *Dom Quixote*, *Madame Bovary* e *Auto-de-fé*⁶, são exemplos europeus clássicos, dentre inúmeros outros, de romances que têm como tema a leitura e os livros.

O israelense Amós Oz, em sua autobiografia literária *De amor e trevas*, lança mão de *Crime e castigo*, de Fiodor Dostoievski, para abordar a experiência da leitura literária, do encontro com os medos e as angústias mais íntimas de cada um, propiciados por um personagem como Raskolnikov. Para além da descoberta de que o desamparo, o desespero, a humilhação e muitos outros sentimentos são comuns a Raskolnikov e a todos os homens, o que faz com que o fardo pareça mais suportável pela partilha do que é humano, é na escuta que a leitura literária acolhe os leitores em sua mais profunda intimidade: a literatura convoca os leitores ao encontro com os seus segredos mais inconfessáveis, num diálogo generoso, estendido no tempo e no espaço, com toda a humanidade. A leitura literária exige, através de personagens como Raskolnikov, o enfrentamento de si mesmo e o encontro com o outro, com o estranho, com o horrível, com o belo também, o que proporciona uma compreensão mais ampliada da vida e do mundo.

(...) o terreno que o bom leitor prefere palmilhar ao ler um bom livro não se encontra entre o texto e seu autor, mas sim entre o texto e o próprio leitor: a questão não é se “Quando Dostoievski ainda cursava a faculdade, ele andava assaltando e matando pobres velhinhas?”, mas sim se você, leitor, pode experimentar se colocar no lugar de Raskolnikov para desse modo sentir em sua própria pele todo o horror, o desespero, a humilhação maligna misturada à arrogância napoleônica, as alucinações megalomaniacas, o aguilhão da fome e da solidão, o desejo, a exaustão e a nostalgia da morte para que se possa então fazer a comparação (cujo resultado será mantido em segredo) não entre o personagem da história e os diversos acontecimentos da vida do autor, mas entre o personagem da história e o seu próprio eu, o seu eu secreto, perigoso, infeliz, louco, criminoso, é esse o ser ameaçador que você mantém sempre bem preso, bem no fundo, dentro de sua masmorra mais tenebrosa para que ninguém no mundo jamais suspeite, D’us o livre, de sua existência, nem seus pais, nem as pessoas que você ama, para que não fujam tremendo de medo de você, como fugiriam de um monstro horrível – e então, quando você lê a história de Raskolnikov, (...) vai poder trazer esse Raskolnikov para dentro de si próprio, para dentro dos seus porões, para os seus labirintos sombrios, para além de todas as trancas, para dentro da masmorra, e lá poderá fazer que ele encontre os seus monstros mais indecorosos, mais obscenos, e assim poderá comparar os monstros de Raskolnikov com os seus próprios monstros, aqueles que na vida civil você

⁶ Miguel de Cervantes, Gustave Flaubert e Elias Canetti são os respectivos autores dos romances citados acima.

nunca poderá comparar com nenhum outro, pois nunca os apresentará a nenhuma alma viva, nem mesmo em sussurros, na cama, ao ouvido de quem se deita com você à noite, para que o outro não arranque no mesmo instante o lençol e nele se enrole, e fuja de você aos gritos de horror. (OZ, 2005, p. 44)

No Brasil, muitos escritores se ocuparam também do ato de ler em suas obras literárias.

Num dos seus mais conhecidos contos, Clarice Lispector faz uma declaração de amor à leitura. O conto *Felicidade clandestina* narra as desventuras e o sofrimento por que passa uma menina pré-adolescente para ter emprestado de uma colega *As reinações de Narizinho* que quando chega, finalmente, às suas mãos, passa de um simples livro a objeto de amor: “Às vezes sentava-me na rede, balançando-me com o livro aberto no colo, sem tocá-lo, em êxtase puríssimo. Não era mais uma menina com um livro: era uma mulher com o seu amante”. (LISPECTOR, 1998, p. 12)⁷

Aníbal Machado se dedicou especialmente ao tema em *Cadernos de João*. Nesse livro, essencialmente de prosa poética, o mineiro de Sabará se debruça literária e filosoficamente sobre o ato de ler e escrever em pequenos textos de beleza extraordinária:

Uma coisa entre herbário e casa de pássaros, com nascentes de água no branco das páginas, e rumor de concha marinha em cada frase. Uma coisa em polpa de fruta, o sumo escorrendo entre as rachas; que ameace fugir das mãos para mergulhar e voar; que nos destrua à noite e nos ressuscite esquecidos da véspera; que nos faça amanhecer muitas vezes. Um livro que esteja ventando em cada folha e fazendo sol nas margens. Um livro que suscite no leitor a vontade de fechá-lo depressa e ir vivê-lo fora de suas páginas (MACHADO, 2002, p. 107)

Também Graciliano Ramos, no autobiográfico *Infância*, narra as dificuldades de um menino aprendendo a ler e descobrindo as possibilidades da leitura no afeto do pai:

Ora, uma noite, depois do café, meu pai me mandou buscar um livro que deixara na cabeceira da cama. Novidade: meu velho nunca se dirigia a mim. (...) Espantado, entrei no quarto, peguei com repugnância o antipático objeto e voltei à sala de jantar. Aí recebi ordem para me sentar e abrir o volume. Obedeci engulhando, com a vaga esperança de que uma visita me interrompesse. Ninguém nos visitou naquela noite extraordinária. Meu pai determinou que eu principiasse a leitura. Principiei. Mastigando as palavras, gaguejando, gemendo uma cantilena medonha, indiferente à pontuação, saltando linhas e repisando linhas, alcancei o fim da página, sem ouvir gritos. Parei surpreso, virei a folha, continuei a arrastar-me na

⁷ Ver LACERDA, Nilma. **Tortura e glória: fugas na ordem dos livros**. Belo Horizonte: Secretaria de Estado de Cultura / Superintendência de Bibliotecas Públicas, 2010.

gemedeira, como um carro em estrada cheia de buracos. (...) Explicou-me que se tratava de uma história, um romance, exigiu atenção e resumiu a parte já lida. Um casal com filhos andava numa floresta, em noite de inverno, perseguido por lobos, cachorros selvagens. Depois de muito correr, essas criaturas chegavam à cabana de um lenhador. Era ou não era? Traduziu-me em linguagem de cozinha diversas expressões literárias. Animei-me a parolar. Sim, realmente havia alguma coisa no livro, mas era difícil conhecer tudo. (RAMOS, 1986, p. 200-201)

Se no universo literário, tanto no exercício da crítica quanto na literatura, as idéias convergem para o entendimento da leitura, especialmente a literária, como forma de autoconhecimento e de desvendamento do outro e do mundo, no campo teórico os entendimentos são mais divergentes, embora seja unânime o reconhecimento da importância da leitura literária, por razões distintas (entretenimento, lazer, suporte para o ensino de disciplinas do currículo escolar etc.).

Nessa pesquisa, nos apoiaremos em autores que vão ao encontro da ideia de leitura professada pelos escritores acima citados: a que, acredita-se, contribui para o autoconhecimento, para uma percepção ampliada e plural do mundo e dos outros e para a educação intelectual dos sujeitos.

Numa pesquisa sobre o significado da leitura na vida de jovens da zona rural e de bairros marginalizados nas periferias de grandes cidades francesas, entre eles muitos imigrantes africanos e do leste europeu, Petit (2008) constata que a leitura, mesmo que não se constitua como hábito, ajuda os jovens a se fortalecerem diante dos processos de exclusão social e de marginalização. Através da possibilidade de deslocamento e de uma percepção mais ampliada do outro e do mundo, condição inerente à leitura literária, como defendido pelos autores anteriormente citados, o ato de ler se apresenta como uma recusa à privação do pensamento, em “tempos em que o pensamento se faz raro” (PETIT, 2008, p. 19).

Para os jovens entrevistados por Petit (2008), a leitura se configura como uma forma de fazer parte de um mundo ao qual estão social, econômica e culturalmente interditados, muitas vezes até no desejo. Tomar a palavra escrita e elaborar intelectualmente sentido para a vida é um ato político, mesmo se circunscrito à intimidade de cada um. Quando nos damos conta, e isso é muito difícil e demanda muito trabalho, de que ler

é não só trilhar as pegadas da diferença produzida por um livro, mas também, de certa forma, caminhar pela floresta inteira onde essas pegadas já foram ou serão seguidas. Nessa floresta, estão todos sozinhos, mas cada um, se assim desejar, pode igualmente ouvir outros passos que não os seus (BAILLY, 2012, p. 19),

um mundo inteiro se oferece, a partir da percepção do que a escrita significa. O mundo grande, antigo, diferente e estranho encerrado pelos livros, especialmente pela literatura, numa língua muito distinta da que se fala e do uso que pragmaticamente dela se faz – e isso é muito importante tanto no caso dos imigrantes quanto no dos franceses, se temos em vista a pesquisa realizada por Petit (2008), com aplicação direta ao olhar para um enorme contingente de jovens brasileiros, que tem na língua apenas uma forma de comunicação -, tem uma grande chance de se constituir como um exercício de identidade, de conhecimento do eu em relação ao outro, de conhecimento da vida, como ela é entendida por BAILLY, muito além do “totem aglutinador, orgânico e comunal de uma comunidade de viventes, mas algo de muito mais difuso, frágil, descentrado, qual seja, a integralidade da significância, a imensa fuga para a frente, correndo daquilo que é” (BAILLY, 2012, p. 33).

A ideia de leitor consignada por Lacerda ([200-]) vai ao encontro do entendimento de Petit (2008) e ajuda a consolidar, num documento governamental de avaliação das ações de formação de professores e mediadores de leitura do PROLER – Programa Nacional de Incentivo à Leitura, vinculado à Fundação Biblioteca Nacional, autora dos documentos que são objeto dessa pesquisa, a ideia de leitura como condição para uma vida cidadã e para o pensamento autônomo, que extrapola os aspectos pragmáticos do cotidiano, sem desconsiderá-los:

(...) o livre-arbítrio – que torna os seres humanos responsáveis por seus atos – encontra sustento devido na informação e no arcabouço reflexivo que caracterizam a condição de leitor. Ler não é tão-somente uma ação pragmática, porém um exercício da razão e do devaneio – duas faces que compõem a mente humana, como cara e coroa fazem o todo de uma moeda. (...) leitores costumam ser formuladores de perguntas e capazes, como tal, de escrever sentenças diversas das que lhes foram ensinadas como as únicas possíveis, verdadeiras ou legítimas. O fato de ser leitor traz como única garantia a perspectiva da escrita como tarefa aberta, inacabada, que a humanidade confia a si própria, na possibilidade de exercer o melhor de sua condição. (LACERDA, [200-], p. 13)

O entendimento de *leitor* postulado por Lacerda se aproxima do de *intelectual* defendido por Said (2005), ratificando a ideia de um sujeito que, mais que competências e habilidades em torno da leitura e da escrita, tenha consciência e desejo de participação política na sociedade em que vive:

No fundo, o intelectual, no sentido que dou à palavra, não é nem um pacificador nem um criador de consensos, mas alguém que empenha todo o seu ser no senso crítico, na recusa em aceitar fórmulas fáceis ou clichês

prontos, ou confirmações afáveis, sempre tão conciliadoras sobre o que os poderosos ou convencionais têm a dizer e sobre o que fazem. Não apenas relutando de modo passivo, mas desejando ativamente dizer isso em público. (SAID, 2005, p. 35-36)

Mas além de validar a leitura como instrumento para a construção da autonomia dos sujeitos, Lacerda ([200-]) traz para a discussão um novo elemento: a importância da consciência da necessidade de participação no mundo da escrita, isto é, o entendimento de por que e para que ler para que a leitura e a escrita se constituam uma necessidade e um bem. Tanto em suas reflexões teóricas quanto em sua produção literária, essa questão se apresenta como preocupação constante. Em *Bárbara debaixo da chuva*, somos convidados a partilhar as angústias de uma menina aprendendo a ler e a escrever numa escola rural. Conversando com a diretora e com o professor, a menina relembra um “avô” comum de todas as crianças da região:

- Foi isso que seu Nedil ensinou pra mim, dona Marta. A história de Iansã e de Santa Bárbara, que está no meu nome. A história do caranguejo que anda de lado por esperteza, um presente que a lua deu pra ele. E que é importante saber escrever para não deixar essas histórias morrerem. Ele disse que na escola eu estava podendo viver uma grande aventura, a maior aventura da humanidade, ele falou pra mim. (...)

- Mas eu não entendo ainda muito bem o que é essa aventura – [Bárbara] teve coragem de dizer.

Dona Marta continuou:

- É poder receber o que os outros seres deixaram antes para você, é poder deixar para os outros que virão aquilo que você pensar, que você criar, que você escrever. E não é só isso: é poder ter armas para lutar por seus direitos. É saber que, ao assinar um papel, você está concordando com coisas que nem sempre são boas para você. Quem não sabe ler nem escrever acaba sendo, muitas vezes enganado. (LACERDA, 2010, p. 102-103)

Ao dizer que não entende bem o que significa saber ler e escrever, atividades que lhe foram socialmente impostas como importantes sem a menor explicação, a pequena Bárbara dá o primeiro passo para sua educação intelectual: questiona e quer entender o porquê daquilo, isto é, rejeita, consciente e inconscientemente, o que não lhe faz promessa alguma. De maneira consciente porque tem a coragem de dizer que não sabe por que tem que ler e escrever; de forma inconsciente na medida em que não aprende, durante todo o ano, as letras que lhe são ensinadas.

A reflexão sobre um objeto de estudo ou de trabalho como motor e protagonista de qualquer atividade intelectual, foi amplamente discutida por Theodor W. Adorno. Em um texto sobre a formação de professores de filosofia, especificamente sobre concursos para a

ocupação de vagas para cadeiras dessa disciplina nas universidades, Adorno aponta a relação com o trabalho, isto é, com o objeto de interesse, como sendo essencial para o exercício da atividade intelectual. Mais que o conhecimento específico da disciplina em questão, é na reflexão sobre ela mesma, sua razão de ser, que se instala a resistência contra a aceitação de uma consciência reificada, que, sem nem mesmo perceber que o faz, admite a vida e as coisas como alguém um dia disse que elas são ou deveriam ser. As considerações que tece acerca dos futuros professores de filosofia, objeto do seu estudo nesse texto, também se aplicam aos professores, bibliotecários e demais profissionais que lidam com a formação de leitores:

que os futuros professores tenham uma luz quanto ao que eles próprios fazem, em vez de se manterem desprovidos de conceitos em relação à sua atividade. (...) A auto-reflexão e o esforço crítico são dotados por isso de uma possibilidade real, a qual seria precisamente o contrário daquela dedicação férrea pela qual a maioria se decidiu. Esta contraria a formação cultural e a filosofia, na medida em que de antemão é definida pela apropriação de algo previamente existente e válido, em que faltam o sujeito, o formando ele próprio, seu juízo, sua experiência, o substrato da liberdade. (ADORNO, 1995, p. 69)

Essa abordagem é um ponto de partida para Meek (2004, p.52-53), que afirma que o que faz a diferença na formação de um leitor não é a inteligência, nem o vínculo com boas escolas e nem mesmo a condição social, embora esses fatores sejam importantes, mas sim “el hecho de saber en qué consiste el acto de leer, y esto incluye las sensaciones al momento de leer y las posibilidades que abre la lectura”.

Castrillón (2011, p. 16), ao pensar a leitura e a escrita como um direito, no âmbito da formulação de políticas públicas para a área, rechaça o discurso e as campanhas esvaziadas em prol da valorização da leitura e faz coro a Lacerda ([200-]) e Meek (2004), afirmando que

somente quando a leitura constituir uma necessidade sentida por grandes setores da população, e essa população considerar que a leitura pode ser um instrumento para seu benefício e for de seu interesse apropriar-se dela, poderemos pensar numa democratização da cultura letrada. (CASTRILLÓN, 2011, p. 16)

Britto (2003), por sua vez, faz uma crítica contundente aos pressupostos e ao discurso que sustentam campanhas e programas pela valorização da leitura que teriam, em tese, o objetivo de convencer a população de que ler é importante. Através da análise de pinturas, fotografias, campanhas publicitárias e justificativas de ações da sociedade civil pela

democratização do acesso à leitura, constata que as práticas leitoras subentendidas nesses olhares pressupõem um sujeito que, mesmo que minimamente, saiba ler e que esteja inserido num contexto social onde a leitura seja uma prática legitimada e ritualizada. Além disso, aponta o equivocado entendimento de que a acessibilidade física ao livro é o bastante: não basta levar material escrito – livros, revistas, gibis, computadores – a favelas, hospitais, creches, parques, comunidades ribeirinhas, presídios etc. para que as pessoas leiam. Desconsidera-se completamente que as condições para a apropriação da leitura estão ligadas às questões sociais, econômicas e culturais da população, num pensamento precário de que “é possível incluir toda a gente sem modificar o modelo excludente de sociedade” (BRITTO, 2003, p. 140). Desconsidera-se a violência simbólica à qual as classes excluídas, não só do mundo da escrita, mas de inúmeros bens materiais e imateriais, são submetidas cotidianamente, seja na escola, no trabalho, na moradia, na saúde e na perspectiva de vida.

Tomando como exemplo as bibliotecas públicas da Colômbia, que “são vistas como espaços de prevenção, de contenção, como uma possibilidade de ensaiar outros discursos” (REYES, 2012, p. 80), Yolanda Reyes alerta sobre a armadilha de se creditar à leitura e à biblioteca uma transformação que é complexa e dependente de muitas variáveis:

Uma armadilha porque não é suficiente corrigir os espaços simbólicos sem mudar a realidade, e por isso desconfio desses enfoques que conferem certo valor messiânico à promoção da leitura e que delegam às bibliotecas uma transformação de nossas condições de iniquidade e de injustiça que são inadmissíveis e que competem ao Estado. (REYES, 2012, p. 80)

Ao que Britto (2003, p. 140) chama de “proselitismo da leitura”, numa aproximação com os discursos e práticas religiosas que em busca de fiéis repetem exaustivamente uma fala pré-fabricada e dogmática, Castrillón (2011, p. 20) acrescenta, criticamente, suas considerações sobre o tema:

Tais campanhas, em geral, baseiam-se em palavras de ordem que pretendem nos convencer da necessidade dessa prática, sem levar em conta que nada se torna necessário – e muito menos a leitura, que é um exercício difícil, que exige um tempo cada vez mais escasso e um esforço que poucos estão dispostos a realizar – se não se tiver a íntima convicção de que ler pode ser um meio para melhorar as condições de vida e as possibilidades de ser, de estar e de atuar no mundo.

Lajolo & Zilberman (2009) também se debruçam sobre a questão e, partindo do Eixo 3 do Plano Nacional do Livro e Leitura (BRASIL, 2006), *Valorização da leitura e*

*comunicação*⁸, e da análise de campanhas publicitárias realizadas pelo próprio Plano Nacional do Livro e Leitura para a valorização da leitura como prática social, fazem alguns apontamentos. O mais conclusivo é de que a hipótese das campanhas publicitárias é de que “uma das causas de se ler pouco no Brasil é a circunstância de as pessoas ignorarem a importância que livros e leitura podem desempenhar em sua vida” (LAJOLO; ZILBERMAN, 2009, p. 128). Para resolver esse problema, informam as autoras, tenta-se convencer a população de que ler é importante e que essa prática traz muitas vantagens para aqueles que a adotam. Nessa perspectiva, o livro e a leitura são tratados como mercadoria qualquer e o discurso em torno deles é, mais que esvaziado de sentido, contraproducente, pois associa o ato de ler ao consumo fácil, que pode ser realizado apenas por uma escolha induzida pela propaganda.

Na formulação do reforço [que o PNLL se esforça para incutir no imaginário da população de que vale a pena ler], contudo, a leitura se metamorfoseia em mercadoria, pois aparece na condição de objeto vendável, a ser adquirido por um consumidor graças às vantagens oferecidas. O resultado é a reificação da leitura; e, assim reificada, ela corre o risco de perder seu significado transitivo, de compartilhamento de experiência, para se transformar em produto com o qual a única relação possível é o consumo, que unicamente pela imposição – “tem que” – se justifica. (LAJOLO; ZILBERMAN, 2009, p. 133)

Já sabemos o que a leitura, especialmente a literária, oferece ao sujeito, ou melhor, o que a participação no mundo da escrita pode oferecer ao sujeito: visão ampliada de mundo, conhecimento de si e do outro, percepção do espaço e do tempo histórico, pensamento autônomo. Essa é uma perspectiva política da leitura, que se contrapõe a uma vertente tecnicista (BRITTO, 2012). Na vertente tecnicista, os atos de ler e escrever são considerados competências, dissociados de outros conhecimentos, como uma operação mental abstrata, comum a todas as pessoas e passível de verificação uniforme. Nessa abordagem, em que visão de mundo e condições sociais são desconsideradas, uma educação igualitária, que contempla o ensino de leitura e escrita, seria aquela que permitisse a todos o desenvolvimento das mesmas habilidades. O viés tecnicista da leitura e da escrita tem no horizonte a formação de sujeitos funcionalmente alfabetizados, o que, é importante destacar, em muito se diferem de sujeitos participantes do mundo da escrita. Mais que uma população com habilidades para ler e escrever um texto, minimamente instruída para o mercado de trabalho e para as

⁸ Atualmente, o nome do eixo 3 do PNLL é *Valorização institucional da leitura e incremento de seu valor simbólico*.

necessidades da sociedade urbano-industrial, a perspectiva política da leitura contempla a permanente educação intelectual do sujeito, a construção do conhecimento, “o exercício da razão e do devaneio – duas faces que compõem a mente humana, como cara e coroa fazem o todo de uma moeda” (LACERDA, [200-]), o que tem como condição *sine qua non* o entendimento do que significa, para cada pessoa isoladamente e no coletivo, ter ou não a posse da letra.

3.1 Análise dos documentos

Biblioteca pública: princípios e diretrizes, em suas cento e sessenta páginas, faz apenas duas referências explícitas ao conceito de leitura, apesar de afirmar algumas vezes sua importância na formação do cidadão. Mesmo nessas duas ocasiões, o conceito apresenta-se diluído em outras questões, sem o devido tratamento e aprofundamento reflexivo que exige, se consideramos a natureza e os objetivos da publicação: orientar os trabalhadores das bibliotecas públicas municipais brasileiras.

A primeira abordagem é um alerta em meio à informação sobre “o forte papel assumido pelos modernos meios de comunicação de massa” na sociedade brasileira contemporânea:

a leitura é condição essencial para que o indivíduo tenha acesso à informação. A leitura – considerada não apenas como a decodificação de signos gráficos, mas a capacidade de percepção crítica e interpretativa da informação – é instrumento essencial para transformar a informação em conhecimento. (FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL, 2000, p. 23)

O termo aparece novamente quando *Biblioteca pública: princípios e diretrizes* destaca sua importância para além da aquisição e transmissão de conhecimento: “a leitura é fonte de lazer e de prazer e deve fazer parte do cotidiano de todos os indivíduos, inclusive dos profissionais que atuam nas bibliotecas, para que possam melhor desempenhar o papel de mediadores de leitura” (FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL, 2000, p. 93).

Em nenhuma das referências que faz ao termo, o Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas convida os gestores das bibliotecas, público-alvo do manual, à reflexão sobre a leitura e sua importância para além da aquisição e transmissão de conhecimento e como “fonte de lazer e de prazer”. Questões aparentemente óbvias, mas extremamente importantes, são desconsideradas ou mesmo ignoradas pelo documento. É fundamental, como defende Theodor W. Adorno, a reflexão sobre e por que se faz o que se faz, na construção do

conhecimento sobre determinada atuação. Do contrário, reproduziremos um discurso esvaziado, que em nada implicará na formação dos profissionais que trabalham nas bibliotecas, na contramão da promessa de cidadania tantas vezes professada no documento e no discurso lugar-comum sobre o tema.

Mais que repetir à exaustão, como verdade absoluta, as benesses que a leitura pode produzir na vida das pessoas, para que ela de fato contribua no processo de construção e fortalecimento da cidadania, é necessário que todos entendam, especialmente quem lida profissionalmente com a questão, como professores, bibliotecários, mediadores de leitura etc., o que significa ler e também o que representa não ler, por que a leitura é importante, de que maneira ela pode agir individual e coletivamente na vida das pessoas e, especialmente, como é o principal meio para a educação intelectual de uma sociedade regida pela cultura letrada.

Desconsiderar a reflexão sobre a leitura no âmbito de uma proposta que oferece princípios e diretrizes para bibliotecas públicas, especialmente quando estas se apresentam como braço estendido para a construção da cidadania, é uma ação apolítica com sérias implicações políticas, na medida em que contribui para a manutenção de um discurso vazio e de uma consciência reificada, nas palavras de Theodor W. Adorno. Nessa perspectiva, que desconsidera ou coloca num segundo ou terceiro plano a discussão sobre a leitura, a biblioteca se exime da atividade questionadora, incomodada, e se recolhe ao conforto do *status quo*, radicalmente oposto à atividade intelectual defendida por Edward W. Said.

A segunda publicação analisada por essa pesquisa, *Um olhar diferenciado sobre a Biblioteca Pública: impactos da gestão inovadora*, não trata do conceito de leitura.

Em nenhum dos dois documentos há, nas referências bibliográficas e na bibliografia consultada, livros ou artigos sobre o tema leitura. Os textos e livros relacionados se referem a administração e gestão de empresas e a planejamento estratégico.

4 A BIBLIOTECA PÚBLICA: REFLEXÃO TEÓRICA

Considerando a participação no mundo da escrita como condição essencial à educação intelectual dos sujeitos e entendendo que somente desde uma perspectiva política podemos vislumbrar, mesmo que utopicamente, uma educação igualitária no país, precisamos compreender as instâncias de acesso ao livro e à leitura no Brasil e entender de que forma contribuem nessa empreitada. Não trataremos aqui do mais importante e de maior alcance espaço de leitura e escrita, a escola, com suas salas de aula, bibliotecas escolares e propostas pedagógicas. Nossa pesquisa tem como objeto as orientações do Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas / Fundação Biblioteca Nacional / Ministério da Cultura para as bibliotecas públicas municipais brasileiras, através de duas publicações, que são, ou deveriam ser, por força da lei, orientadas pelo mesmo.

Tendo em vista as discussões sobre leitura no capítulo anterior, passamos a buscar a compreensão de como o conceito de biblioteca pública atual foi sendo construído ao longo do tempo.

Mueller (1984) faz esse percurso histórico e apresenta, a partir de autores americanos e ingleses, em sua maioria, a evolução do entendimento da função social das bibliotecas públicas. A escolha por autores americanos e ingleses se dá em função da farta existência de material sobre o tema nesses países.

Com o desenvolvimento da indústria e a crescente urbanização nos séculos XVIII e XIX na Europa e nos Estados Unidos, surgia a necessidade de educação e instrução para que a população se adequasse ao novo modo de vida e às novas formas de trabalho que aos poucos se estabeleciam. Nesse contexto, as bibliotecas são vistas como importantes instrumentos para a “ordem social e o progresso nacional, e, especialmente nos Estados Unidos, para a manutenção da democracia”. (MUELLER, 1984. p. 9).

Jevons (1978, p.16) concebia a biblioteca pública como instrumento de baixo custo para a manutenção da ordem pública, uma vez que “permitia dar ao povo acesso à boa literatura, fazendo das bibliotecas públicas o meio mais econômico de se tentar manter ‘homens exaustos e sem dinheiro entretidos em prazeres inocentes’, e portanto fora das prisões, tribunais e asilos”.

Na perspectiva educacional, Dewey abraçou a idéia da biblioteca pública como espaço para a educação da população, sendo essa, a educação da população, a solução para os problemas sociais. Assim, defendia a biblioteca pública como espaço difusor do conhecimento e da educação, tratando a todos como iguais no que ela poderia oferecer. Num

artigo publicado no primeiro número do *Library Journal*, em 1876, defende a educação para todos,

tanto para ricos como para pobres, tanto para plebeus como para o príncipe, para pretos e brancos, para o nativo e o estrangeiro, para o inteligente e o atrasado, tanto para o homem como para a mulher, para o surdo, o mudo e o cego, para os defeituosos e os delinqüentes, que na antiga concepção eram deixados à margem. (...) Agora a biblioteca é como uma escola, e o bibliotecário é, no mais alto sentido, um professor, e o visitante é um leitor entre livros como um trabalhador entre suas ferramentas (DEWEY, 1876, p. 21)

Jevons e Dewey retratam as expectativas em torno das bibliotecas públicas no final do século XIX: delas se esperava a educação das classes mais baixas e a preservação dos valores sociais vigentes e os conseqüentes resultados dessa orientação para a organização social.

Nos primeiros anos do século XX, John Cotton Dana já pensava e propunha a ampliação do escopo do trabalho das bibliotecas públicas, para além de sua função educacional. Para ele, as bibliotecas deveriam apostar numa perspectiva cultural e humanista, pois

nos livros de uma biblioteca se encontram todos os interesses da vida... [e] é uma das obrigações da biblioteca mostrar à sua comunidade que isto é verdade; que em seus livros estão todos os pensamentos, os feitos, e sonhos dos homens e que através de seus livros todos podem adquirir uma visão ampla e integral das coisas (DANA, 1906, p. 11)

Nesse novo contexto, com um papel estritamente educacional já problematizado e ao mesmo tempo com suas propostas de ampliação de interesses não contando com a aprovação geral, as bibliotecas sentiram a necessidade de se legitimar, ampliando o número de pessoas atendidas, para garantirem sua manutenção.

Com a popularização das bibliotecas, alguns questionamentos começaram a se apresentar. Um deles era a pertinência de se oferecer com dinheiro público a literatura popular, considerada perniciosa e sem utilidade aparente na promoção da moralidade e do bom gosto. Herbert Putnam, bibliotecário-chefe da Biblioteca do Congresso americano no início do século, defendia a existência da literatura popular nos acervos e recusava a função de promover a moralidade e o bom gosto para as bibliotecas. Para ele, a mescla de literatura popular com outros livros poderia “influenciar o gosto das pessoas através de um processo gradual e progressivo de contato com os livros (...) e através da mediação crescente exercida pelo bibliotecário entre livros e leitor”. (PUTNAM, 1915, p. 40)

A Special Libraries Association, fundada nos Estados Unidos em 1909, rejeitava a função educativa como o mais importante em uma biblioteca e defendia a preservação e a difusão do conhecimento como a verdadeira finalidade da instituição. Nesse contexto, Ernest Cushing Richardson propôs a busca por uma “filosofia da biblioteconomia”. A fundação da escola de pós-graduação em biblioteconomia da Universidade de Chicago surge nesse contexto e institucionaliza a pesquisa organizada e sistemática na área, com um forte viés social e foco no grupo, no coletivo.

Num discurso inaugural no Congresso Internacional de Bibliotecários em 1935, em Paris, o espanhol Ortega y Gasset propõe um novo olhar para as bibliotecas públicas e os bibliotecários, afirmando que a função da biblioteca pública muda ao longo do tempo e será determinada pelo uso feito da informação escrita e pela importância que ela assume na vida das pessoas.

Para estabelecer a função (missão) do bibliotecário, temos que começar não com aquele que é o bibliotecário, nem com suas tarefas, interesses ou conveniências, nem tão pouco com uma definição ideal abstrata e definitiva do que é uma biblioteca, mas com a necessidade social a que a profissão serve. Esta necessidade, assim como tudo que é humano, não é fixa mas essencialmente variável, migratória, em evolução – em suma, histórica”. (ORTEGA Y GASSET, 1947, p. 215)

As mudanças sociais geradas pela Segunda Guerra Mundial trouxeram implicações também para a educação e para as bibliotecas. Envolvidas em sistemas de metas num esforço de reconstrução, muitos bibliotecários temeram que as bibliotecas “pudessem ser usadas para a massificação das pessoas, impedindo-as de terem suas idéias próprias, o que, como a guerra demonstrara, poderia acontecer facilmente”. (MUELLER, 1984. p. 25)

Nesse cenário, Broadfield professava como principal função das bibliotecas o estímulo ao conhecimento e à liberdade de pensamento, em detrimento da educação de cidadãos e do bem social:

O ser humano é o mais alto objetivo, e a sua condição de liberdade sua mais alta condição, liberdade de pensamento o elemento mais fundamental de sua liberdade e a biblioteca um dos instrumentos básicos para mantê-la. A filosofia de biblioteconomia que incorpora este princípio não é construída com base no dito usual de obrigação de biblioteca para com a sociedade, mas com base no serviço de biblioteca para o homem, e a obrigação da sociedade para o homem, e daí a obrigação da sociedade para com a biblioteca que serve ao homem. Ao indivíduo deve ser garantida a chance de poder desenvolver o que ele ache ser de seu próprio interesse (BROADFIELD, 1949)

Ratificando o entendimento de Broadfield (1949), que defendia o investimento no indivíduo e no seu direito a pensar livremente, tendo as bibliotecas como suporte para isso, Raymond Irwing alertava ainda para o perigo da influência estatal sobre as bibliotecas e sugeria sua desvinculação da administração pública:

... o objetivo e a meta da biblioteca num país democrático são encorajar o indivíduo a aprender, levá-lo a tirar suas próprias conclusões, livremente e sem pressões, e a basear seu raciocínio e suas opiniões em fatos observados; a viver plenamente e criativamente sua própria vida, vida que seja intelectualmente honesta e independente. (...) Primeiro as bibliotecas, elas próprias, devem ser instituições independentes, livres de qualquer pressão, seja política ou religiosa. Em segundo lugar, o serviço não deve (com a óbvia exceção das grandes bibliotecas nacionais) ser administrado diretamente pelo Estado. (IRWING, 1978, p. 24)

Mas outras questões e olhares surgiram também nesse período. De uma proposta original essencialmente educacional, as bibliotecas públicas, que há pouco haviam começado uma expansão de seus serviços com atividades culturais e de lazer, assumiram funções de caráter comunitário, ligadas a informações úteis para a população e também à discussão de temas importantes atinentes à conquista e manutenção de direitos sociais. Essa nova abordagem foi rejeitada por muito bibliotecários, que chegaram a questionar a pertinência da manutenção das bibliotecas, expondo, dessa forma, uma grande dificuldade em identificar as demandas da sociedade, chamada por Mary Lee Bundy de “conservadorismo oficial”. Um ponto muito importante nesse período foi a percepção de que a biblioteca pública corria “o perigo de perder sua razão de ser, caso não se esforçasse em se integrar com suas comunidades”, especialmente em relação às minorias. (MUELLER, 1984, p. 34)

Jesse Shera atribuía às bibliotecas três funções principais: conservação dos registros gravados, auto-educação e estímulo à leitura e, num entendimento que vai ao encontro do de Ortega y Gasset, vinculava as funções da biblioteca às demandas e determinações da sociedade:

As instituições sociais, ou agências sociais, são criações de seres humanos ocupados em atividades coletivas, e, assim sendo, qualquer instituição ou agência pode assumir qualquer papel que os homens lhe atribuam. Não há papéis “naturais” ou “lógicos”... o consenso social é então a autoridade máxima para determinar papéis. A sociedade determinou o que a biblioteca do passado foi, e a sociedade é que determinará o que há de ser a biblioteca do futuro. Isso não quer dizer que não possamos direcionar a ação social para o que nos parecer melhor, mas significa que, seja qual for o papel

atribuído à biblioteca, este é, em última instância, determinado pela sociedade (SHERA, 1972).

Shera (1972) distingue as funções educacionais da escola e da biblioteca pública, rejeitando para a última o envolvimento com a educação de massa do princípio do século XX e afirmando que as bibliotecas não são “a universidade do povo”. Para ele, a biblioteca não deve dizer aos leitores o que ler, mas dar acesso ao registro do que os outros, em tempos e lugares distintos, pensam e pensaram.

Dentre os teóricos brasileiros, Fonseca (2007) propõe um conceito de biblioteca “menos como coleção de livros e outros documentos, devidamente classificados e catalogados do que como *assembléia de usuários da informação*”, atribuindo ao bibliotecário a função de

orientar usuários, fornecendo-lhes a informação de que seja do interesse de cada um. Note-se que já não me refiro mais à informação simplesmente solicitada e sim àquela que o perfil do usuário – perfil elaborado por serviços de disseminação seletiva – indique ser de seu interesse, mesmo que ele eventualmente a desconheça. (FONSECA, 2007, p.50)

O autor ressalta as diferentes categorias de bibliotecas que surgiram a partir de necessidades socioculturais e dos diferentes tipos de usuários que precisavam ser atendidos: bibliotecas infantis, bibliotecas escolares, bibliotecas universitárias, bibliotecas especializadas, bibliotecas nacionais e bibliotecas públicas. Com uma crítica severa às bibliotecas públicas brasileiras, Fonseca (2007, p. 55-56) aponta qual deve ser a sua função:

Com raríssimas exceções (...) as bibliotecas públicas brasileiras são antes bolorentas repartições estaduais ou municipais do que, como na América do Norte e na Europa, órgãos dinamicamente integrados em programas sistemáticos de educação, informação, cultura e lazer. Fossem nossas autoridades educacionais conscientes da importância que as bibliotecas públicas podem exercer, por exemplo, na alfabetização de adultos e na educação permanente – importância proclamada pela Unesco desde suas primeiras publicações e comprovada em países dos mais diferentes níveis econômicos – e as campanhas nacionais contra o analfabetismo não teriam sido desfechadas, como ocorreu e ainda ocorre, sem a indispensável infraestrutura bibliográfica e audiovisual: campanhas depois das quais ocorreu o fenômeno da regressão ao analfabetismo.

Embora entenda a biblioteca pública como instância de educação permanente, que deva apoiar o processo de alfabetização e escolarização do povo, Fonseca (2007) não se debruça mais longamente sobre sua função. Apesar de se dedicar a listar e a descrever os vários tipos de leitura e seus objetivos, em nenhum deles vincula o ato de ler à ideia de

biblioteca pública por ele sustentada. Assim, mesmo distinguindo e defendendo a criação de bibliotecas de acordo com os usuários a serem atendidos e defendendo um modelo que contribua para a educação permanente da população, não há a sugestão de um projeto conceitual de biblioteca que vá ao encontro da perspectiva política da leitura e da formação de leitores.

Numa vertente mais contemporânea e declaradamente preocupada com o enfrentamento das desigualdades sociais, numa perspectiva que considera que “saber como usar bem a língua e saber quando intervir por meio dela são duas características essenciais da ação intelectual” (SAID, 2005, p. 33), Castrillón (2011, p. 36-37-38), ao convocar os bibliotecários a fazerem da biblioteca pública uma instituição efetivamente pública e democrática, ou seja, que consiga atender aos mais diversos interesses e grupos, e que não se restrinja ao atendimento de demandas imediatas e à fabricação de estatísticas governamentais, despertando o desejo pelo conhecimento e pela educação permanente, proclama que as bibliotecas públicas

em primeiro lugar, se convertam em meios contra a exclusão social, isto é, que se constituam em espaços para o encontro, para o debate sobre os temas que dizem respeito a maiorias e minorias; bibliotecas onde crianças, jovens e adultos de todas as condições, leitores e não leitores, escolares e não escolares, encontrem respostas a seus problemas e interesses e lhes sejam abertas novas perspectivas. (...) bibliotecas que fomentem o interesse e o gosto pela leitura, que permitam a descoberta do valor que ela tem como meio de busca de sentido, como referência de si mesmo no mundo e para o reconhecimento do outro. Bibliotecas onde a leitura não seja concebida como uma forma de passar o tempo, de se divertir, mas como algo imprescindível para um projeto de vida que pretenda superar uma sobrevivência cotidiana (CASTRILLÓN, 2011, p. 38).

Muito mais que um centro de atendimento às demandas imediatas e práticas da comunidade na qual está inserida e bastante além de um espaço de animação cultural e entretenimento, é em torno da educação intelectual que se constrói esse modelo de biblioteca pública. A ação bibliotecária, cujo protagonismo deve ser da letra, de maneira que ela seja uma forma de acesso ao conhecimento construído ao longo do tempo e registrado pela escrita, deve ser uma forma de enfrentamento das injustiças e da exclusão social, para que não sejam naturalizadas e que as pessoas se conscientizem e problematizem permanentemente sua condição. Nesse ponto, consideramos muito relevante afirmar que, embora muitas vezes sejamos induzidos a acreditar nisso, na mesma perspectiva do lugar-comum que diz que a educação é a solução para todos os males que assolam a humanidade, a condição de leitora

não é garantia para que uma nação conquiste a cidadania e fortaleça a democracia. Ao contrário, é uma sociedade mais justa, menos excludente, que pode oferecer aos sujeitos as condições para que eles se constituam como leitores. Porém, apesar de não servir como garantia para uma sociedade democrática, a existência de leitores é, sem dúvida, uma condição para isso.

Patte (2012) entende que o objetivo central das bibliotecas públicas deve ser a constituição de um espaço em que todos os questionamentos sejam, mais que permitidos, estimulados. Tratando especificamente do atendimento ao público infantil, mas numa visão que se aplica a jovens e adultos, a bibliotecária francesa enfatiza a importância de se oferecer o novo, o diferente, o estranho aos leitores, seja através da literatura ou dos textos informativos. Segundo Patte, o grande desafio da biblioteca pública é possibilitar que a criança (e isso se estende aos leitores de outras faixas-etárias) “*conheça a alegria indispensável e fecunda de se agitar mentalmente*”⁹. Isso significa, em outros termos, que a biblioteca pública precisa ajudar os seus leitores, através de experiências diversas com a leitura, a rejeitarem discursos prontos e idéias feitas que dispensam a reflexão e invadam o seu imaginário pessoal, em vez de estimulá-lo. Em resumo,

colocar ao alcance das crianças toda informação, ajudá-las a se apropriarem dela, significa ser realmente um centro de informação no duplo sentido que a ciência atual dá a essa palavra: tanto no sentido corrente de propor ou transmitir um conhecimento como também no sentido de dar ou comunicar uma forma, uma estrutura, àquele que o recebe. Esse é o papel da biblioteca (PATTE, 2012, p. 84).

Petit (2008, p. 31) corrobora o entendimento postulado por Patte (2012) e defende a biblioteca pública como um espaço que permita os sonhos, os devaneios, as perguntas e que abra aos seus leitores as possibilidades que ainda lhes são desconhecidas, sem a imposição de qualquer idéia ou forma de pensamento.

Numa sociedade com tantas pressões e privações sociais, econômicas e culturais, ninguém pode, de fato, como provoca Theodor W. Adorno, “exigir de uma pessoa que ela voe” (ADORNO, 1995, p. 72), mas a biblioteca pública pode se apresentar como uma possibilidade para despertar esse desejo de vôo, acolhendo e estimulando o entusiasmo pelo conhecimento.

Suaiden (1995, p. 20), um dos autores que tem se dedicado ao estudo das bibliotecas públicas no Brasil, afirma que “a biblioteca pública, mantida pelo governo, tem por objetivo

⁹ Segundo PATTE, essa expressão foi retirada de um dos primeiros relatórios de *L'Heure Joyeuse*.

primordial preservar e difundir o conhecimento, principalmente no que se refere à cultura local¹⁰ (...) É um centro de educação permanente para as pessoas”. Apesar de fundar na preservação e na difusão do conhecimento a missão da biblioteca pública, é para a atuação da instituição como centro de atendimento às necessidades comunitárias que o autor dispensa maiores atenções. Ao exemplificar de que maneira a biblioteca pública deve servir à comunidade na qual está inserida, Suaiden resvala para ações corriqueiras que até podem fazer parte dos serviços da biblioteca, mas não como situação a ser destacada, como ele faz. O exemplo ao qual o autor recorre deixa muito clara a concepção de “ajuda” que a biblioteca pública deve oferecer aos seus usuários: “se há na comunidade um número razoável de mulheres que costuram para sobreviver, a biblioteca pública deve divulgar obras sobre corte e costura, e contribuir assim para melhorar suas atividades”. Se a proposição não chega a se chocar com o que defendem Shera (1972), Fonseca (2007), Castrillón (2011), Patte (2012) e Petit (2008), tampouco vai ao seu encontro. A ação sugerida, a título de exemplo, por Suaiden (1995) não contribui para a difusão do conhecimento, nem para a educação permanente dos sujeitos. Divulgar para costureiras livros sobre costuras é, em certa medida, acomodá-las em seus lugares. É claro que a biblioteca pública pode e deve ter livros e outros materiais dessa natureza, de maneira a atender às demandas informacionais do grupo a que atende: é provável que agricultores procurem informações sobre plantações e que padeiros busquem livros sobre bolos, doces e pães. Porém, cabe à biblioteca pública, através da leitura, oferecer o desconhecido, despertar novos interesses, suscitar novas perguntas, estimular a curiosidade para além do cotidiano e das preocupações imediatas. Nas palavras de Castrillón (2011), essa é a direção para fazer da biblioteca pública uma ação efetivamente pública e democrática.

4.1 Análise dos documentos

Biblioteca Pública: princípios e diretrizes entende que a função social da biblioteca pública é “atuar como instituição democrática por excelência, e contribuir para que esta situação [de diferenças sociais e econômicas entre os que possuem informação e aqueles que estão destituídos do acesso a ela] não se acentue ainda mais e que a oportunidade seja oferecida a todos” (FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL, 2000, p. 17).

¹⁰ O conceito de *local* vinculado à biblioteca pública exige uma problematização que extrapola o escopo dessa pesquisa. Sobre esse tema ver CASTRILLÓN, Silvia. A biblioteca cria cidadãos mais bem informados? In: **O direito de ler e de escrever**. São Paulo: Pulo do Gato, 2011.

O documento se apoia conceitualmente na definição e nas recomendações da Unesco para bibliotecas públicas. Reitera seu caráter democrático e demonstra sua adesão à preocupação “com a vida das populações menos favorecidas nas áreas rurais e nas periferias das grandes cidades e à atuação da biblioteca como centro de desenvolvimento cultural da comunidade” (FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL, 2000, p. 20), surgida em reuniões latino-americanas sobre o tema. A partir da evolução do conceito de biblioteca pública no mundo e no Brasil, sistematicamente absorvida pela Unesco, adota os seguintes princípios:

O conceito de biblioteca pública baseia-se na igualdade de acesso para todos, sem restrição de idade, raça, sexo, status social, etc. e na disponibilização à comunidade de todo tipo de conhecimento. Deve oferecer todos os gêneros de obras que sejam do interesse da comunidade a que pertence, bem como literatura em geral, além de informações básicas sobre a organização do governo, serviços públicos em geral e publicações oficiais. (...) Assim, as bibliotecas públicas se caracterizam por: 1) destinar-se a toda coletividade, ao contrário de outras que têm funções mais específicas; 2) possuir todo tipo de material (sem restrições de assuntos ou de materiais); 3) ser subvencionada pelo poder público (federal, estadual ou municipal). (FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL, 2000, p.18)

Ao situar a aplicação desse conceito no Brasil, a publicação destaca como prioridade o apoio à educação formal e, principalmente, ao processo de educação continuada da população, além da promoção do uso das novas tecnologias.

As definições de biblioteca pública e sua função social apresentadas em *Um olhar diferenciado sobre a Biblioteca Pública: impactos da gestão inovadora* são semelhantes às do documento anterior, sendo sempre destacado o caráter de acesso democrático “na igualdade de acesso para todos, independente de idade, raça, sexo, religião, nacionalidade, língua ou status social” (FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL, 2009b, p. 10).

A partir da evolução do conceito de biblioteca pública, da discussão proposta em torno de sua função social por vários autores e do entendimento do Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas, analisaremos as publicações *Biblioteca Pública: princípios e diretrizes* e *Um olhar diferenciado sobre a Biblioteca Pública: impactos da gestão inovadora* a partir de quatro subcategorias, a saber: gestão, espaços, acervos, serviços e atividades de incentivo à leitura.

4.1.1 A gestão da biblioteca pública

Biblioteca pública: princípios e diretrizes pretende orientar os dirigentes das bibliotecas quanto à gestão, à administração e até mesmo quanto à captação de recursos financeiros para a mesma. Com vocabulário e entendimento assumidamente gerencial, fundamentado nas ideias do guru dos negócios e um dos maiores especialistas em *marketing*, o americano Philip Kotler, através do livro *Princípios de Marketing*, o manual lança mão de conceitos como *planejamento estratégico, marketing, oportunidades, riscos, consumidores, mercado, organizações*, dentre outros. A biblioteca passa a ser vista e tratada como uma empresa, que precisa planejar estrategicamente suas ações, de maneira a otimizar seus recursos e atender a um número maior de pessoas, pois “é sabido que as empresas não podem satisfazer todos os consumidores de um mercado – pelo menos não todos da mesma forma. Há muitos tipos diferentes de desejo” (KOTLER, citado por FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL, 2000, p. 28).

Para isso, as bibliotecas devem promover pesquisas para o conhecimento da comunidade onde está inserida, além de se valer de estudos já existentes; “a segmentação de mercado apresenta-se como instrumento essencial para identificar e dividir a população em grupos, de acordo com suas afinidades”. Na contínua apropriação de termos de gerenciamento de empresas, o manual explica aos seus leitores que “o marketing é o trabalho de planejamento, implementação e controle das atividades de uma organização, visando estabelecer uma relação de troca com o consumidor de seu produto ou com o usuário de seu serviço” (FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL, 2000, p.28).

Tendo isso em vista, o manual recomenda que as ações das bibliotecas sejam agrupadas e tratadas de acordo com as técnicas de *marketing*: “mudança de atitudes da biblioteca e da sua imagem; estudo de usuários e de suas expectativas e necessidades; adequação dos produtos que oferece ao seu usuário; controle e avaliação” (FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL, 2000, p. 29).

Independente do que seja ou de como esteja a biblioteca, ela precisa mudar suas atitudes e alterar a sua imagem: precisa “*vender*” sua própria imagem de maneira a “atrair patronos, buscar parcerias e atrair patrocínios para seus projetos”. Como uma empresa, que precisa vender o seu produto, seja sabão em pó, iogurte ou telefones celulares, não importa de que forma nem a quem, a preocupação do Sistema Nacional de Bibliotecas não é com a legitimação da instituição como equipamento cultural e instância de educação permanente, nem mesmo com as pessoas que possam vir a se tornar suas leitoras. As recomendações

explicitadas no documento sustentam que as bibliotecas devem se mostrar um bom lugar para que empresários e poder público apliquem seu dinheiro.

É importante ressaltar que, por definição, como consta do capítulo de que tratamos, “no âmbito municipal, as bibliotecas públicas são criadas e mantidas pelas prefeituras municipais e/ou fundações culturais, as quais destinam recursos humanos, financeiros e materiais para sua manutenção” (FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL, 2000, p.36). Assim, mesmo sendo de responsabilidade do poder público, cabe às bibliotecas a busca por recursos financeiros, para além dos oriundos de seus mantenedores. Para isso, a biblioteca deve se mostrar interessante para os governantes e para a cidade, não necessariamente através do que, em tese, seria a sua função social, isto é, oferecer acesso à leitura e à informação para a população, mas sim precisa “marcar sua presença ou estar presente em todas as comemorações da comunidade, até com barraquinha na festa junina ou na feira semanal” (FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL, 2000, p.29). Além das quermesses, a biblioteca deve realizar com o intuito de “vender” sua imagem, eventos, como a *tarde de lazer na biblioteca*, “caso a biblioteca precise de um mecanismo muito forte para atrair o cidadão comum e criar uma imagem de que pode servir a todos (muitas pessoas pensam que ela é lugar só de estudante)” (FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL, 2000, p.29).

Numa única proposição, podemos verificar o entendimento da biblioteca pública e de sua função social que, aos poucos, vai se formando ao longo de *Biblioteca pública: princípios e diretrizes*. Em primeiro lugar, o *mecanismo muito forte para atrair o cidadão comum* é um evento que não tem o livro, a leitura e a informação, objetos de trabalho da biblioteca, como protagonistas. Essa ausência escancara a pouca importância que esses elementos devem ter na idéia que se tem de biblioteca e na imagem que é “vendida” da mesma. Quando se propõe uma tarde de lazer na biblioteca, onde os livros só estarão presentes como pretexto para as atividades que serão desenvolvidas (construção de caixinhas de madeira, concurso de pipas etc.), a biblioteca demonstra que, para ela mesma, o livro, por si só, não tem valor e não é interessante; trocando em miúdos, a biblioteca diz para a cidade que o que ela tem ou deveria ter para oferecer – o livro, a leitura - não é bom o bastante e, por isso, está criando outros mecanismos para a atração do público. Por ironia ou por pouca intimidade com o que deveria ser o centro de suas atenções, o Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas é traído por suas próprias palavras ao recomendar a criação de uma imagem para as bibliotecas.

Ora, uma imagem que se cria, que se inventa, que se produz, não reflete, de fato, a realidade. Ou podemos entender que o que se recomenda criar como imagem da biblioteca reflita as ações que ela realiza; nesse caso, teremos que aceitar que as bibliotecas devem

oferecer atividades manuais e de educação artística, em detrimento de livros e leitura, como forma de atrair o público e que essa é a forma com que elas contribuirão, acreditam, para a emancipação dos sujeitos, independentemente da definição mais superficial que podemos ter de biblioteca. Outro ponto importante a ser questionado é o termo *cidadão comum*; que pessoas estariam incluídas nesse grupo? Uma vez que a biblioteca deve atender a toda a população sem distinção de idade, raça, sexo, religião, nacionalidade, língua e status social, quais seriam as especificidades de uma atividade a ser oferecida a um *cidadão comum*? Podemos pensar nos estudantes, citados no texto, como contraponto a esse cidadão comum, que seriam todas as pessoas, inclusive professores, que não fazem parte da comunidade discente da cidade. Porém, antes de ser um estudante, o sujeito também é uma criança, um adolescente, um jovem, um adulto ou um idoso. Excetuando-se as atividades escolares, como podemos definir previamente o que pode interessar a todas essas pessoas, todas elas comuns e iguais perante a Constituição? Em entrevistas e pesquisas para mapeamento da comunidade, como sugere a publicação, podemos conhecer um pouco sobre as pessoas e o lugar onde elas vivem; podemos saber sobre sua economia, sua história e sua cultura. Mas não podemos saber, nem limitar ou circunscrever seu desejo pelo conhecimento. A uma cidade que tem sua economia sustentada pela plantação de laranjas pode interessar muito mais que livros sobre plantação de laranjas. A pais, que também são homens antes de qualquer outra condição, que sabem construir caixinhas de madeira ou fazer pipas, pode-se oferecer outros conhecimentos que eles ainda nem desconfiam que existam.

Essa ideia pré-concebida de leitores, ou usuários das bibliotecas, muitas vezes atrelada às suas classes sociais e à sua manutenção nas mesmas, será discutida mais à frente. Ainda que fosse de serviços relacionados à promoção da leitura – empréstimo de livros, apoio à pesquisa - que nesse ponto o documento tratasse, nessa lógica ela estaria se submetendo ao “mimetismo do imediato, devolvendo a cada um o que lhe já é conhecido” e não contribuiria para “buscar um diferencial – a potencialidade de abrigar o conhecimento humano” (BRITTO, 2012, p. 51). Um projeto político de biblioteca que se pauta pela possibilidade de educação intelectual dos sujeitos deve ter clareza de que

não é consistente o princípio de que o que se ensina [ou se oferece, de um lugar de poder – escola, biblioteca] deve ter aplicação direta na vida prática (princípio que se manifesta em perguntas do tipo: para que isto serve? O que vou fazer com isto?) nem é suficiente a ideia de considerar apenas o interesse do aluno [ou do sujeito, da população]. A exemplo do gosto [e de demandas], os interesses (às vezes manifestações de vontades circunstanciais) são o resultado das vivências objetivas e de necessidades

primárias, de modo que não correspondem aos interesses maiores da aprendizagem, que se situam além do imediato (BRITTO, 2012, p. 61-62).

O relacionamento da biblioteca com a comunidade, incluindo o governo local, também recebe atenção do manual. O documento recomenda que o responsável pela biblioteca tenha “um ótimo relacionamento com a administração local” (FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL, 2000, p. 30), uma vez que depende do poder público para sua implantação e manutenção.

Essa recomendação demonstra a precariedade do entendimento do Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas em relação aos direitos dos cidadãos e aos deveres do poder público. Escapa ao documento que a biblioteca pública deve ser implantada e mantida porque a população tem direito à leitura e à educação permanente gratuita e que é obrigação do poder público garantir esse direito. Transferir a responsabilidade política do poder público para a simpatia e o bom relacionamento que os funcionários da biblioteca devam ter com as autoridades é um desserviço para a conquista e a garantia de direitos no país.

É preocupante que num documento dessa natureza, assinado, em última instância, pelo Presidente da República, de alcance nacional, o Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas afirme que “o trabalho de relações públicas com as autoridades responsáveis, é primordial para a dotação orçamentária da biblioteca” (FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL, 2000, p. 39). Ao tratar da continuidade dos programas e projetos das bibliotecas, tendo em vista as rupturas que costumam acontecer com as mudanças de governo, o manual recomenda que as bibliotecas se apresentem e os seus projetos aos novos administradores, de maneira a tentar garantir a permanência de ações que vêm funcionando de maneira satisfatória. No entanto, demonstra, novamente, um pensamento pouco politizado e até mesmo corrompido ao propor que ações em andamento e novos projetos imprimam a “marca” da nova gestão e “vendam a imagem da nova administração”.

Ao discorrer sobre os recursos humanos da biblioteca, o manual destaca que para que desempenhe bem seu papel de utilidade pública na cidade, a instituição deve buscar a qualidade dos seus serviços, diretamente afetada pelos recursos materiais e humanos. Portanto, a biblioteca deve, segundo o manual, investir na qualificação dos seus funcionários. Essa qualificação se resumiria em três itens: conhecer bem o acervo, conhecer bem os serviços que a biblioteca presta e lidar bem com o público. Nada é dito sobre a reflexão que os funcionários, especialmente os bibliotecários, devem fazer sobre a função e os desafios da biblioteca e sobre as práticas de leitura; o destaque fica a cargo dos “funcionários qualificados

e atenciosos, [que] são elemento primordial para um bom atendimento e o desempenho efetivo e eficaz das funções da biblioteca pública” (FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL, 2000, p.40). Numa aproximação com a reflexão de Theodor W. Adorno sobre os professores e a filosofia, confrontamos aos pontos elencados como importantes para a qualificação dos profissionais que trabalham na biblioteca o pensamento do filósofo alemão:

Onde falta a reflexão do próprio objeto, onde falta o discernimento intelectual da ciência, instala-se em seu lugar a frase ideológica, nos termos do deslumbramento daquela infeliz tradição alemã segundo a qual os nobres idealistas vão para o céu e os materialistas ordinários vão para o inferno (ADORNO, 1995, p. 62).

Também, “que os futuros professores [e os trabalhadores da biblioteca, no nosso caso] tenham uma luz quanto ao que eles próprios fazem, em vez de se manterem desprovidos de conceitos em relação à sua atividade” (ADORNO, 1995, p. 69). Ainda tratando dos recursos humanos, o documento destaca a importância da presença de um bibliotecário e apresenta sugestões de parcerias e consórcios entre municípios para a existência desse profissional no quadro da biblioteca. No entanto, ao definir as funções que o bibliotecário deve exercer, o manual pouco explora as potencialidades e a formação específica do profissional, destinando-lhe atribuições quase exclusivamente administrativas:

- planejar;
- realizar contatos externos;
- obter fundos, elaborar projetos;
- coordenar serviços administrativos: serviços gerais de escritório, arquivos internos (expediente, finanças, pessoal), correspondência, compra de material e contabilidade, manutenção, limpeza e segurança do prédio;
- avaliar as estatísticas e os resultados do trabalho da biblioteca;
- distribuir e definir a tarefa dos funcionários e saber aproveitar as potencialidades de cada um. Cuidar do aperfeiçoamento profissional ou técnico do pessoal. Desenvolver em todos a auto-estima pelos seus serviços e pela biblioteca. Manter o espírito de trabalho em equipe. (FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL, 2000, p.40)

Nem mesmo um item se destina a pensar conceitualmente a atuação da biblioteca: que atividades desenvolver, com que objetivo e por quê? Que temas e abordagens discutir com os funcionários, tendo em vista sua formação permanente? Como promover a articulação da biblioteca com escolas, associações comunitárias e outras instituições da cidade, tendo em vista não a captação de recursos, mas sim a ampliação da oferta de seus serviços e atividades e sua apropriação pela população? O tópico *planejar* é o que pode contemplar essas questões,

mas devido à sua importância e ao detalhamento de atividades operacionais, necessárias mas pouco relevantes à efetividade da ação bibliotecária, tudo leva a crer que o aspecto conceitual e de mobilização comunitária da biblioteca se apresenta como mais uma lacuna em *Biblioteca pública: princípios e diretrizes*. As recomendações úteis, descritas logo abaixo das funções do bibliotecário, seguem pelo mesmo caminho e tratam de aspectos operacionais para o funcionamento da biblioteca e do bom relacionamento entre os membros da equipe e dos mesmos com o público; destacam-se algumas características que devem ser estimuladas entre os funcionários, tais como consciência social, flexibilidade, adaptabilidade, curiosidade mental (?), iniciativa, uma boa dose de bom humor e criatividade, essa última apontada como “um fator indispensável para o desenvolvimento de qualquer empresa” (FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL, 2000, p. 40).

Com o entendimento que apresenta da atuação e das funções do bibliotecário, o Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas restringe a importância desse profissional a serviços operacionais, mesmo defendendo sua existência no quadro de recursos humanos da biblioteca e vai na contramão do que professa Castrillón (2011), que concebe o bibliotecário “como um intelectual capaz de assumir um compromisso ético e político com seu país e com a sociedade, e que responda pela administração de um instrumento público, que, por sua vez, deve estar a serviço de um mundo mais justo para todos os cidadãos” (CASTRILLÓN, p. 39).

O perfil gerencial de bibliotecário defendido por *Biblioteca pública: princípios e diretrizes* se apóia na idéia do “atual modelo de mercado informacional”, como constata Silveira (2007):

(...) se até recentemente o bibliotecário possuía uma formação voltada para a preservação da cultura humana, para o apoio à educação como suporte ao processo de ensino-aprendizagem, para o estudo, à pesquisa, e para o planejamento e administração dos recursos informacionais, sua nova fundamentação teórico-prática deve ampliar o escopo de conhecimentos necessários ao seu fazer profissional, tendo-se em vista priorizar premissas como: planejamento, gerência e processamento de sistemas de informação, além da concepção e uso das recentes tecnologias da informação e da comunicação – TICs (SILVEIRA, 2007).

A forma de avaliação proposta pelo documento também não apresenta grandes desafios aos bibliotecários nem contribui para a reflexão da ação bibliotecária. Ao profissional cabe “acompanhar os trabalhos verificando se estão sendo feitos de acordo com as normas e regulamentos internos, se os leitores estão sendo bem atendidos; se a coleção está atualizada; se a biblioteca está limpa e ordenada etc” (FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL, 2000, p.

42). Esses critérios são avaliados a partir dos relatórios de estatísticas mensais, que são considerados “o melhor índice para julgar a eficiência e a utilidade da biblioteca” (FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL, 2000, p. 42). Assim, a avaliação da biblioteca deve ser feita através dos números apresentados pelas estatísticas mensais e em observância ao cumprimento das normas e regimentos internos, numa clara legitimação de

sistemas de avaliação que têm se multiplicado e incorporado ao pensamento pedagógico institucional. Tais sistemas se organizam em torno de uma lógica burocrático-administrativa útil ao mundo globalizado e ao poder concentrador de riqueza material e imaterial, tornando equivalentes coisas tão distintas como educação, saúde, produção, informação. Financiados e impostos pelos órgãos reguladores internacionais, os “indicadores” multiplicam-se e ganham foro de fatos incontestes (BRITTO, 2012, p. 77).

O aspecto qualitativo e a análise de fatores que não podem ser mensurados numericamente, como a ampliação do campo de interesses de um mesmo leitor, a pertinência e o ajuste de atividades em desenvolvimento, dentre outros, escapam às orientações do Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas e reduzem a atuação do bibliotecário às atividades operacionais da biblioteca, não o alertando para sua função propositiva. Numa crítica a esse modelo gerencial, tão em voga no Brasil, Castrillón (2011) afirma que

uma biblioteca precisa estabelecer para si mesma novos indicadores de gestão. Não é possível continuar avaliando resultados e ficar satisfeito com o número de cadeiras ocupadas ou livros consultados. Nada disso é necessário nem representa a importância da contribuição das bibliotecas para a democracia. Geralmente o que se oferece à opinião pública são informações sobre o resultado dos investimentos públicos por meio de números sem conteúdo, o que conduz apenas à valorização deles mesmos, sem qualquer reflexão crítica (CASTRILLÓN, p. 38).

No relatório anual, que não deve ser longo porque, segundo o manual, “um relatório confuso e/ou longo demais, ninguém lê” (FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL, 2000, p. 45), recomenda-se uma avaliação mais detalhada e qualitativa, porém sucinta. Essa avaliação anual se reverterá em “grande benefício para a biblioteca, na hora de solicitar verbas para a aquisição de obras, para conservação e para recuperação do acervo, bem como para requerimento de material de consumo, instrumental técnico, móveis, etc” (FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL, 2000, p. 45). Esse relatório deve também ser divulgado na cidade, na imprensa, de modo a divulgar o que vem sendo feito *pela biblioteca* (grifo nosso). A avaliação qualitativa não é compreendida, em momento algum, como uma instância de

revisão e de reelaboração da ação bibliotecária; ela é vista, apenas, como uma possibilidade de legitimação da solicitação de recursos financeiros junto ao poder público. Sua divulgação para a cidade tem como objetivo mostrar o que os funcionários e o governo têm feito pela biblioteca e não o que a biblioteca pode oferecer às pessoas. Há uma clara inversão de propósitos: são o uso e a apropriação que as pessoas fazem da biblioteca que a legitimam e a colocam como uma instituição importante na cidade, e não as melhorias estruturais, que também são importantes, que levam as pessoas à biblioteca.

Um olhar diferenciado sobre a Biblioteca Pública: impactos da gestão inovadora segue na mesma direção em relação à gestão da biblioteca pública e fortalece as recomendações em torno de um modelo gerencial, que pensa a instituição e seus serviços como uma empresa.

Nas orientações para a condução dos encontros e na introdução do curso, intitulada *Para começo de conversa...*, o primeiro ponto a ser abordado após a apresentação do dinamizador é o destaque para o patrocínio da Petrobrás, que viabilizou o material: “Neste momento estamos concretizando essa missão de capacitar com uma abrangência maior, apoiados por uma empresa nacional de alto nível e reconhecimento internacional, que decidiu acreditar na nossa proposta de trabalho” (FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL, 2009a, p. 7).

O Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas tem dentre suas atribuições “desenvolver atividades de treinamento e qualificação de recursos humanos, para o funcionamento adequado das bibliotecas brasileiras”, conforme determina o Decreto Presidencial Nº 520, de 13 de maio de 1992, e para isso deveria contar com planejamento e recursos financeiros próprios para o cumprimento dessa orientação legal. Mesmo considerando o modelo de financiamento de projetos culturais no Brasil, que permite que instituições públicas governamentais, através de suas associações de amigos, participem de editais e mecanismos de fomento como as leis municipais, estaduais e federal de incentivo à cultura, é sintomático que o patrocínio da Petrobrás deva ser tão enfaticamente destacado na realização dos cursos a que o material sustenta, antes mesmo da apresentação dos seus objetivos, metodologia, conteúdo etc. É importante observar que o Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas dá a entender que a ação de capacitação dos mediadores de leitura das bibliotecas só será realizada porque a Petrobrás, “empresa de nacional de alto nível e reconhecimento internacional”, acreditou na proposta. Esse discurso desconsidera a orientação legal do Decreto Presidencial que cria o Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas e atribui o cumprimento de sua obrigação

à generosidade da empresa. Em resumo, fica a pergunta: se a Petrobrás não acreditasse na proposta de trabalho, ele não seria realizado?

O segundo, terceiro, quarto e quinto encontros se propõem a estimular que as bibliotecas desenvolvam projetos e planos de inovação.

O segundo encontro, intitulado *O que fazer e para quem fazer?*, tem como objetivo “levar ao entendimento do que sejam objetivos, metas e estratégias e de como identificar o perfil da clientela, ou um segmento dela, e suas necessidades. Propor um serviço / produto inovador, com foco no cliente, e descrevê-lo no plano de inovação” (FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL, 2009a, p. 47).

Como ocorre com o conceito de leitura, não há a proposição de que a biblioteca pública e sua função social sejam discutidas. A ordem é inovar, independente das crenças ou ações existentes em cada uma das bibliotecas públicas brasileiras. A partir da leitura dos textos *Rede biblioteca viva* e *Pouca leitura na melhor idade*, disponíveis no manual do participante, o documento pede aos participantes que identifiquem suas metas e os propósitos que não podem ser perdidos de vista.

O texto *Rede biblioteca viva* fala sobre a intenção do Ministério da Cultura de formar uma rede de bibliotecas de acesso público, que garanta pelo menos uma unidade em cada município brasileiro, que tem “por finalidade disponibilizar informações e produtos culturais, física e digitalmente, a seus freqüentadores, de forma que seja constituído um ambiente revitalizado e atrativo para os leitores” (FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL, 2009B, p. 20). O texto *Pouca leitura na melhor idade* relata, de maneira bastante ampla, a experiência da professora Maria Edilma Travensoli Silveira num projeto de leitura com pessoas na terceira idade.

Os textos tratam de assuntos distintos, com intenções bastante diferentes. Com algum esforço, podemos ser levados a pensar que o projeto da professora Maria Edilma possa vir a integrar a Rede biblioteca viva. Mas que suporte para a abordagem de metas, objetivos e estratégia essa proposta oferece?

O segundo passo recomendado pelo material é o conhecimento das pessoas da comunidade na qual a biblioteca está inserida e do que elas necessitam, através de uma observação atenta e uma pesquisa de mercado. Para uma “receita de sucesso”, deve ser feito um retrato da comunidade, como no modelo:

- 1º passo – elencar as características da maioria das pessoas:
- faixa etária

- perfil sócio-econômico
- escolaridade
- onde moram

2º passo – identificar atividades, interesses, opiniões:

- em que trabalham;
- como se divertem, ou utilizam o tempo livre
- como pensam ou agem

3º passo – identificar o que poderia levar essas pessoas a utilizar os serviços da biblioteca:

- comodidade (proximidade, conveniência)
- atualidade das informações
- credibilidade
- conforto
- bom atendimento (acolhida)

4º passo – identificar onde estão as pessoas que você quer conquistar:

- qual é o tamanho da área onde você atua ou pretende atingir – é apenas a sua rua, seu bairro, a sua cidade? Essas pessoas vão encontrar você facilmente? (FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL, 2009b, p. 23)

A partir do conhecimento da comunidade, deverão ser propostas ações inovadoras “no serviço oferecidos aos consumidores, nos métodos de trabalho, nos equipamentos, nas habilidades para o desempenho do serviço” (FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL, 2009b, p. 24).

O conhecimento da comunidade em que está inserida pode orientar o planejamento inicial de suas atividades e a adequação de seus serviços, até certo ponto. Saber em que horário as pessoas estão mais disponíveis, qual é a faixa-etária preponderante na região, quais são seus interesses mais imediatos norteará, por exemplo, o horário de funcionamento e algumas propostas mais específicas (se a maioria das pessoas trabalha até as 18h, a biblioteca deverá estar aberta após esse horário, de maneira a possibilitar a frequência e o atendimento desse público; se a região conta com muitas crianças em idade escolar, a biblioteca poderá pensar uma ação mais consistente de apoio a pesquisas para esse público; se na região há um projeto de educação de jovens e adultos, a biblioteca pode pensar uma atividade de apoio a esse grupo etc.). No entanto, os serviços e atividades da biblioteca não são produtos, os usuários não são clientes nem consumidores e a comunidade não é mercado. Compreender a biblioteca pública como um negócio é fazer uso de uma lógica que desconsidera as pessoas como sujeitos de seus desejos e perguntas e nega à biblioteca a função de acolhê-los e estimulá-los, oferecendo espaço para o novo, o estranho, o desconhecido. A leitura, o conhecimento não são mercadorias disponíveis numa prateleira, assim como o interesse

permanente por aprender e conhecer não se constrói da noite para o dia como numa propaganda comercial. Identificar o modo como as pessoas pensam ou agem não é tarefa tão simples, como sugere o questionário, considerado pelo Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas uma “receita de sucesso”. Quando é de gente e de pensamento que se trata, não há receitas e muito menos um ideal de sucesso, especialmente se consideramos a ideia de uma biblioteca pública que, como propõe a bibliotecária francesa Geneviève Patte, possibilite que seja garantido que cada um, independente da faixa-etária ou condição social, “conheça a alegria indispensável e fecunda de se agitar mentalmente”. Ou, na provocação de Theodor W. Adorno, mesmo que não se possa “exigir de uma pessoa que ela voe” (ADORNO, 1995, p. 72), que se abra espaço para que isso seja possível. Segundo o Michaelis Moderno Dicionário da Língua Portuguesa, cliente é o “indivíduo que confia os seus interesses a um advogado, procurador ou tabelião” ou “aquele que consulta habitualmente o mesmo médico, dentista etc.” ou “freguês”. Ou seja, cliente é quem transfere a outro o poder de tomar uma decisão sobre sua vida e interesses ou aquele que resolve o seu problema sempre da mesma forma. Esse entendimento vai na contramão da ideia de uma biblioteca que estimula que as pessoas pensem, que entendam o que significa pensar e que tirem suas próprias conclusões e tomem suas decisões. A oferta de livros e outros materiais pela biblioteca não pode ser definida de acordo com as técnicas de segmentação de mercado, pois as pessoas só demandam o que já conhecem, uma vez que não é possível desejar ou solicitar uma coisa que nem sequer sabemos que existe. Assim, é importante que a biblioteca atenda às demandas informacionais e culturais imediatas da população, mas para que ela cumpra sua missão de apoiar a educação intelectual permanente das pessoas precisa extrapolar o atendimento das necessidades apresentadas pela comunidade.

O conto *Um general na biblioteca*, do escritor italiano Ítalo Calvino, ilustra bem essa discussão. Diante da desconfiança de que os livros poderiam conter opiniões contrárias ao prestígio militar, a biblioteca da cidade é fechada pelo Estado-maior da Panduria para que os soldados, comandados pelo general Fedina, possam investigar o que pode ou não ser lido pelos habitantes. Porém, à medida que lêem os livros, ajudados por Crispino, o velho bibliotecário, o único que tinha sido autorizado a permanecer na biblioteca com os soldados, mais que o que procuram – as opiniões contrárias ao prestígio militar –, eles começam a encontrar e descobrir o que até então nunca haviam buscado. Dessa maneira, eram cada vez mais escassos os boletins que os soldados apresentavam aos seus superiores, o que deixou alarmado o comando supremo, que ordenou que a investigação deveria ser concluída o quanto antes, com a apresentação de um exaustivo relatório.

A ordem chegou à biblioteca quando o espírito de Fedina e de seus homens se debatia entre sentimentos opostos: por um lado, estavam descobrindo a todo instante novas curiosidades a serem satisfeitas, estavam tomando gosto por aquelas leituras e aqueles estudos como nunca antes teriam imaginado; por outro, não viam a hora de voltar para junto das pessoas, de retomar contato com a vida, que agora lhes parecia muito mais complexa, quase renovada aos olhos deles; e, além disso, a aproximação do dia em que deveriam deixar a biblioteca enchia-os de apreensão, pois teriam de prestar contas de sua missão, e, com todas as idéias que andavam brotando em suas cabeças, não sabiam mais como sair dessa enrascada. (CALVINO, 2001, p. 78)

As leituras e a biblioteca, mesmo interditada, suscitaram nos soldados, especialmente no general Fedina, a curiosidade e o desejo de conhecer mais, para além do que procuravam e até mesmo em conflito com isso. E, para eles, ali já não bastava saber, era necessário voltar para junto das pessoas para viver e falar dessa vida tão complexa, num movimento já apontado por Edward W. Said como uma característica do intelectual, que deseja ativamente dizer em público (SAID, 2005, p. 36), saindo da esfera íntima e tornando política a sua voz. Ou, como afirma o escritor Aníbal Machado, a experiência da leitura suscitou nos soldados-leitores “a vontade de fechá-lo [o livro] depressa e ir vivê-lo fora de suas páginas” (MACHADO, 2002, p. 107).

É importante destacar, ainda, a presença do bibliotecário Crispino no conto, com sua atuação inteligente e dissimulada no cumprimento de sua missão. À medida que os soldados se perdiam entre montanhas de livros, com ideias distintas e contraditórias entre si, o velho Crispino estimulava a desorientação aparente, apresentando e falando de outros livros e autores com pensamentos ainda mais divergentes. Mas o que fazia o bibliotecário era oferecer caminhos para o desvendamento de um mundo que é, de fato, desorganizado, convidando cada um de seus soldados-leitores a questionar o que parecia tão natural e harmônico e a pensar livremente sobre ele, com todas as suas contradições.

O senhor Crispino, silencioso dentro de suas pantufas, quase invisível dentro de seu jaleco cinza, sempre intervinha na hora certa, com um livro que a seu ver continha detalhes interessantes sobre o tema em questão, e cujo efeito era sempre de pôr à prova as convicções do general Fedina. (CALVINO, 2001, p. 77)

Esse bibliotecário, o senhor Crispino, desempenha a função defendida por Silvia Castrillón, que convoca os bibliotecários a esse lugar, uma vez que

tanto quanto o professor, trabalha com recursos intelectuais, informação, livros, leitura e leitores, ou seja, com objetos e pessoas envolvidos em processos intelectuais. Dessa maneira, o *status* e o papel do bibliotecário é revalorizado quando se aceita que seu trabalho supera o estritamente técnico-profissional e se reconhece que esse trabalho permite a outros transcender e melhorar sua condição humana. (CASTRILLÓN, 2011, p. 39-40)

O terceiro encontro, com o título *Do cidadão para o cidadão: a gestão de produtos e serviços inovadores*, também diz respeito à gestão da biblioteca e tem como objetivo

construir, em conjunto, conceitos relacionados à gestão de produtos e serviços informacionais inovadores. Entender que a prática de ações culturais favorece o acesso à informação e o desenvolvimento da cidadania. Estimular a idealização de um serviço/produto inovador, com foco no cliente, e descrevê-lo no plano de inovação (FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL, 2009a, p. 55).

Em consonância com o encontro anterior, inovar é a palavra de ordem e a população à qual a biblioteca atende ou pretende atender continua sendo tratada como uma clientela que precisa ser surpreendida por atividades e propostas inovadoras.

Para isso, são apresentados os conceitos de *animação cultural*, que são “eventos programados pelo pessoal da biblioteca, sem contar com a participação da comunidade no seu planejamento ou execução. Não tem desdobramentos posteriores. As pessoas participam, assistem, visitam e vão embora” e *ação cultural*, que são

atividades realizadas pelo pessoal da biblioteca pública, em conjunto com outros membros da comunidade, com o objetivo de estimular e aprimorar o gosto pela leitura [...]. No momento em que se desenvolvem atividades práticas e em que se abre espaço para a troca de ideias, de informações e discussões sobre tema de interesse do grupo, está se fazendo ação cultural (FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL, 2009b, p. 25).

Os conceitos de *animação cultural* e *ação cultural* apresentados pelo Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas, aplicados à biblioteca, aproximam-se superficialmente da definição que Teixeira Coelho cunha para o termo, mas desconsideram a evolução histórica das ideias e a elas agregam suas próprias percepções. Segundo Teixeira Coelho, “a animação cultural foi um dos instrumentos básicos da organização e promoção do **lazer** entendido não como simples ocupação do tempo mas como utilização instruída ou esclarecida do tempo livre”. (COELHO, 2004, p. 43). A partir da década de 60, com a crescente reflexão sobre as políticas culturais, especialmente na França, a *animação cultural* passa “a ser vista frequentemente como modalidade de integração passiva de indivíduos e coletividades ao

status quo cultural e, por tabela, político”. (COELHO, 2004, p. 44). Nesse contexto, o termo *ação cultural* passou a ser um substitutivo para o anterior, designando “um processo no qual se abria mais espaço para a participação ativa e não dirigida daqueles aos quais os programas se dedicavam e para os quais se procurava abrir horizontes mais amplos que o da simples diversão imediata” (COELHO, 2004, p. 44).

Diante dessas definições, a aplicação feita pelo Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas dos conceitos de *animação cultural* e *ação cultural* são redutoras e não dão conta do que os termos abarcam, tanto no que critica quanto no que recomenda. “Eventos programados pelo pessoal da biblioteca” podem, sem dúvida alguma, ser considerados uma ação cultural, desde que se proponham a “fazer a ponte entre as pessoas e a obra de cultura ou arte para que, dessa obra, possam as pessoas retirar aquilo que lhes permitirá participar do universo cultural como um todo e aproximarem-se umas das outras por meio da invenção de objetivos comuns” (COELHO, 2004, p.33).

Não é, definitivamente, a participação da comunidade que confere o caráter de animação ou ação cultural a uma proposta. Isso se dá quando, tanto no planejamento, quanto na execução e na avaliação do que se faz, tem-se como princípio norteador as pessoas, sua aproximação com os serviços e atividades que a biblioteca desenvolve, o acolhimento de suas perguntas, o estímulo a novas questões, enfim, quando se oferecem condições para reflexão e para participação na cultura escrita que guarda e preserva a história, a memória e a cultura de um povo e que engendra um modo desse povo pensar e se organizar. Tanto uma atividade banal quanto uma atividade sofisticada, nessa perspectiva, podem ser pensadas e desenvolvidas em conjunto com a comunidade ou exclusivamente pela equipe da biblioteca.

É desejável que a população se aproprie da biblioteca, de maneira a extrapolar a condição de usuária, isto é, de quem se beneficia dos seus serviços e atividades, participando, nas instâncias apropriadas, do seu planejamento e gestão. No entanto, esse envolvimento não é condição essencial para que as atividades e serviços oferecidos pela biblioteca se traduzam em ação cultural. Uma pessoa que faz uso do serviço de empréstimo domiciliar, por exemplo, sem se envolver com outras questões relativas à biblioteca, pode se beneficiar do “desenvolvimento das relações entre as pessoas e uma obra – e das pessoas entre si por intermédio da obra – que permitirão a apreensão mais larga possível do universo da obra e a ampliação dos universos pessoais”, que é um dos predicados da ação cultural descrita por Teixeira Coelho (COELHO, 2004, p. 33). Não podemos desconsiderar as revoluções íntimas e o pensamento político em que a leitura pode resultar nos leitores nem sempre tão envolvidos com a biblioteca.

Outro ponto que vale a pena destacar é a recusa expressa por Teixeira Coelho, na perspectiva da ação cultural, em denominar as pessoas como clientes, como faz o Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas: “Para este entendimento de ação cultural, termos como ‘público’ ou ‘clientela’ são, mesmo, inadequados: o enfoque assumido permite apenas falar-se em ‘pessoas’ cuja dimensão criativa (...) será estimulada” (COELHO, 2004, p. 33).

Numa análise mais minuciosa, constatamos que tanto nas recomendações que o Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas faz para as bibliotecas públicas brasileiras, quanto na forma em que elas são feitas, através dos dois documentos que são objeto dessa pesquisa, há estreita afinidade com os pressupostos de animação cultural criticada no plano do terceiro encontro.

As atividades de incentivo à leitura sugeridas em *Biblioteca pública: princípios e diretrizes* se resumem a preencher o tempo dos usuários das bibliotecas com atividades utilitárias, de lazer e recreação, conforme descrito anteriormente, que muito pouco se aproximam da ideia de biblioteca como espaço para a educação intelectual permanente das pessoas e para a ação cultural, proporcionando “a apreensão mais larga possível do universo da obra [de arte ou cultural] e a ampliação dos universos pessoais” (COELHO, 2004, p.33).

No que diz respeito à forma, os dois documentos escancaram a ausência de reflexão sobre a função social da biblioteca pública, sobre a leitura e sobre as políticas públicas para a área, oferecendo ideias prontas para cada um desses termos e desconsiderando o princípio de que

por depender daquilo que as pessoas e grupos aos quais se destina entendam dela fazer, a ação cultural, apresentando-se como o contrário da fabricação cultural, não é um programa de materialização de objetivos previamente determinados em todos os seus aspectos por uma política cultural anterior, mas um processo que, tendo um início claro, não tem um fim determinado nem etapas intermediárias previamente estabelecidas. (...) O processo ou os meios, neste caso, importam mais que os fins, e o agente cultural, bem como a política cultural por ele representada, deve aceitar correr este risco. (COELHO, 2004, p. 33)

Entendendo os gestores e trabalhadores das bibliotecas como os “grupos aos quais se destina” a ação de orientação, formação e qualificação proposta tanto por *Biblioteca pública: princípios e diretrizes* quanto por *Um olhar diferenciado sobre a Biblioteca Pública: impactos da gestão inovadora*, e a biblioteca pública como ação cultural, os dois documentos vão de encontro, isto é, contrariam a ideia de processo, de conhecimento construído a partir da reflexão coletiva sem fins previamente determinados. O “início claro”, que seria o convite

para pensar a biblioteca pública, sua função social, seus serviços e atividades, ponto de partida para todas as demais discussões relativas ao tema, não se realiza satisfatoriamente, conforme discutido anteriormente, e o processo já se apresenta num passo a passo com tempo marcado e orientações para que o dinamizador (esse é o nome que recebe o professor do curso) conduza a discussão, se ela acontecer, ao fim previamente determinado, como no exemplo a seguir:

- **Surpreender o cliente.** Como? Provocar: quem aqui costuma promover eventos nas suas BP's? Que tipo de eventos vocês fazem? Como é que costumam fazer?

Fazer duas colunas no quadro: em uma colocar o que eles forem falando e que diga respeito à animação cultural, e na outra, o que for característico de uma ação cultural. Na primeira, ao alto, desenhar apenas uma carinha. Na segunda, duas ou mais carinhas. Depois que todos se manifestarem, perguntar se eles tem ideia do porquê da divisão e dos desenhos. Escrever, no topo das colunas, as palavras **animação cultural** (uma carinha) e **ação cultural** (várias carinhas). Por que em uma coluna foi colocada só uma carinha e na outra, várias? Ouvir as opiniões e pedir que abram a apostila. Vamos ver o que diz nossa apostila a respeito de *Animação cultural e Ação cultural*. Após a leitura do conceito, estimular a discussão (...). (FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL, 2009a, p. 56)

A ação cultural, considerada o “verdadeiro mapa do tesouro”, é caracterizada da seguinte forma:

Como qualquer serviço/ produto planejado para nossa BP espaço-cidadão, a ação cultural inovadora deve:

- 1º: retratar o público a que se destina;
- 2º: suprir uma necessidade: sabendo para quem, analisar o produto/ serviço oferecido – é atraente? é o desejado? é necessário? é conhecido? pode ser aprimorado?
- 3º: ter uma embalagem / apresentação que faça a informação brilhar – o marketing da informação e
- 4º: poder chegar às pessoas que dela necessitam: adotar métodos de disseminação que levem em conta as peculiaridades de sua clientela. (FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL, 2009b, p. 27)

A aproximação com conceitos de *marketing*, que “nada mais é que mercado em movimento. Fazer marketing é acompanhar esse movimento, as oscilações, um novo concorrente que aparece, uma alta de preços, uma nova moda” (FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL, 2009a, p. 63), reforça o entendimento das pessoas como clientes, dos serviços e atividades da biblioteca como produtos e do conhecimento como algo que pode ser facilmente ser desejado, comprado e consumido, especialmente se for utilizada uma “embalagem” que o faça “brilhar”.

O manual afirma que “a ação cultural movimenta as pessoas em prol da Biblioteca e favorece alianças, parcerias para a captação de recursos...” (FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL, 2009b, p. 27), validando o entendimento de que é função da biblioteca pública angariar fundos, através de alianças, parcerias, consórcios, para sua manutenção e realização de atividades. No entanto, por definição, a biblioteca pública se caracteriza, dentre outras coisas, por “ser subvencionada pelo poder público (federal, estadual ou municipal)”, como afirma o próprio Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas em *Biblioteca pública: princípios e diretrizes* (FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL, 2000, p. 18). Ainda, é diretriz da Lei Nº 10.753, de 30 de outubro de 2003, que institui a Política Nacional do Livro, “assegurar ao cidadão o pleno exercício do direito de acesso e uso do livro”. Com essa recomendação, o Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas transfere para os gestores das bibliotecas uma responsabilidade que é do poder público, numa exigência de empreendedorismo, para usar os mesmos termos adotados pelo manual, que é completamente estranha às competências da biblioteca.

Em seguida, na parte prática, o manual orienta os participantes num “passo a passo do plano de inovação”, destacando a importância de uma justificativa bem fundamentada, que convença os demais da excelência do seu serviço / produto, de modo a valorizá-lo:

é aqui que vendemos nossa ideia aos parceiros / aliados, por isso damos ênfase a essa parte no plano de inovação. Muitas vezes é pela justificativa que os avaliadores iniciam o julgamento de um projeto. Lembrar que, mesmo ao propor uma aliança ou parceria, é preciso apresentar uma proposta consistente, que contemple a importância do que se propõe. (FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL, 2009a, p. 60)

Nessa lógica, a biblioteca pública, que é uma das principais formas de acesso ao livro e à leitura para a maioria da população, direito garantido por lei, precisa se justificar e convencer os patrocinadores de que é um bom negócio, subordinando e adequando seus projetos, muitas vezes, aos interesses de empresas privadas. Seu compromisso com a educação permanente da população e sua autonomia podem ficar seriamente comprometidos se sua manutenção for dependente de recursos financeiros que não sejam públicos.

O quarto encontro, intitulado *Quem diz quanto custa o seu negócio?*, tem como objetivo “entender como estimar e calcular custo / benefício do serviço / produto e descrevê-lo no plano de negócios” (FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL, 2009a, p. 65).

O encontro é aberto com o convite para que os participantes pensem nos custos de se implantar e se manter aberta uma biblioteca pública e nos impostos que todos pagam, que são

aplicados na prestação de serviços para os cidadãos. Esse serviço público prestado precisa, segundo o manual, gerar e ampliar dividendos.

Na sequência do encontro anterior, o Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas demonstra que pensa a biblioteca pública e sua ação cultural como uma empresa, que precisa ser lucrativa e gerar dividendos. Os impostos pagos e investidos pelo governo nas bibliotecas públicas precisam dar resultados para que a instituição conquiste o direito de se manter. No entanto, o Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas não informa que resultados seriam esses e nem de que forma eles seriam mensurados, apenas que o retorno é necessário.

É indiscutível a necessidade e a pertinência de que a ação bibliotecária seja avaliada e permanentemente revisada, pois as avaliações podem se mostrar importantes instrumentos no planejamento de ações e projetos para as bibliotecas públicas. Porém, não se pode perder de vista o caráter subjetivo do serviço prestado pelas bibliotecas públicas, especialmente no que diz respeito à educação intelectual da população. A biblioteca pública nunca será lucrativa, pois não lida com produtos, nem clientes, nem mercado. Ela lida com pessoas, com sujeitos em busca da compreensão e da ampliação de sua participação no mundo, através da letra. O poder público, mantenedor das bibliotecas públicas, não existe para gerar dividendos, mas sim para atender à população e suas necessidades e investir na melhoria da qualidade de vida das pessoas, o que inclui o direito à leitura e à informação, à educação permanente. Assim, os números isolados, materialização da lucratividade, dizem muito pouco sobre a apreensão da biblioteca pela população e sobre o retorno dessa instituição na valorização e no investimento em pessoas, pois

como fazer uma avaliação formal descolada do pragmatismo e da funcionalidade cotidiana? Como, através de indicadores verificáveis, mensurar o entendimento do sujeito e sua participação no mundo da escrita? Como avaliar o impacto social da capacidade de devanear e de se deslocar de questões de interesse imediato? (FARIAS, 2012)

Além disso, a biblioteca pública precisa ser mantida porque é uma das principais formas de “assegurar ao cidadão o pleno exercício do direito de acesso e uso do livro”, conforme garante a Lei n. 10.753, de 30 de outubro de 2003. A decisão de se manterem bibliotecas deve partir do entendimento de que a participação no mundo da escrita é condição de bem-estar social numa sociedade organizada pela letra, e não de que a biblioteca precise ganhar “visibilidade e credibilidade” para que se torne “indispensável para a comunidade” (FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL, 2009b, p. 38). Ela só se tornará indispensável para a população quando esta entender o que significa poder ler e escrever, tomar parte desse

modo de vida que engendra uma maneira de pensar e agir. Mas isso só será possível se as políticas públicas garantirem o direito de cada um dos brasileiros de se apropriarem da letra, o que não acontece em prazos curtos e nem sempre pode ser medido como resultados imediatos.

A biblioteca pública não garante que isso aconteça: são muitas as variáveis nesse complexo processo de formação de leitores críticos, mas é, seguramente, uma instituição indispensável na democratização do acesso à leitura em países como o Brasil, onde a renda média não permite que a maioria das famílias adquira livros, revistas, jornais e outros materiais de leitura.

O material apresenta e discute o conceito de *sustentabilidade*, retirado da Wikipedia, “suprir as necessidades da geração presente sem afetar a habilidade das gerações futuras de suprir as suas”, e tenta aproximá-lo da gestão da biblioteca pública, afirmando que

a atuação da BP exige que tenhamos consciência da necessidade de intervir na realidade. Seja como:

- **gestores da inovação** = planejando, organizando e avaliando as ações para implantação, manutenção e funcionamento da BP de forma sustentável ou como
- **agentes de intervenção social** = congregando esforços, trazendo a comunidade para participar das atividades da BP, desde o planejamento, até a execução das atividades de ação cultural. (FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL, 2009b, p. 38)

Ressalta, ainda, a importância de que “um empreendimento humano sustentável, tem que ser ecologicamente correto, economicamente viável, socialmente justo e culturalmente aceito” (FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL, 2009b, p. 38). A atitude sustentável, mesmo com poucos recursos financeiros disponíveis, daria à biblioteca pública “visibilidade e credibilidade”, tornando-a indispensável para a comunidade e favorecendo a “caça ao tesouro = captação de recursos”.

A abordagem que o Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas faz do conceito de *sustentabilidade* só se justifica num uso equivocado da palavra – talvez a ideia fosse de projetos *permanentes* e não *sustentáveis* - e numa lógica pouco clara da captação de recursos, uma vez que em nada contribui para a discussão proposta. Se a ideia for elaborar propostas que permaneçam no longo prazo, de maneira que sejam atraentes para patrocinadores e pareçam consistentes nas avaliações de editais, podemos pensar em projetos que se mantenham por mais tempo, que tenham chance de ser continuados, levando consigo a divulgação dos nomes das empresas, que “buscam associar sua marca a empreendimentos culturais para se tornarem mais visíveis e fortalecerem sua imagem junto aos consumidores”

(FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL, 2009b, p. 42). Fora isso, os projetos, ações e serviços das bibliotecas públicas precisam ser consistentes, contribuir para a educação permanente da população e ser financiados pelo poder público. Recursos oriundos de empresas e patrocínios podem, naturalmente, ser bem-vindos, desde que sejam entendidos como acréscimo ao orçamento público, para projetos especiais e que não interfiram na autonomia da biblioteca pública.

O material afirma que as leis municipais, estaduais e federal de incentivo à cultura são alternativas e até mesmo, referindo-se à lei Rouanet, “um ótimo instrumento para financiamento de projetos” (FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL, 2009b, p. 39). No entanto, são cada vez mais polêmicas as discussões que envolvem esses mecanismos de financiamento, que já dão sinais de cansaço e não conseguem refletir a diversidade cultural do país, privilegiando os grandes centros urbanos, onde as empresas patrocinadoras têm interesse em divulgar suas marcas, e as linguagens de grande alcance em eventos, shows e espetáculos.

Ao tratar de fontes de recursos para as bibliotecas – patrocínios, leis de incentivo à cultura, editais etc., o Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas ratifica a ideia apresentada em *Biblioteca pública: princípios e diretrizes* e ressalta que

o trabalho de relações públicas com as autoridades responsáveis é primordial para a dotação orçamentária da biblioteca. No orçamento a ser repartido entre Educação, Saúde, Transporte, Cultura, e outras áreas, a fatia de cada um é muito pequena, mas pode se tornar ainda menor, ou crescer, de acordo com o desempenho da biblioteca frente à população e às autoridades governamentais. (FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL, 2009b, p. 39)

Essa afirmação confirma a ausência de entendimento do que seja uma política pública por parte do Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas e contribui para a disseminação de uma política personalista, pouco sustentada nos interesses públicos, pois a dotação orçamentária da biblioteca ou de qualquer outra instituição ou serviço público deve ser planejada em função do atendimento à população e não nas relações entre gestores, sejam eles de exercício técnico ou eleitos para uma função pública.

A capacidade do gestor para negociar dentro da burocracia de Governo e com a comunidade, articulando os apoios necessários mediante práticas compatíveis com os princípios universais da liberdade, da justiça social e da ética, pode fazer toda a diferença para o sucesso da implementação de uma determinada política. (RODRIGUES, 2010, p. 23-24)

As negociações entre gestores públicos, que incluem a apresentação e a valorização de projetos, é legítima, como afirma Marta M. Assumpção Rodrigues, mas devem ser pautadas em interesses e relações públicos e sustentada por princípios claros.

O quinto e último encontro de *Um olhar diferenciado sobre a Biblioteca Pública: impactos da gestão inovadora* se intitula *Quem diz quanto vale o seu negócio?* e tem como objetivo “conscientizar os participantes da importância de avaliar rotineiramente suas ações seja na implementação, manutenção e/ou no funcionamento da BP” (FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL, 2009a, p. 71).

A partir de um poema de Alberto Caeiro, “*O meu olhar*”, os participantes são convidados a pensar a avaliação cotidiana de suas atividades e projetos nas bibliotecas públicas e também do curso que se encerra com esse encontro. O material apresenta dois modelos de avaliação, qualitativo e quantitativo, além de uma definição para o termo:

(...) a avaliação não ocorre no vácuo. É uma etapa do processo do planejamento e da tomada de decisões, e consiste em identificar e coletar dados sobre serviços e atividades. O propósito é determinar a sua qualidade, e em que medida as metas e os objetivos foram alcançados. Isso exige estabelecer critérios de medida do desempenho (indicadores), que se aplicam também à avaliação dos serviços e produtos oferecidos, tendo em vista as necessidades de informação dos usuários (FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL, 2009b, p. 46).

As avaliações devem ser feitas para:

- alterar procedimentos, rotinas de trabalho que estejam se mostrando ineficazes;
- propor mudanças na distribuição de tarefas se estiverem em desacordo com os resultados esperados;
- reformular planos, programas ou projetos, para adequá-los a mudanças determinadas por questões políticas, orçamentárias, de pessoal, ou outras que possam afetá-los;
- avaliar a adequação dos recursos materiais, humanos, e orçamentários, durante o andamento das ações planejadas, propondo alterações e
- rever ou reajustar objetivos e metas. (FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL, 2009b, p. 47)

Avaliações e reflexões conceituais não fazem parte das preocupações do Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas. Apesar da definição de *avaliação* apresentada pelo material se referir claramente à qualidade, as orientações oferecidas aos participantes não dizem respeito a uma reflexão permanente sobre o que se faz e, especialmente, por que se faz. A reformulação de planos, programas e projetos deve ser feita em função de mudanças

determinadas por questões políticas, orçamentárias e de pessoal, e não pela revisão dos serviços e atividades propostos em suas especificidades. Apesar da sugestão de um modelo qualitativo de avaliação, em que os dados “resultam de observações, descrições, e consistem na expressão de sentimentos, emoções e reações provocadas pela exposição a determinadas situações, fatos, produtos” (FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL, 2009b, p. 48), os gestores das bibliotecas não são estimulados a uma avaliação qualitativa de fato. O passo a passo para a aplicação da avaliação qualitativa oferecido pelo material não evidencia o caráter de reflexão e discussão que esse modelo exige e sugere apenas uma escuta das pessoas, tanto dos usuários da biblioteca quanto de seus funcionários e voluntários, sem a recomendação de uma análise teórica e prática das informações obtidas para uma posterior revisão dos serviços e atividades. Segundo *Um olhar diferenciado sobre a Biblioteca Pública: impactos da gestão inovadora*, os dados para a avaliação qualitativa podem ser obtidos das seguintes maneiras:

- **contato direto:** criando-se serviços específicos de atendimento ao consumidor (SAC), utilizando e-mail, telefone, correspondência; reuniões periódicas com os clientes internos (colaboradores, auxiliares), externos (público da BP), informalmente ou organizados em grupos de trabalho, como as comissões de amigos da biblioteca;
- **pesquisa de opinião:** questionários, entrevistas e
- **registros para comprovar a frequência e a receptividade:** listas de assinaturas, fotografias, depoimentos, desdobramentos, caixa/caderno de sugestões. (FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL, 2009b, p. 48)

Os dados quantitativos seriam obtidos através de formulários estatísticos dos serviços e relatórios.

Os dados obtidos pelas avaliações quantitativa e qualitativa devem ser coletados “com seriedade”, de maneira a

- extrair deles as informações necessárias;
- divulgar amplamente os resultados das ações empreendidas pela BP e
- elaborar relatórios para os parceiros com os dados e suas análises. Isto fortalece a parceria e favorece novas oportunidades de negociação. (FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL, 2009b, p. 48)

Com essas justificativas para a realização de avaliações das atividades e serviços das bibliotecas, o Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas ignora o sentido de se fazer avaliações e demonstra sua compreensão das mesmas apenas como instrumentos de divulgação e prestação de contas para parceiros, tendo no horizonte “novas oportunidades de negociação”. O alcance de sua ação, a qualificação dos serviços prestados, a revisão e o

fortalecimento de atividades que favoreçam a leitura, sua inserção na comunidade não fazem parte das preocupações explicitadas em *Um olhar diferenciado sobre a Biblioteca Pública: impactos da gestão inovadora*.

Assim, o conteúdo proposto para os cinco encontros recomenda uma forma de gestão da biblioteca pública pautada em um jargão empresarial que transforma, através de conceitos de administração de empresas, pessoas em clientes, serviços e atividades em produtos e comunidades em mercados. *Um olhar diferenciado sobre a Biblioteca Pública: impactos da gestão inovadora* não se apresenta como convite para pensar a biblioteca pública, sua função social e modos de gestão que contemplem seus desafios, mas tenta encaixar a instituição em um modelo pré-fabricado, completamente destituído de reflexão conceitual e prática, ignorando suas especificidades e transformando o conhecimento em algo que pode ser vendido e adquirido como um produto qualquer.

4.1.2 Os espaços da biblioteca pública

Biblioteca pública: princípios e diretrizes traz orientações técnicas e práticas sobre a estrutura física da biblioteca. Numa miscelânea de recomendações que vão desde a construção do prédio, com definições avulsas de materiais a serem utilizados no piso, por exemplo, às sugestões para a guarda do acervo, tendo em vista fatores que contribuem positiva ou negativamente para sua conservação, o documento falha ao não enfatizar que o *lay out* da biblioteca deve ser construído a partir de um conceito que reflita seus serviços e objetivos, e não apenas de questões práticas e materiais. Além disso, mais uma vez, ignora o contexto das bibliotecas públicas brasileiras, conforme considerações apresentadas acima, numa análise estimada a partir dos dados do Censo Nacional de Bibliotecas Públicas Municipais, realizado uma década após a produção do material analisado, mas com dados que permitem um olhar deslocado no tempo.

Ao abordar as áreas ou espaços que devem compor uma biblioteca, o manual apresenta uma “descrição sucinta”, que espelha a importância que esse ponto tem segundo o documento, do que deve ser cada um deles.

O espaço definido como *Leitura de periódicos* está assim descrito e recomendado: “Normalmente, alguns usuários, especialmente idosos ou desempregados, só vêm à biblioteca para leitura do jornal, assim esta área pode também ficar próxima à entrada” (FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL, 2000, p.51). Além de pressupor que aos idosos e desempregados interessam apenas jornais e revistas, o Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas não entende

que a biblioteca deve se esforçar para que esse interesse restrito, se real, seja ampliado. Ficar próximo à porta de entrada é também ficar próximo da saída, no caso dessa recomendação tal como está colocada. Independente de onde se localize o espaço para a leitura de periódicos, a restrição desse público a determinado serviço, sem a possibilidade de que a ele sejam oferecidos outros, demonstra o entendimento de leitor na gestão da biblioteca. Apesar da constante preocupação com a escolarização da biblioteca pública, situação em que a instituição se restringe ao apoio às escolas, uma orientação como essa deixa definido a quais públicos os serviços são destinados. Por exclusão, o salão de leitura e pesquisa e o empréstimo de livros são destinados aos estudantes, não aos idosos e desempregados.

São as seguintes as recomendações para a área denominada *Infantil*:

Localizada o mais próximo possível da entrada da biblioteca, esta área deve ficar o mais longe possível das áreas de maior silêncio, como a área de leitura e de referência. Deve ser o local mais agradável da biblioteca (é na infância que se forma o gosto pela leitura, pela biblioteca e se forma o hábito de utilizar informação), prevendo espaços para trabalhos artísticos, jogos, brinquedos, teatro de fantoches, aparelhagem de som e outros.

Alguns autores consideram que esta área deve ocupar até 50% da área total da biblioteca. (FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL, 2000, p. 52)

O documento não explica por que o espaço para crianças deve ficar próximo à entrada da biblioteca, presumidamente perto da área para leitura de periódicos, conforme a orientação anteriormente discutida. Como esse espaço, o infantil, deve ficar distante de onde o silêncio é necessário, tudo leva a crer que a leitura de jornais e revistas não pressupõe um espaço sem barulho, o que é bastante questionável. O manual recomenda que o espaço *Infantil* seja bastante agradável, considerando que é na infância “que se forma o gosto pela leitura, pela biblioteca e se forma o hábito de utilizar informação”. Mas apesar de destacar essa preocupação, as orientações para a construção desse espaço são conflitantes com o que poderia ser um ambiente adequado e acolhedor para a leitura com as crianças que, destacamos, também exige silêncio e tranquilidade. Como ler e convidar as crianças a lerem num espaço que prevê a utilização de aparelhagem de som, realização de jogos e brincadeiras, teatro de fantoches, além de trabalhos artísticos? Não discutimos a pertinência de atividades dessa natureza na biblioteca, o que será feito mais adiante. Porém, é importante que nos perguntemos por que as atividades de leitura com crianças pressuporiam tantos aparatos. Não basta um livro, um leitor generoso, considerando as crianças ainda não alfabetizadas, e as crianças? Se o objetivo é formar leitores, não é a aproximação com o livro que deve ser privilegiada? O jogo e a brincadeira, nesse contexto, não devem vir pela própria leitura, pela

linguagem, pelo ritmo e melodia das palavras, pelas ilustrações? Ao abordar os espaços destinados às crianças nas bibliotecas, a bibliotecária francesa Geneviève Patte, preservando a necessidade dos pequenos de exteriorizar pensamentos e emitir opiniões, ressalta que “uma leitura, uma discussão e uma história demandam concentração e supõem a existência de um espaço reservado e ao abrigo do burburinho do mundo exterior, do vaivém habitual e dos perturbadores eventuais” (PATTE, 2012, p. 321). Destaca, ainda, que “certos arranjos nas bibliotecas podem também, infelizmente, transformá-la numa justaposição de oficinas e clubes que se desenvolvem sem ter nada a ver com a própria vida da biblioteca e da leitura” (PATTE, 2012, p. 321). Assim, é importante que problematizemos a convivência e a utilização de aparelhagem de som e a realização de atividades artísticas num espaço que deve acolher o desejo pela leitura e proporcionar o ambiente calmo e tranquilo para que ela aconteça.

A área *Circulante* é onde devem ficar os “livros de lazer. Livros de ficção e livros de auto-instrução” (FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL, 2000, p. 52). Os livros de literatura e de auto-instrução, gênero textual indefinido, são considerados livros de lazer. Nada mais é dito sobre o espaço que abrigará esse acervo que, segundo o Censo Nacional de Bibliotecas Públicas, constitui a maior parte dos acervos das bibliotecas brasileiras e em torno do qual se realiza o serviço mais demandado, isto é, o empréstimo domiciliar. O documento não chama a atenção para o destaque que essa coleção deve receber, tendo em vista o serviço que gera e sua importância na promoção e na valorização da leitura como prática social e cultural, para além de pesquisas e tarefas escolares. Assim, a área da biblioteca que abrigará os livros e revistas de ficção e de auto-instrução (?), recebe do manual, em tamanho e conceituação, a mesma atenção dispensada ao espaço *Circulação e Áreas verdes: Plantas e vasos de plantas*: uma linha.

4.1.3 O acervo bibliográfico

A publicação orienta sobre os vários materiais informacionais de que deve dispor uma biblioteca pública. Já na sua apresentação orienta que “a formação do acervo deve atender às necessidades informacionais, educativas e de lazer da comunidade” (FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL, 2000, p. 57). Considerando que a palavra *educativa* vem sendo utilizada, nesse documento, com referência ao ambiente e às atividades escolares, o aspecto cultural está subentendido nas necessidades de lazer.

Segundo o Michaelis Moderno Dicionário da Língua Portuguesa, lazer é “tempo livre, vagar, ócio”. A essa definição, o Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa acrescenta “passatempo”. Assim, a biblioteca pública deve ajudar os usuários a preencherem o seu tempo livre, a passarem o tempo.

Essa ideia se distancia consideravelmente da proposta da biblioteca como espaço de educação permanente. O lazer está associado ao descanso, à não ocupação da mente com tarefas que demandem atenção, o que é incompatível com o que deve oferecer uma biblioteca que se constitua como um espaço de educação intelectual, que contribua para a construção da autonomia do sujeito.

A caracterização das coleções para a composição do acervo onde a coleção de literatura é “para a leitura de entretenimento e lazer cultural” confirma a hipótese de que a recomendação de atendimento às necessidades de lazer se refira aos livros de literatura ou às atividades de incentivo à leitura, uma vez que em relação à leitura literária há um forte apelo, cristalizado por discursos pedagógicos e campanhas publicitárias, editoriais e governamentais, de diversão, de entretenimento, de evasão e de viagens a mundos maravilhosos. Esse pensamento atribui à leitura literária um caráter supérfluo, de luxo, que pode ser prescindido, e tira dela a condição de direito.

A leitura pode ser um exercício de prazer e de fruição, mas é, antes de tudo, uma atividade que exige do sujeito o domínio de habilidades lingüísticas, dedicação e tempo à sua realização, o que não se adequa à acepção de passatempo e ócio que o dicionário e o senso comum dão à palavra lazer. Como as várias concepções de leitura, bem como suas aplicações, já foram analisadas anteriormente, o que importa nesse ponto é distinguir o ato de ler literatura, sendo essa linguagem considerada uma arte, e suas implicações das atividades de lazer, a ela implicitamente vinculadas, recomendadas por *Biblioteca pública: princípios e diretrizes*. Para isso, lançamos mão da afirmação de Britto sobre o assunto:

A arte – seja a literatura, a dança, a música, a pintura, o teatro, o cinema – supõe a intenção inventiva deliberada no processo de construção narrativa, que nos afasta da reprodução mimética do real. Ela se caracteriza pela busca continuada de percepções e manifestações do vivido. E, enquanto expressão do desejo de construir outro mundo, implica voltar-se para a própria vida e indagar a condição humana (nesse sentido, se opõe ao entretenimento, uma vez que este supõe o esquecimento, a evasão, a negação da condição humana; se o entretenimento faz esquecer que se morre, a arte faz lembrar a vida e a morte) (BRITTO, 2012, p. 51-52).

Ao definir os critérios básicos para a composição do acervo, o manual faz orientações acerca de sua atualização permanente, tendo em vista os “avanços do conhecimento e a produção literária”; da reposição de materiais muito utilizados que estejam desgastados ou tenham sido extraviados; do atendimento às demandas e às sugestões apresentadas pelos usuários e o acompanhamento das “novidades editoriais de grande repercussão junto à opinião pública”; da observância na diversidade das áreas de conhecimento e de autores, contemplando também a produção local; da preservação da diversidade e da variedade das fontes de informação, evitando imposições de natureza ideológica, filosófica ou religiosa.

Tendo os critérios acima em vista, o documento apresenta recomendações, considerados os seguintes segmentos:

- jovens - em geral, estudantes -, ambos os sexos, todas as classes sociais, na consulta ao acervo de obras gerais e didáticas para fins de pesquisa escolar;
 - adultos e idosos, com predominância masculina, na consulta ao acervo de periódicos correntes;
 - pesquisadores e pós-graduandos na consulta ao acervo histórico-documental e aos periódicos retrospectivos;
 - a população heterogênea, classes média e baixa renda, no empréstimo de livros literários;
 - público segmentado no uso dos serviços especiais: infantil, deficientes visuais, etc.;
 - população de média e baixa renda no uso dos serviços de extensão.
- (FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL, 2000, p. 57)

Algumas concepções de leitor e do que a eles interessa, sem qualquer fundamentação, se confirmam na segmentação proposta acima. Por que aos estudantes só se oferece livros e serviços que atendam às suas necessidades escolares? Por que aos idosos se destina, preferencialmente e quase exclusivamente, apenas a leitura de periódicos? O que fundamenta a idéia de que as mulheres não se interessam por jornais e revistas? As pesquisas, inclusive as de pós-graduação, só se referem a temas históricos? Um pesquisador não pode, por exemplo, desenvolver um trabalho sobre literatura? Ou um cidadão idoso não pode se interessar pelo acervo histórico-documental? O que se entende por *população heterogênea*? Só às classes média e de baixa renda serão estimulados os empréstimos domiciliares? As classes abastadas estão privadas dos serviços de empréstimo da biblioteca pública? O atendimento às crianças, cujo espaço deve ocupar 50% da área da biblioteca e o acervo deve representar 32% da coleção inteira, conforme recomendações do mesmo documento, pode ser considerado um serviço especial, mesmo sendo o grande público das bibliotecas brasileiras?

As questões acima confirmam a problematização já apresentada nessa pesquisa em torno das concepções cristalizadas que o Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas tem acerca dos interesses e demandas dos usuários das bibliotecas. Nessa lógica, as pessoas são mantidas em seus devidos lugares, num espaço e num projeto político que, por definição, deve contribuir para que elas se desloquem, ultrapassem barreiras na busca pelo conhecimento e por uma educação intelectual que não se constitui espontaneamente.

O manual relaciona, também, os tipos de materiais que devem compor o acervo da biblioteca pública. Porém, ao apresentar as quantidades recomendadas, sem informar por quem, para os países em desenvolvimento, considerando a relação entre o tamanho da população e o número de livros, o Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas informa que “estes percentuais utilizados na relação usuário / acervo não poderão ser aplicados ao Brasil por estarem acima da média de hábito de leitura e disponibilidades orçamentárias de origem pública de que dispõem as bibliotecas” (FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL, 2000, p. 59). Essa afirmação é bastante questionável, pois não considera que ninguém busca ou deseja ou valoriza o que não conhece. Numa sociedade como a brasileira, onde a cultura escrita ainda é tão alheia e negada à grande maioria da população que não mais frequenta os bancos escolares, o poder público não pode se apoiar num critério como esse para recomendar a composição do acervo bibliográfico de uma biblioteca pública. Somente uma população leitora poderá demandar livros para justificar uma lógica como a descrita acima. Porém, para que essa população leitora demandante exista, é preciso que ela se forme ao longo do tempo através de bibliotecas de acesso público, uma vez que num contexto socioeconômico como o brasileiro, onde o poder aquisitivo médio da população não permite que livros se incluam no orçamento da maioria das famílias, as pessoas só terão acesso a livros e à diversidade de títulos e gêneros textuais através de instituições dessa natureza. Assim, as bibliotecas públicas precisam estar preparadas para apoiar e participar da democratização do acesso à leitura no país, seja através de projetos consistentes de valorização da leitura e do conhecimento, seja através de bons serviços bibliotecários, nos quais se inclui a disponibilização de acervos diversos e bem selecionados. Mais que atendendo a demandas, as bibliotecas públicas precisam trabalhar a partir das necessidades educacionais e culturais a todo momento constatadas na pouca intimidade que a população brasileira tem com a letra e com o conhecimento que ela encerra.

As sugestões de materiais documentais e bibliográficos contemplam:

- obras de referência;
- periódicos;

- folhetos;
- arquivos de recortes;
- estampas;
- material audiovisual e multimeios;
- publicações eletrônicas e multimídia;
- objetos reais;
- outros materiais.

As obras de referência são “as que se destinam a consultas rápidas e oferecem ao leitor informações resumidas, de caráter imediato, servindo de ponto de partida para estudos mais completos e aprofundados” (FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL, 2000, p. 58). Encontramos nessa definição limitações que reduzem as possibilidades de leitura das enciclopédias, pois, mesmo tendo entre suas funções “dar respostas factuais ou imediatas (quem, como, qual, quando, onde?)” (CUNHA, 2010. p.2), elas, assim como dicionários especializados, não são livros com informações resumidas, de caráter imediato. Um dicionário de filosofia ou de história, por exemplo, contém verbetes extensos e complexos, que demandam tempo e concentração de quem os consulta. O mesmo se aplica às enciclopédias que, no final da década de 90, quando o manual foi publicado, e ainda nos anos iniciais da década seguinte, se apresentavam como fonte de pesquisas escolares por excelência. Ainda hoje, mais de uma década depois e com o advento da internet para um número consideravelmente maior de pessoas, as enciclopédias continuam sendo uma importante fonte de pesquisa, que extrapolam em muito a busca de uma informação de caráter imediato e rápida. É importante lembrar que existem milhares de cidades brasileiras sem acesso satisfatório à internet e que a orientação adequada de pesquisas na rede *www* é uma prática relativamente nova e ainda se constitui uma lacuna na ação bibliotecária brasileira.

Dentre as sugestões de materiais acima listadas, chama a atenção a ausência de livros de literatura, livros informativos e livros destinados a crianças e jovens. Apesar de constarem na lista de coleções básicas, tais livros não são apresentados na sugestão de materiais bibliográficos. Essa lacuna fica mais evidente quando somos informados de que a coleção de estampas que, ao que tudo indica, são recortes de gravuras e imagens de revistas, jornais e livros para serem utilizados em trabalhos e pesquisas escolares e em atividades com pessoas não alfabetizadas, é de “inestimável valor no acervo da biblioteca”. Ou quando na seção “objetos reais” as bibliotecas são orientadas a manter em seu acervo vários tipos de materiais destinados às crianças e aos jovens – atlas em relevo do corpo humano, globo terrestre,

maquete de uma refinaria de petróleo, aquário de peixes (“usado como material de decoração e como material educativo para as crianças”), jogos de xadrez, damas, quebra-cabeças e brinquedos educativos, que são “inerentes à área infantil” (FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL, 2000, p.61). Porém, os livros, “o meio principal e insubstituível da difusão da cultura e transmissão do conhecimento, do fomento à pesquisa social e científica, da conservação do patrimônio nacional, da transformação e aperfeiçoamento social e da melhoria da qualidade de vida”, como garante a Lei Nº 10.753, de 30 de outubro de 2003, que institui a Política Nacional do Livro (MARQUES NETO, 2010, p. 63), razão de ser das bibliotecas e objetos por excelência de qualquer ação de promoção da leitura, sequer são lembrados.

As recomendações para a seleção de acervo são as tradicionais – conhecimento da comunidade local e de suas demandas e necessidades; diversidade de temas, incluindo os assuntos da atualidade; obras que contemplem as várias áreas do conhecimento, considerando também a produção de escritores e editoras locais; consulta aos catálogos de editoras e distribuidoras, além de visitas a livrarias e acompanhamento, através de jornais e revistas, dos lançamentos de livros literários; sugestões de leitores; consideração das estatísticas analisadas - e em nada extrapolam o básico desse tipo de atividade. Já as orientações para a aquisição de livros desconsideram a legislação vigente no país, segundo a qual todos os recursos financeiros públicos devem ser gastos em consonância com a lei federal 8.666/93. Comprar livros – ou qualquer outro tipo de material - com recursos públicos é possível, mas não tão simples quanto faz parecer o Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas. O processo se complica consideravelmente se considerarmos que a grande maioria das cidades brasileiras não conta com livrarias e editoras, ficando as prefeituras municipais, instituições às quais as bibliotecas públicas são subordinadas, dependentes de empresas das grandes cidades e capitais, pois até mesmo aos municípios de médio porte falta esse tipo de comércio.

O manual trata de livros que chegam à biblioteca através de doação. Esses livros devem passar por triagem e somente o que interessa à biblioteca deve permanecer no acervo. Os demais livros, recomenda o documento, podem ser descartados ou encaminhados para outras instituições, mas o doador deve ser formalmente avisado dessa possibilidade através de carta de agradecimento pela doação. Existe, ainda, a possibilidade de crescimento e renovação do acervo através de permuta entre bibliotecas. Livros duplicados ou sem circulação em determinada biblioteca podem ser trocados por outros com outras bibliotecas da mesma cidade ou de cidades vizinhas. As novas aquisições devem ser divulgadas para a cidade através de cartazes, listagens enviadas a escolas e faculdades, anúncios no rádio e em jornais locais etc.

Outra orientação importante, segundo o manual, dispõe sobre a avaliação permanente do acervo, tendo em vista os interesses e as necessidades da comunidade a que a biblioteca atende. O crescimento da coleção deve ser observado de maneira que seja harmonioso e se evite “a constituição de grupos de materiais que não são utilizados por serem estranhos aos interesses da comunidade” (FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL, 2000, p. 64). Além disso, a biblioteca precisa estar atenta às demandas não atendidas, “para se evitar a perda de clientes”.

Por fim, o documento recomenda que sejam observadas as boas condições físicas dos livros e que os exemplares danificados sejam encaminhados para reparos ou que seja solicitada sua reposição. Mais uma vez, o Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas confirma o entendimento que tem sobre o que deve ser oferecido aos seus usuários, ignorando o princípio de que não se ensina o que o outro já sabe: o que ele já conhece e demanda. Numa constante avaliação do acervo, é produtivo que materiais que não circulem e não despertem o interesse dos leitores, apesar de sua devida exposição e divulgação, sejam repensados naquela coleção, podendo ser permutados com outras bibliotecas, ou até mesmo descartados.

No entanto, retirar de circulação materiais que não são utilizados porque são “estranhos aos interesses da comunidade”, isto é, porque seu conteúdo ou forma difere das demandas imediatas da população, é uma maneira de manter as pessoas restritas ao seu universo. Determinadas temáticas, como o saneamento básico em Curitiba ou a irrigação em plantações de caquis em Itabirito, por exemplo, dificilmente despertarão o interesse e a curiosidade dos leitores de uma biblioteca pública em Belo Horizonte, a não ser por alguns usuários com interesses bem específicos, que buscariam por essas informações, independente de elas estarem ou não disponíveis na biblioteca pública local.

Nesse caso, é pertinente que a permanência desse material seja mesmo repensada, de modo a potencializar e dar visibilidade a outros livros com mais chances de chegarem até os leitores. Mas alguns livros que podem, à primeira vista, parecer inadequados em determinada biblioteca, pois sua circulação é inexistente ou ninguém nunca procurou por eles, representam a possibilidade, mesmo que remota, de uma experiência intelectual para um futuro leitor. Nessa categoria se encontram os livros de literatura, de história, de filosofia, de filosofia da ciência, de teologia e muitos outros que ajudam a conhecer o mundo, a olhar para o outro e, principalmente, a experimentar, às vezes radicalmente, outras formas de pensamento.

Nas palavras do escritor turco Orhan Pamuk, prêmio Nobel de literatura em 2006, quando se refere à escrita de um romancista, a leitura de certos livros nos apresenta um “segundo mundo que exige ser levado em conta” (PAMUK, 2010, p. 266). Assim, a

existência de alguns títulos nas bibliotecas públicas representa a possibilidade de um encontro entre um livro e um leitor. O mero estranhamento que possam provocar frente aos interesses imediatos da comunidade não pode se constituir numa privação para um leitor, mesmo que esse último nunca se apresente. É de possibilidade e de leitores que tratamos aqui, não de probabilidades e clientes. Como afirma Patte (2012, p. 93), numa referência ao público infantil que pode ser estendida aos adultos, “seria redutor e artificial limitar-se às demandas explícitas das crianças, sem correr o risco de levá-las a explorar novos territórios. O bibliotecário é um barqueiro”. Sim, o bibliotecário é um barqueiro que possibilita a passagem de uma margem à outra, que oferece leituras que vão além da demanda imediata, que extrapolam o conhecido. Que apresenta um acervo diversificado, com gêneros textuais distintos, autores de diversas nacionalidades e abordagens.

Em relação à formação do acervo, o Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas apresenta, ainda, orientações sobre a identificação de obras raras, o descarte ou a baixa de livros e a projeção de crescimento da coleção.

4.1.4 Os serviços e as atividades de incentivo à leitura

Biblioteca pública: princípios e diretrizes também apresenta recomendações que têm como objetivo tratar dos serviços e atividades que devem ser oferecidos pelas bibliotecas públicas, de maneira que elas se constituam como um espaço de acesso à informação. O documento declara que o acesso à informação e a geração e a transmissão do conhecimento são “ingredientes essenciais para a inserção do indivíduo na sociedade atual”, embora não explicita de que maneira e por que. Além disso, sustenta o Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas, “a leitura é fonte de lazer e de prazer e deve fazer parte do cotidiano de todos os indivíduos, inclusive dos profissionais que atuam nas bibliotecas, para que possam desempenhar o papel de mediadores de leitura” (FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL, 2000, p.93).

A leitura como “um meio para aquisição e transmissão de conhecimento” e “fonte de prazer e lazer” (p.93), como declara o manual, precisa ser discutida a fundo, especialmente se a ideia de conhecimento sugerida ao longo do documento mais se aproxima do conceito de informação que de

procedimentos compreensivos por meio dos quais o pensamento percebe representativamente um objeto utilizando recursos imaginativos diversos

(como a intuição, a contemplação, a classificação, a mensuração, a analogia, a observação), os quais, sendo historicamente produzidos, dependem dos modelos filosóficos e científicos que os originaram,

como o conhecimento é entendido por Britto (2012, p. 128). Pela ótica da aquisição e transmissão, a cultura escrita fica reduzida a continente do conhecimento e deixa de ser, em si mesma, uma forma de construção do mesmo. O leitor não se constitui como um participante ativo do sistema escrito, mas sim como receptor de ideias e verdades que já foram criadas e que lhe cabem receber e adquirir. O conhecimento, principalmente quando é de informação que se fala, pode ser adquirido e transmitido de diversas maneiras, independente da leitura: diálogos e conversas entre pessoas, programas de rádio ou televisão, reuniões comunitárias etc. Ao problematizar a ideia, já cristalizada num lugar-comum, de que a leitura leva ao conhecimento, Britto (2012, p. 44) afirma que

se [o sujeito] não tiver formação razoável e entusiasmo para tanto, de pouco lhe valerá qualquer estímulo à leitura ou instruções de como ler. Por isso, faz-se necessário fazer a crítica à máxima tão difundida de que a leitura conduz ao conhecimento e assumir que se trata exatamente do contrário: é o conhecimento que promove a leitura.

O prazer e o lazer, por suas vezes, vêm por inúmeras outras vias, desnecessárias de serem listadas aqui. No entanto, quando associados à pedagogia da leitura, esses termos precisam ser questionados. Mais que como condição necessária à participação social num mundo regido pela letra e que uma forma de educação intelectual, a leitura vem sendo oferecida como prazer e felicidade. Essa promessa não é de todo equivocada, mas a trajetória a ser percorrida entre a letra e esses sentimentos e até mesmo sua existência é, muitas vezes, desconhecida por professores, bibliotecários, editores e gestores públicos que nisso sustentam suas proposições e ações. Para um leitor, ler é prazeroso: há deleite nas imagens produzidas pelas palavras, nas associações de ideias deflagradas pelo texto, na beleza construída pela escrita, na liberdade conquistada pelo pensamento, no tangenciamento da fantasia e até mesmo no sofrimento partilhado por um personagem. Porém, alcançar a condição de leitor que se abre a esse tipo de prazer exige trabalho, pois esse prazer não se estabelece somente pelo conteúdo do que se lê, mas pela junção de forma e conteúdo e pela compreensão do que se faz quando se lê.

Candido (2004, p.178) aborda a importância da forma, das palavras escolhidas e ajuntadas de tal ou qual maneira em um texto, oral ou escrito:

Quando digo que um texto me impressiona, quero dizer que ele impressiona porque a sua possibilidade de impressionar foi determinada pela ordenação recebida de quem o produziu. Em palavras usuais: o conteúdo só atua por causa da forma, e a forma traz em si, virtualmente, uma capacidade de humanizar devido à coerência mental que pressupõe e que sugere.

Também Cecilia Bajour ressalta a importância da forma em um texto literário:

Os textos literários nos tocam e nos questionam acerca de nossas visões sobre o mundo e nos convidam a perguntarmo-nos como viveríamos o que é representado nas ficções. Essa dimensão não é menor, já que na maioria das vezes é a porta de entrada para falarmos daquilo que os textos nos instigam. Antes de tudo, porém, eles são construção artística, objetos que dizem, mostram, calam e sugerem de um modo e não de outro. (BAJOUR, 2012, p. 26)

Assim, a sensação agradável e divertida de conhecer uma história, seu enredo, como a oferecida por uma telenovela, por exemplo, é bastante distinta do prazer vislumbrado no pacto entre um leitor e o texto. Ler e encontrar prazer na leitura pressupõe disposição para o trabalho intelectual: em primeiro lugar, é preciso decidir ler e encontrar tempo e condições para isso. Depois, são necessárias as habilidades lingüísticas para decifrar o código e transformá-lo em conteúdo. Junto a tudo isso, o conhecimento e o desvendamento das formas, inferências e analogias, conscientes e inconscientes, com outros conhecimentos, tempo de contemplação e reflexão, dentre muitos outros fatores. Desse modo, a promessa de prazer feita pela leitura em nada se aproxima do lazer e do entretenimento, mas se traduz numa convocação ao exercício intelectual e num convite a questionamentos, como afirma Barthes (2010, p. 20-21), para quem a leitura, o texto de prazer é

aquele que põe em estado de perda, aquele que desconforta (talvez até um certo enfado), faz vacilar as bases históricas, culturais, psicológicas do leitor, a consistência de seus gostos, de seus valores e de suas lembranças, faz entrar em crise sua relação com a linguagem.

O prazer de que fala Roland Barthes, o que deriva “efectivamente [d]o próprio acto de ler (sejam quais forem os conteúdos) que se sente como prática de fruição” (BARTHES & COMPAGNON, 1987, p. 187), está refletido no poema *Opiniões sobre a pornografia*, da poeta polonesa Wisława Szymborska, prêmio Nobel de literatura em 1996:

Não há devassidão maior que o pensamento.
Essa diabrura prolifera como erva daninha
num canteiro demarcado para margaridas.

Para aqueles que pensam, nada é sagrado.
O topete de chamar as coisas pelos nomes,
a dissolução da análise, a impudícia da síntese,
a perseguição selvagem e debochada dos fatos nus,
o tatear indecente de temas delicados,
a desova das ideias – é disso que eles gostam.
(...) (SZYMBORSKA, 2011, p. 85)

Na descrição dos serviços que as bibliotecas públicas devem oferecer, o manual detalha o *Serviço de referência e informação*, com orientações para que as demandas dos usuários, principalmente as de pesquisa escolar, sejam prontamente atendidas. O documento informa também sobre a educação e orientação dos usuários, através de visitas guiadas, guias, folhetos, cursos e palestras.

Apesar de ser um dos principais serviços oferecidos pelas bibliotecas públicas brasileiras, segundo o já citado Censo Nacional de Bibliotecas Públicas Municipais, as orientações e recomendações para o serviço de empréstimo domiciliar são bastante resumidas. Segundo o documento, o empréstimo domiciliar “visa, essencialmente, possibilitar ao leitor um maior tempo para a leitura já que muitas vezes os horários das bibliotecas não coincidem com as horas livres das pessoas, principalmente os adultos em idade ativa” (FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL, 2000, p. 94).

Essa é uma justificativa plausível para o empréstimo domiciliar, uma vez que, de fato, esse serviço permite que os usuários ampliem o tempo e os espaços para leitura, independente do horário de funcionamento da biblioteca. No entanto, o empréstimo domiciliar oferece muito mais que a estrita acessibilidade física ao livro. Poder emprestar um livro da biblioteca, levá-lo para casa, carregá-lo pela cidade, no trajeto para o trabalho, nas viagens de ônibus, na espera por uma consulta médica, na fila de um banco, nos finais de semana, nas horas antes do sono e em diversas outras situações significa inseri-lo no cotidiano, fazer uso dele no ritmo e no tempo do desejo e da necessidade de cada um.

Mesmo com tempo livre, não são muitos os leitores que se dispõem a ler uma biografia ou um romance de quatrocentas páginas sentados numa biblioteca. Nem sempre o tempo da leitura coincide com o tempo cronológico necessário à leitura de determinado número de páginas. Muitas vezes, os leitores precisam do livro ao alcance das mãos, aguardando a decantação de suas impressões.

De maneira geral, os regulamentos das bibliotecas não permitem tempo tão extenso, mas o empréstimo domiciliar pode ser considerado uma abertura para isso. No caso específico das crianças, levar os livros para casa tem significado especial, representando a possibilidade

do compartilhamento da leitura com os pais, de um momento de partilha dessa prática em família. Além de ser fundamental para os pequenos, pois na infância “a atitude dos familiares é determinante” e “o encontro com os pais é muito natural, necessário e fecundo” (PATTE, 2012, p. 256), o empréstimo domiciliar agrega, em torno dos livros, pais, irmãos, tios e avós, que talvez não se aproximem da leitura de outra forma.

Apesar de considerar o empréstimo domiciliar “fundamental para estimular a leitura em todos os segmentos da população”, o Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas não faz recomendações para a promoção desse serviço.

A título de *Serviços especiais, Biblioteca pública: princípios e diretrizes* apresenta várias sugestões de atividades para a promoção da leitura e para a valorização da biblioteca, com a recomendação de que sejam planejadas e executadas de acordo com a “técnica de segmentação de mercado – muito utilizada por empresas para lançar serviços e produtos no mercado”. Ainda, que sejam organizadas em forma de projetos para que “possibilitem a captação de recursos financeiros para sua execução” (FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL, 2000, p. 95). O Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas parece ignorar que a sociedade, a população, enfim, as pessoas não podem ser compreendidas e tratadas pelo poder público como cliente, como um mercado. A educação intelectual e o acesso ao conhecimento não podem ser oferecidos como produto para quem sabe demandar. Fazer da biblioteca pública uma instituição de educação permanente pública e democrática extrapola a identificação e o atendimento de necessidades imediatas. O desejo pelo conhecimento, distinto da vontade de ter um carro novo ou um corpo escultural como o da modelo da propaganda de cerveja, entra em conflito com o modelo proposto, pois ele é lentamente construído e se funda em questões alheias ao consumo, ao mercado. Além disso, cabe ao poder público a manutenção das bibliotecas públicas. Aliás, há grande probabilidade de que, ao ter em mente a captação de recursos, os projetos se apresentem como mais uma iniciativa em consonância com o mercado, de maneira a serem atraentes para os patrocinadores. Isso contraria a concepção de biblioteca pública como espaço para a reflexão, para a crítica, para o enfrentamento cotidiano da violência simbólica e para o combate à exclusão social.

As sugestões de atividades apresentadas pelo documento obedecem à lógica exposta. Apesar de ser inovador em algumas questões, considerada a data de sua publicação, como no atendimento adequando a deficientes visuais e quando recomenda a aproximação dos bebês com os livros e a valorização desse gesto junto a pais, mães e responsáveis, reconhecendo a importância da atenção a ser dispensada a essa faixa-etária, *Biblioteca pública: princípios e diretrizes* se equivoca em muitos aspectos nas atividades que sugere.

Para as crianças, recomenda “livros, quadrinhos, jogos, música, cinema, brinquedos e material para criatividade e arte (desenho, escultura, pintura, técnica de montar fantoches e marionetes), coleção de selos e moedas” (FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL, 2000, p. 95). Mesmo tendo como argumento a crença de que é na infância que se desenvolve “o gosto pela leitura e o hábito de utilizar a informação”, o manual pouco se atém a atividades ligadas à leitura. O livro e a cultura escrita são apresentados e sugeridos no bojo de outras diversas linguagens e ações que pouco tem a ver com a leitura. É importante ressaltar que as atividades de educação artística e as brincadeiras estimulam a criatividade e são muito importantes para as crianças, mas, num espaço consagrado à leitura, o protagonismo deve ser da letra em seus diversos suportes. Ao defender o trabalho com várias linguagens para a formação de leitores, tratando especificamente do ambiente escolar, Orlandi (2012, p. 52) afirma que

A convivência com a música, a pintura, a fotografia, o cinema, com outras formas de utilização do som e com a imagem, assim como a convivência com as linguagens artificiais poderiam nos apontar para uma inserção no universo simbólico que não é a que temos estabelecido na escola. Essas linguagens todas não são alternativas. Elas se articulam. E é essa articulação que deveria ser explorada no ensino da leitura, quando temos como objetivo trabalhar a capacidade de compreensão do aluno.

No entanto, observadas as recomendações feitas por *Biblioteca pública: princípios e diretrizes*, o que se constata é não a convivência de textos escritos com outras linguagens, mas sim o desaparecimento do livro e de outros suportes de leitura em proposições que tem, em tese, o objetivo de formar leitores. A preocupação com outras linguagens e, especialmente, com as novas tecnologias na formação de leitores, apresenta-se também em Canclini, para quem o fracasso nos programas de promoção da leitura se deve, além das desigualdades socioeconômicas, à não absorção do mundo digital:

Insistem em formar leitores de livros, e, à parte, espectadores de artes visuais (quase nunca de televisão), enquanto a indústria está unindo as linguagens e combinando os espaços: ela produz livros e também áudio-livros, filmes para o cinema e para o sofá e o celular (CANCLINI, 2008, p. 18).

Mas como formar leitores sem a letra, sem textos escritos? A convivência entre linguagens contribui para a ampliação do universo simbólico dos sujeitos e isso não está sendo recusado. Também não se questiona a importância que o mundo digital assume na contemporaneidade – para muito além do que o mercado produz e nos estimula a consumir a todo momento. O que colocamos em questão é a preservação do protagonismo que a letra

deve ter quando é de bibliotecas públicas e de formação de leitores que se trata. Citando Martín Barbero, Canclini afirma que “os saberes e o imaginário contemporâneos não se organizam, faz pelo menos meio século, em torno de um eixo letrado, nem o livro é o único foco ordenador do conhecimento” (CANCLINI, 2008, p. 33).

Esse entendimento é, aos nossos olhos, em parte equivocado, pois se os suportes para o registro do conhecimento e das manifestações culturais são muito mais diversos que há algumas décadas, ainda é a escrita que permite, de maneira geral, sua permanência no tempo: as informações nas telas dos computadores estão, na grande maioria das vezes, escritas e mesmo para acessar outras formas de registro, como vídeos ou fotografias, por exemplo, a letra se faz necessária; documentos, contratos, relatórios, correspondências ainda se realizam pela escrita; também é na escrita que o pensamento, as narrativas e as ciências se sustentam e são preservados; os milhões de mensagens enviadas pelos telefones celulares todos os dias são escritos. Ironicamente, no mesmo livro em que recusa a ideia do mundo contemporâneo organizado pela letra, o autor constata que

As telas de nosso século também trazem textos e não podemos pensar sua hegemonia como o triunfo das imagens sobre a leitura. É certo, porém, que mudou a maneira de ler. Os editores ficam mais reticentes frente aos livros eruditos de tamanho grande; as ciências sociais e os ensaios cedem suas estantes, nas livrarias, a best sellers de ficção ou de auto-ajuda, a discos e vídeos. Nas universidades massificadas, os professores com trinta anos de experiência comprovam que cada vez se lê menos livros e mais xerox de capítulos isolados, textos curtos obtidos na internet, que comprimem a informação (CANCLINI, 2008, p. 58).

Se a biblioteca pública tem como missão ser um centro de educação permanente e contribuir para o desenvolvimento intelectual da população, não podemos aceitar confortavelmente o panorama constatado por Canclini. Mais do que nunca, as bibliotecas públicas devem se fortalecer como espaço democrático de resistência contra a transformação do conhecimento em mais uma forma de consumo. Nas palavras de Geneviève Patte:

Toda biblioteca se organiza em torno do desejo de conhecer, de informar-se, distrair-se e encontrar-se. Lugar de leitura, ela favorece as relações livres das crianças com suas leituras e com as pessoas”, afirma PATTE (2012, p. 228). Ainda, “a biblioteca, porque é um lugar de leitura, necessita de um modo de vida especial (PATTE, 2012, p. 229-230).

Lugar de leitura, lembra mais de uma vez Geneviève Patte, a biblioteca pública pode acolher outras linguagens e atividades, mas seu entendimento como lugar de leitura precisa

ser preservado. O convite ao livro, especialmente às crianças, deve ser traduzido também no tempo de cada uma delas, no direito a não fazer nada, ao silêncio. Não se trata do silêncio imposto pelas regras, mas sim da ausência de estímulos, demandas e orientações, do respeito ao tempo livre, ao compromisso apenas com o devaneio. Mais que tudo: a biblioteca, lugar de leitura, deve se apresentar como um espaço de resistência a um modo de vida que nos obriga à excitação, à interação e à felicidade imposta. Ao risco de uma criança quieta na biblioteca, oferece-se um brinquedo, um jogo, uma marionete. É preciso considerar que atividades desenvolvidas em grupo e já presentes no cotidiano das crianças são, verificadamente, mais sedutoras e atraentes, a princípio, para esse público. No entanto, a biblioteca deve estar atenta para que a leitura, seu principal objetivo, seja sempre favorecida. Num depoimento, Patte (2012, p. 291) relata sua experiência:

Leitores assíduos da biblioteca nos disseram como haviam cessado de ler quando o teatro na biblioteca tinha tomado para eles tamanha importância que não encontravam mais tempo para leitura! A questão não é que os leitores sejam envolvidos com o teatro, porque é bem normal que eles encontrem um modo de expressão que lhes convenha. Mas, se algumas formas de animação ocupam espaço demasiado, elas podem se tornar uma barreira entre a criança e o livro.

Abordando a ideia de “animação” que muitas vezes permeia os projetos de estímulo à leitura, especialmente com as crianças, Cecilia Bajour chama a atenção para a espetacularização que minimiza ou até mesmo exclui o livro e a leitura das atividades que se propõem a formar leitores:

Um “animar a ler” que em muitas propostas se mostrou ou se mostra associado a uma série de práticas que buscam espetacularizar o ato de ler, convertê-lo em um show ou em um jogo superficial, em que muitas vezes os livros e a leitura acabam ficando em segundo plano ou, em casos mais extremos, nem aparecem. Essa tendência, que poderíamos chamar de ‘ativista’, costuma partir de premissas negativas que não veem no ler um fazer, que partem do princípio de que só valem o que é exibido, ou pensam que se deve insuflar ares vitais ou espetaculares na leitura, como se esta fosse uma atividade catatônica ou de pouca intensidade. (BAJOUR, 2012, p. 80)

Ao se dedicar a atividades destinadas ao público jovem, o Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas evidencia o caráter utilitário que acredita que a biblioteca deva ter:

Jovens: diante dos sérios problemas acarretados pela evasão escolar, os jovens têm na biblioteca uma oportunidade de integração social e cultural. É

importante divulgar para esse grupo informações sobre treinamentos para empregos e carreiras, oportunidades de trabalho visando orientá-los para enfrentarem as dificuldades de inserção no mercado de trabalho. Deve-se, ainda, oferecer programas de aprendizagem no computador, programas multimídia e aconselhamento profissional. É de grande importância disponibilizar para os jovens material sobre saúde, folhetos de educação sexual, esporte e música (FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL, 2000, p. 96).

Essas recomendações, conscientemente ou não, contribuem para a cristalização de um sistema que mantém as pessoas nos lugares culturais, sociais e políticos em que elas estão. Ao jovem, o mesmo que já abandonou a escola, nessa visão de mundo, não cabe a busca pelo conhecimento, pelo pensamento autônomo, mas sim uma instrução mínima que lhe garanta um lugar no mercado de trabalho e que abasteça esse mesmo mercado com sua mão de obra treinada.

Quando sugere para os homens atividades de “planejamento familiar, cuidados com as crianças, livros tipo ‘faça você mesmo’, informações sobre empregos, como usufruir de auxílios e de financiamentos para pequenas e médias empresas” e para as mulheres

além de cursos específicos, inclusive de artesanato, uma coleção especial com revistas e livros de artesanato, puericultura, sexo, casamento e violência no lar, tóxicos e juventude desperta o interesse das mulheres. Semanas especiais, do tipo ‘Semana da Mulher’, com atividades variadas, são um bom começo para atrair esse tipo de leitor. O artesanato, por ser uma atividade comum à vida urbana e rural, é de grande importância para atrair as mulheres para a biblioteca. Na área rural e periferia das grandes cidades é, geralmente, um passo inicial para a leitura e para a participação na vida cultural da comunidade (p. 96),

o manual é preconceituoso na medida em que determina o interesse de sujeitos de maneira sexista e restrita ao que seus autores acreditam ser a função masculina – sustento e administração familiar, atividades manuais, a busca por emprego e por oportunidades de trabalho – e a feminina – atividades artesanais, cuidados com o lar e com os filhos – na sociedade. Além disso, faz a distinção do que pode interessar à mulher pobre, que vive na zona rural e na periferia das grandes cidades, e não interessa às representantes do mesmo gênero das classes menos desfavorecidas. Afirma, ainda, que atividades de artesanato podem ser uma forma de atrair as mulheres para as bibliotecas. Nesse ponto, é preciso fazer uma pausa para buscar elementos que nos permitam entender a aproximação de uma coisa, atividades artesanais “femininas” (tricô, crochê, bordado, pintura em tecido etc.), com o que é, por definição, o objeto de trabalho de uma biblioteca, isto é, textos literários, informativos,

referenciais, narrativas por imagens, em seus mais diversos suportes (livros, revistas, jornais, arquivos eletrônicos, computadores etc.). Grosso modo, o que uma coisa tem a ver com a outra?

Quanto mais avança em suas propostas, mais o manual evidencia a concepção que tem o Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas do que deve ser a ação bibliotecária no país. Quando se refere aos idosos, a publicação demonstra a preocupação que sente com a “quantidade de solitários” da terceira idade: “saúde, exercícios, recreação e passatempos são alguns dos temas dos programas a serem oferecidos a grupos de idosos”. A eles, os idosos, também podem ser propostas entrevistas sobre a história da comunidade, num projeto de história oral, sugere o manual. É importante ressaltar que o documento não se atém à importância e ao alcance que pode ter um projeto de memória, como o sugerido para o público idoso, mas sim a uma forma de entreter esse público. Dessa maneira, ao contrário de um convite à leitura, ao pensamento e ao conhecimento, o que se propõe aos usuários da terceira idade, além da leitura dos jornais diários prescrita acima, são jeitos de passar o tempo.

Recomendações dessa natureza se estendem ao atendimento dos habitantes da área rural e da periferia (além das propostas para as mulheres que vivem nesses lugares, citadas acima, há outro item específico para esse estrato social):

estes são segmentos da comunidade que devem merecer uma atenção especial da biblioteca. Dentre os habitantes da área rural (...) encontra-se uma grande parcela de não leitores para os quais devem ser planejados e implantados serviços especiais. Esses segmentos da população não tem o hábito de usar a informação nem a biblioteca pública para apoiar as soluções de seus problemas cotidianos e auxiliar seu crescimento pessoal. A biblioteca deve ter um acervo apropriado para este segmento e procurar atingi-los por meio desse serviço (p. 96).

A leitura do texto não nos permite entender qual seria a atenção especial a ser dispensada a um público em grande parte analfabeto, que não costuma usar a biblioteca para a resolução de seus problemas e também para o seu crescimento pessoal. Qual seria o acervo apropriado, para além dos folhetos da Casa do Agricultor e da EMBRAPA e do programa televisivo Globo Rural, recomendados pelo manual, a um público que, sem fazer uso da biblioteca, resolve sozinho seus problemas cotidianos? Ao discorrer sobre as ações voltadas para os habitantes da zona rural e da periferia, o Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas não se deu conta da afirmação que faz e que desautoriza toda a atuação utilitária que vem propondo ao longo da publicação que aqui analisamos: as pessoas não precisam de livros, leitura e bibliotecas para resolver suas questões imediatas e para se ajeitarem na vida. Muita

gente trabalha e vive sem ler e escrever, sem participar do mundo que está escrito. O que vai se delineando ao longo da leitura de *Biblioteca pública: princípios e diretrizes* é que as recomendações para as bibliotecas públicas brasileiras têm no horizonte uma instituição utilitária e conformadora, que nem sequer vislumbra sua participação na educação intelectual da população.

Temas como higiene, planejamento familiar, doenças, plantas medicinais, dentre outros, devem ser gravados em material audiovisual para o público “onde a tradição oral é forte e o índice de analfabetismo ainda atinge altos níveis” (p. 97). É curioso observar que o uso da expressão *tradição oral* é comumente vinculado ao analfabetismo, como se a população alfabetizada, que lê e escreve, não fizesse parte, ela também, de uma tradição oral. De certa forma, ao Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas pode se atribuir um pioneirismo em relação a um movimento muito em voga nos dias de hoje, em que todas as informações, incluindo manuais de eletrodomésticos e instruções para os mais diversos tipos de atividades, desde receitas culinárias a editais de concursos públicos, são disponibilizadas em vídeo por páginas eletrônicas como o *youtube*. O que muitas vezes não se percebe, e acreditamos ser esse o caso do Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas, é que essa tentativa de aproximar o analfabeto das informações e do conhecimento que estão contidos na escrita, por outros meios, mais os afastam desse universo. É papel da biblioteca atender também à população analfabeta, oferecendo outros tipos de materiais, mas é incompreensível, do ponto de vista da missão a que a biblioteca pública se propõe, uma atuação que conforma os sujeitos à sua condição de exclusão.

Em que documentos, pensamentos, bases teóricas, intenções ou crenças essas recomendações se sustentam? Essas atividades nada mais fazem do que reproduzir e legitimar o lugar da ralé brasileira, elas contribuem para a naturalização da injustiça social, vestindo-se de ação bibliotecária e cultural. E por parecerem ser o que não são, por serem aceitas e reproduzidas sem questionamentos por bibliotecários, professores e agentes culturais e, o que é pior, serem produzidas e distribuídas pelo governo federal, essas recomendações se incluem no imenso rol das violências simbólicas, “aquele tipo de violência que não ‘aparece’ como violência”, segundo Jessé Souza, que o povo brasileiro experimenta todos os dias. O que uma biblioteca que oferece esses serviços e atividades possibilita, de fato, aos seus usuários? Se a biblioteca pública concebida e recomendada pelo Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas se pauta no Manifesto da Unesco, documento base para esse manual, “na igualdade de acesso para todos, independente de idade, raça, sexo, religião, nacionalidade, língua, status social”, e se deve ser “a porta de entrada para o conhecimento”, proporcionando “condições básicas

para a aprendizagem permanente, autonomia de decisão e desenvolvimento cultural dos indivíduos e grupos sociais”, e materializa essas diretrizes em atividades como as propostas, quais são as perspectivas a médio e longo prazo?

Numa sociedade meritocrática, que trata igualmente aos desiguais, a biblioteca pública deveria tomar para si, de fato, a função de ser um espaço para a educação permanente e uma mão estendida às classes menos favorecidas, como defende o próprio Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas ao discutir a função social da biblioteca pública.. Se sujeitos oriundos de classes sociais distintas, com capitais econômico e cultural muito diferentes, disputam, em supostas condições de igualdade, espaço na sociedade e no mercado de trabalho, a biblioteca pública não pode se render a uma lógica que escamoteia as verdadeiras formas de acesso ao conhecimento oferecidas à população, principalmente à camada mais pobre. Aceitando como legítimas as recomendações feitas pelo Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas e as colocando em prática, a biblioteca pública fortalece as precondições sociais, morais e culturais que permitem a apropriação desigual do conhecimento encerrado pela letra, dentre outras coisas. O acesso e a apropriação da cultura letrada não podem ser transferidos e creditados integralmente às capacidades individuais de cada sujeito, desconsiderando suas condições sociais. A acessibilidade aos livros e à leitura precisa ser pensada para além da gratuidade e do livre acesso aos serviços e atividades oferecidos pelas bibliotecas. Sem mudanças de ordem econômica e social, todos os esforços empreendidos para a democratização do acesso à leitura terão seu alcance reduzido, embora umas poucas exceções venham contrariando a regra e consolidando a crença de que basta ao sujeito se empenhar e se esforçar para conseguir seu lugar ao sol.

Com essa abordagem, o Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas escancara a inconsistência entre o que recomenda conceitualmente, seguindo as diretrizes do Manifesto da Unesco sobre Bibliotecas Públicas, citado integralmente na publicação, e a prática estimulada junto às bibliotecas públicas municipais, que cristaliza o caráter unicamente utilitário da leitura e da informação em detrimento do conhecimento, como consigna Britto (2008, p. 101):

Ao reproduzir pragmaticamente as determinações da cultura de massa, ao reproduzir obedientemente o que estabelece o sistema, ao acreditar que formar-se é incorporar informações supostamente úteis e se ajustar ao que é solicitado, nada mais se faz que se manter preso ao universo alienado do senso comum, por mais complexa que se manifeste a emoção ou a razão.

Ao sujeito usuário da biblioteca pública, normalmente pertencente às classes populares, aluno ou ex-aluno da escola pública, fica negado, novamente, o acesso ao

conhecimento. Se por sua formação e por suas condições sociais esse acesso já é mais difícil e até mesmo improvável, ao “sobrevivente” que tenta percorrer um caminho diferente do que lhe foi destinado pela sociedade em que vive resta, na visão de mundo do Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas, uma formatação para atender ao mercado de trabalho travestida de ação bibliotecária.

Além da criação de um *Serviço de Informação à Comunidade*, que é “destinado a auxiliar indivíduos ou grupos, através de um banco de dados dos recursos e serviços disponíveis na comunidade”, com um caráter assumidamente utilitário, o que não se configura como um problema, o manual recomenda também os *Serviços de ação cultural*. Com a consideração pertinente de que em muitas cidades brasileiras a biblioteca pública é o único equipamento cultural existente, cabe a ela agregar em torno de si outras linguagens artísticas e manifestações culturais. O problema começa quando se afirma que “as atividades de ação cultural são de primordial importância para a promoção da leitura. Essas atividades possibilitam a divulgação e [a] familiarização com diferentes linguagens, formas de comunicação e promovem o exercício do diálogo e da expressão verbal”. São inquestionáveis os benefícios e os ganhos que o acesso a bens culturais traz para os indivíduos; assistir a uma encenação teatral ou a um filme, ouvir uma apresentação musical, participar de um debate sobre Folia de Reis e muitas outras atividades dessa natureza podem ampliar consideravelmente o universo simbólico do sujeito e, conseqüentemente, contribuir para sua formação como leitor. No entanto, afirmar que essas atividades são primordiais para a promoção da leitura revela um entendimento confuso sobre o tema. Primordial para a promoção da leitura são um texto e um possível leitor, e a clareza da biblioteca pública sobre essa questão. Todas as linguagens artísticas e culturais são importantes e é desejável que elas estejam presentes na biblioteca, mas não se pode perder de vista seu compromisso com a difusão do conhecimento registrado pela cultura escrita, para muito além do seu conteúdo: quando se fala de leitura, é da forma de aquisição do conhecimento – decodificação da letra, construção de significados para esse código decifrado a partir de outros conhecimentos e referências - que se fala.

5 O SISTEMA NACIONAL DE BIBLIOTECAS PÚBLICAS E O PLANO NACIONAL DO LIVRO E LEITURA

O Plano Nacional do Livro e Leitura, elaborado coletivamente a partir de discussões com gestores públicos, especialistas em leitura, professores, bibliotecários e sociedade civil, foi instituído por meio da Portaria Interministerial nº 1442, de 10 de agosto de 2006 pelos ministérios da Cultura e da Educação. Como horizonte,

pretende-se conferir a este Plano a dimensão de uma Política de Estado, de natureza abrangente, que possa nortear, de forma orgânica, políticas, programas, projetos e ações continuadas desenvolvidos no âmbito de ministérios – em particular os da Cultura e da Educação –, governos estaduais e municipais, empresas públicas e privadas, organizações da sociedade e de voluntários em geral, procurando evitar o caráter por demais assistemático, fragmentário e pulverizado com que se têm implementado essas iniciativas em nosso país, desde, pelo menos, o início do século XIX. (MARQUES NETO, 2010, p. 31)

O Plano tem como objetivo primeiro a garantia e a democratização do acesso à leitura e ao livro em todo o país e justifica sua necessidade e pertinência nos resultados apontados por distintos instrumentos de avaliação que apontam o insatisfatório desempenho em leitura da população brasileira: Mapa do Alfabetismo no Brasil (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – Inep / MEC, 2003), Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD (2009, IBGE), Indicador Nacional do Alfabetismo Funcional – INAF (Instituto Paulo Montenegro, 2001, 2005 e 2009), Programa Internacional de Avaliação de Estudantes – PISA (2000 e 2006), Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica – SAEB (2001, 2003 e 2006), Retratos da Leitura no Brasil 2001 (Câmara Brasileira do Livro, Sindicato Nacional de Editores e Livreros / Abrelivros) e 2007 (Instituto Pró-Livro) e Censo Nacional de Bibliotecas Públicas Municipais (Ministério da Cultura / Fundação Getúlio Vargas, 2009).

O Plano, que apresenta em seus textos uma considerável reflexão sobre leitura e bibliotecas no contexto social brasileiro, tem caráter de recomendação e oferece as diretrizes para as ações em prol da democratização do acesso e da valorização da leitura no país, através de quatro eixos:

1. Democratização do acesso;
2. Fomento à leitura e à formação de mediadores;
3. Valorização institucional da leitura e incremento de seu valor simbólico;
4. Desenvolvimento da economia do livro.

Conforme disposto no Art.2º da Portaria Interministerial que o instituiu, o Plano Nacional do Livro e Leitura é gerenciado pelos seguintes mecanismos colegiados: Conselho Diretivo, Coordenação Executiva e Conselho Consultivo.

O Conselho Diretivo, cujos membros não recebem qualquer remuneração pelas atividades desenvolvidas nessa instância, tem “como atribuição exercer o processo decisório sobre a coordenação e o gerenciamento do PNLL e estabelecer suas macro estratégias, bem como velar pela sua efetiva implementação” (MARQUES NETO, 2010, p. 98), e é composto por dois representantes do Ministério da Cultura, dois representantes do Ministério da Educação, um representante dos autores, um representante dos editores de livros e um representante de especialistas em leitura.

A Coordenação Executiva é composta por cinco membros representantes do Ministério da Cultura, Ministério da Educação, Fundação Biblioteca Nacional e entidades representativas dos bibliotecários que compõem a Câmara Setorial do Livro, criada pela Portaria nº 40, de 31 de maio de 2006, do Ministério da Cultura e tem como atribuições básicas “responder pela execução do Plano, cumprindo as decisões adotadas pelo Conselho Diretivo, estabelecendo as articulações com os gestores dos projetos e ações e adotando as demais providências necessárias à sua efetiva divulgação e implementação” (MARQUES NETO, 2010, p. 98-99). Como os membros do Conselho Diretivo, também não recebem qualquer remuneração pelas atividades desenvolvidas nessa instância. A Coordenação Executiva conta ainda com um Secretário Executivo, designado de comum acordo pelos ministros da Cultura e da Educação, com assento e voz no Conselho Diretivo, e com um Núcleo de Apoio Administrativo, que respondem pelo gerenciamento técnico e operacional do Plano, de acordo com as orientações estabelecidas pelo Conselho Diretivo.

O Conselho Consultivo é formado pelos membros da Câmara Setorial do Livro e tem como atribuição “assistir o Conselho Diretivo e a Coordenação Executiva no exercício de suas competências” (MARQUES NETO, 2010, p. 99).

O Plano conta, ainda, com o suporte técnico-operacional dos ministérios da Cultura e Educação para o seu gerenciamento, inclusive aporte de pessoal, se necessário, e celebração de convênios ou termos de parcerias para o referido fim. (MARQUES NETO, 2010, p. 99)

Ao se referir à formulação do Plano Nacional do Livro e Leitura, “resultado de um intenso debate público que traduziu nesses quatro eixos não apenas os principais problemas, mas também as linhas mestras de atuação” (MARQUES NETO, 2010, p. 166), Fabiano dos Santos Piúba, então diretor de Livro, Leitura e Literatura da Secretaria de Articulação Institucional do Ministério da Cultura, afirma que tanto o reconhecimento das lacunas

existentes quanto as proposições em torno delas são “parâmetros importantes para que os atores públicos e sociais possam definir suas políticas, programas, projetos e ações. São parâmetros que podem assumir, inclusive, um papel pedagógico na gestão das políticas públicas para o setor” (MARQUES NETO, 2010, p, 166).

A partir dessa afirmação, Fabiano dos Santos Piúba se refere a duas frentes de atuação do Ministério da Cultura que tomam como premissas o Plano Nacional do Livro e Leitura: a institucionalização da política de livro e leitura e o Programa Mais Cultura.

O Programa Mais Cultura “foi lançado em outubro de 2007 com três diretrizes fundamentais voltadas para a valorização da diversidade cultural brasileira: a democratização do acesso aos bens e serviços culturais, a qualificação dos ambientes sociais e a geração de emprego e renda por meio da cultura” (MARQUES NETO, 2010, p. 162). No campo da leitura, o Programa Mais Cultura teve como meta

dotar todos os municípios brasileiros com bibliotecas públicas, passando pela ação de modernização das bibliotecas com telecentros digitais e atualização e ampliação de acervos, mobiliários e equipamentos, até a construção de bibliotecas nas periferias dos grandes centros urbanos do país (MARQUES NETO, 2010, p. 162-163).

De acordo com a estrutura proposta para a implementação do Plano Nacional do Livro e Leitura (MARQUES NETO, 2010, p. 57), a Diretoria de Livro, Leitura e Literatura, vinculada à Secretaria de Articulação Institucional, “responsável por formular políticas, programas, projetos e ações de acesso, difusão, produção e fruição ao livro e à leitura” (MARQUES NETO, 2000, p. 57), deve se articular com a Fundação Biblioteca Nacional / Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas para a implantação e modernização de bibliotecas públicas municipais. Essa orientação está prevista para o Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas, elencadas pelo Decreto Presidencial nº 520, de 13 de maio de 1992, que o institui, e no rol de responsabilidades listadas por Ilce Cavalcanti, então sua coordenadora, em *Plano Nacional do Livro e Leitura: textos e história 2006 – 2010* (MARQUES NETO, 2010, p. 188): “Programa Mais Cultura – trabalho em conjunto com a CGLL / MinC para atender à modernização de bibliotecas públicas e os pontos de leitura”.

Tendo isso em vista e considerando que o Plano Nacional do Livro e Leitura se apresenta como um esforço para articular as ações pela democratização do acesso ao livro e à leitura, especialmente dentro de um mesmo ministério, podemos esperar coerência entre as iniciativas de formação e capacitação dos recursos humanos das bibliotecas públicas municipais do país empreendidas pelo Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas e o Plano.

No entanto, não há em *Um olhar diferenciado sobre a Biblioteca Pública: impactos da gestão inovadora*, publicado em 2009 pelo Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas e, portanto, num período em que já vigorava o Plano, reflexos conceituais e norteadores e nem mesmo referência ao Plano Nacional do Livro e Leitura.

Além de não haver convergência de entendimentos entre quem oferece as diretrizes, isto é, o Plano Nacional do Livro e Leitura, e quem em parte as executa, o Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas, em parceria com a Diretoria de Livro, Leitura e Literatura, *Um olhar diferenciado sobre a Biblioteca Pública: impactos da gestão inovadora* vai até mesmo na contramão das crenças professadas no Plano.

A publicação *Um olhar diferenciado sobre a Biblioteca Pública: impactos da gestão inovadora*, analisada ao longo deste trabalho, estimula e orienta os gestores das bibliotecas públicas municipais a pensarem estrategicamente suas ações, estabelecendo, a partir do conhecimento das comunidades onde estão inseridas, objetivos, metas e projetos para captação de recursos financeiros. Seus autores, vale lembrar, são o Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas e a Fundação Biblioteca Nacional, esta última, à qual o primeiro está vinculado e subordinado, com assento garantido na Coordenação Executiva do Plano Nacional do Livro e Leitura.

Enquanto o Plano Nacional do Livro e Leitura almeja ser legitimado como uma Política de Estado, sugerindo assertivamente a criação de uma Secretaria ou Instituto Nacional do Livro, Leitura e Literatura, estimulando e apoiando a formulação de planos setoriais estaduais e municipais e afirmando que “governos mostram que têm uma política efetiva para um setor quando criam marcos de legalidade e instrumentos gerenciais para sustentar investimentos suficientes para que aquele setor se desenvolva na escala necessária para o país” (MARQUES NETO, 2010, p. 16), o Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas recomenda explicitamente que o gestor da biblioteca faça um bom trabalho de relações públicas com as autoridades, de maneira a disputar recursos orçamentários (FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL, 2009b, p. 39).

O Eixo 1 – *Democratização do Acesso* e o Eixo 3 – *Valorização Institucional da Leitura e Incremento de seu Valor Simbólico*, com seus sub-eixos, seriam de grande valia nas discussões propostas pelo Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas, pois oferecem subsídios para a abordagem da leitura como prática social, para pensar a função e a legitimação da biblioteca pública como equipamento cultural, contemplando a mobilização das pessoas, a implantação de novas unidades, a incorporação e o uso das tecnologias da informação, estimulando o fortalecimento da rede existente no país.

O Eixo 2 – *Fomento à Leitura e à Formação de Mediadores* contribuiria bastante para o alcance dos objetivos do Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas, que tem na publicação de *Um olhar diferenciado sobre a Biblioteca Pública: impactos da gestão inovadora* o material a partir do qual serão realizados em todas as regiões brasileiras o “Curso de aperfeiçoamento e multiplicador dos profissionais que atuam nas bibliotecas públicas do país”. Neste eixo, o Plano Nacional do Livro e Leitura fala sobre projetos especiais e parcerias possíveis para a formação continuada dos trabalhadores das bibliotecas públicas, especialmente em conhecimentos específicos sobre leitura e literatura infantil e juvenil. Orienta, também, sobre a realização de atividades a serem desenvolvidas com grupos em situações de vulnerabilidade social, além de afirmar a importância da pesquisa e da troca de experiências para o fortalecimento da área.

Porém, mais que as descrições e recomendações eixo a eixo, que podem ser consideradas a materialização do Plano, os textos que o sustentam – introdução, justificativa, princípios norteadores, objetivos e metas, estrutura de implementação e financiamento – apresentam um consistente panorama dos esforços empreendidos nos últimos anos para a formulação e a consolidação de uma política pública para livro e leitura no país, além de fazerem a reflexão do porquê, do para quê e de que maneira, o que definitivamente falta a *Um olhar diferenciado sobre a Biblioteca Pública: impactos da gestão inovadora*.

Às orientações e recomendações do Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas faltam a reflexão e a sustentação teórica e conceitual do que propõem: as receitas para o desenvolvimento de práticas inovadoras retumbam no vazio, pois a instituição desconsidera o princípio de que é preciso entender por que e para que se faz algo para construir uma maneira de fazer que seja, no mínimo, coerente. Essa reflexão, oferecida pelo Plano Nacional do Livro e Leitura, iniciativa conjunta entre os ministérios da Educação e da Cultura, sendo que o Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas faz parte deste último, foi ignorada na elaboração de *Um olhar diferenciado sobre a Biblioteca Pública: impactos da gestão inovadora*. Ao que sugere a publicação através da forma que utiliza e das ideias que professa, a lacuna conceitual existente no documento também está presente no Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas.

6 CONCLUSÃO

A leitura crítica de *Biblioteca pública: princípios e diretrizes* e de *Um olhar diferenciado sobre a Biblioteca Pública: impactos da gestão inovadora*, a partir de duas categorias, leitura e biblioteca pública, à luz das competências legais do Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas e dos autores nesta pesquisa referenciados nos leva a algumas constatações e recomendações.

A primeira constatação é de que ao Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas falta a reflexão conceitual sobre a leitura. As duas publicações se eximem dessa discussão e não convidam seus leitores a pensarem a questão, mesmo porque ela não se apresenta como preocupação para o Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas.

Esta lacuna se reflete em todas as recomendações presentes nas publicações, desde as orientações para a concepção do espaço físico, a formação do acervo, os serviços e atividades a serem oferecidos, até a forma de gestão e de financiamento da biblioteca pública.

A ausência desta reflexão sugere um modelo de biblioteca pública que não reconhece na leitura, única forma de acesso autônomo ao conhecimento registrado pela letra, e na formação de leitores sua contribuição para a educação intelectual permanente da população.

A segunda constatação, em grande parte apreendida pela primeira, é a falta de compreensão do Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas sobre a função a ser desempenhada pelas bibliotecas no país. Ainda que, ao constatar a crescente desigualdade social brasileira, afirme que “cabe à biblioteca pública atuar, como instituição democrática por excelência, e contribuir para que esta situação não se acentue ainda mais e que a oportunidade seja oferecida a todos” (FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL, 2000, p. 17), nas recomendações que apresenta nas duas publicações em questão, o Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas reforça a conformação intelectual da população, o que garante as condições para a reprodução da desigualdade social.

A biblioteca pública, que deveria ser entendida como forma de acesso ao conhecimento de toda a população, especialmente das camadas pobres, pelas recomendações do Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas, privilegiam-se ações e espaço de lazer, de animação cultural e de informações utilitárias, desprovidos de qualquer convite ao pensamento e à reflexão pela leitura. Assim, em vez de oferecer atividades e serviços que promovam a inquietação e problematizem o senso comum, contribuindo para a formação do desejo pelo conhecimento, indica-se a direção oposta, com proposições que restringem o sujeito ao seu universo, ao pragmatismo do cotidiano.

A concepção de biblioteca pública descomprometida com a educação intelectual dos sujeitos fica mais evidente pela ausência de recomendações em torno da literatura, considerada por muitos autores o gênero textual, por excelência, para a formação de leitores críticos e questionadores do *status quo*, tanto na vida privada quanto na esfera pública e coletiva. Esse entendimento extrapola os limites disciplinares da pedagogia da leitura e encontra sustentação em outros campos do conhecimento, especialmente em estudos sobre a desigualdade social brasileira, como podemos verificar na afirmação do sociólogo Jessé Souza:

Na dimensão individual e existencial é quase sempre a ‘arte autêntica’ o contraponto às ilusões fáceis e infantilizadas da indústria cultural que se reproduz no ambiente do senso comum. Em grandes autores literários e em grandes cineastas, por exemplo, os dramas humanos possuem outra dimensão precisamente porque as ‘mentiras confortáveis’ são deixadas, corajosamente, de lado. As pessoas que fazem o esforço cognitivo e emocional de consumir ‘arte autêntica’ são também aquelas com maior possibilidade de se criticar e aprender, pelo menos em alguma medida, quem são de verdade. Do mesmo modo, as sociedades que explicitam seus conflitos e criticam seus falsos consensos sociais aprendem a melhorar também como ‘sociedade’ e não apenas como ‘mercado’. (SOUZA, 2009, p. 50)

Ao desconsiderar a importância da leitura literária, o Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas nega aos usuários a possibilidade de experimentar o olhar e a fantasia do outro, deslocados no tempo e no espaço, engendrados pela escrita. Nega também a possibilidade de imaginar e vislumbrar uma existência diferente da permitida por um modelo econômico perverso e pelo senso comum que, apoiados um em interesses individuais e outro na ignorância, nem precisam se esforçar para naturalizar as injustiças sociais. Ao não dizer da literatura, ao não entender a importância da leitura literária, o Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas exime as bibliotecas de sua mais importante missão: estimular perguntas e acolher questões que extrapolam o cotidiano, abrindo espaço para a compreensão do conflito no qual se dá a educação intelectual, para além do bom e do mau, do certo e do errado.

A terceira constatação é de que o Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas pensa e recomenda a gestão das bibliotecas na lógica do mercado, transferindo para os gestores a responsabilidade pela captação de recursos financeiros e meios de sua manutenção. Isso faz com que a biblioteca pública, que deveria ser espaço para o estímulo ao pensamento livre, sem amarras, submeta seus projetos e atividades a interesses externos, de maneira a parecer atraente para possíveis patrocinadores e para legitimar o investimento feito na instituição pelas prefeituras, demonstrando desconsiderar que o acesso à leitura é direito garantido por lei

ao cidadão e que cabe ao poder público a implantação e a manutenção de bibliotecas. Ao atuar nessa orientação, o Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas reforça a cultura personalista, em que as decisões são tomadas em função de relações outras, que não as de interesse público.

Por fim, constatamos o desencontro existente entre o Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas e o Plano Nacional do Livro e Leitura, que parecem não se reconhecer e até mesmo se desconsideram nas recomendações e proposições que fazem um e outro para a mesma área, com os mesmos objetivos, dentro de uma mesma instância governamental, a partir de 2006, o que fragiliza a formulação e a consolidação de uma política pública para leitura e bibliotecas públicas no Ministério da Cultura.

O Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas é a instituição com atribuições legais para orientação das bibliotecas públicas municipais do país, seja no diálogo direto com cada uma delas ou nas ações mediadas pelos Sistemas Estaduais. Em função de seus programas para modernização de bibliotecas, que contemplam a doação de acervo bibliográfico, móveis e equipamentos para as unidades municipais, além dos cursos e encontros para a formação continuada dos profissionais das bibliotecas, a instituição se tornou, ao longo do tempo, o principal interlocutor das prefeituras para a área dentro do Ministério da Cultura.

Considerando a falta de formação específica da maioria dos trabalhadores das bibliotecas públicas do país e a autoridade que o Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas representa para as prefeituras municipais, as duas publicações por ele oferecidas são a principal referência para o funcionamento das bibliotecas. Tendo em vista as constatações acima e as discussões apresentadas ao longo desta pesquisa, concluímos que as recomendações feitas pelo Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas através de *Biblioteca pública: princípios e diretrizes* (FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL, 2000) e *Um olhar diferenciado sobre a biblioteca pública: impactos da gestão inovadora* (2009) estão na contramão da construção de uma ação bibliotecária que promova a educação intelectual da população. As bibliotecas públicas devem ser um braço estendido na recusa da naturalização das desigualdades sociais, através da reflexão da condição de cada ser humano e da sociedade em que vive, via conhecimento encerrado pela cultura escrita.

Para que a ação bibliotecária via bibliotecas públicas avance qualitativamente no país, é preciso que o Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas se volte para a reflexão e a revisão de suas proposições.

Em primeiro lugar, que estimule e ofereça suporte conceitual para que as bibliotecas reflitam sobre sua função social. É preciso ter clareza de que uma prática consistente, que vise

à formação de leitores e contribua para a educação intelectual da população, se constrói a partir da reflexão teórica, que problematiza a rotina e oferece olhares diversos, e muitas vezes conflitantes, sobre uma mesma questão. É importante e produtivo que os trabalhadores das bibliotecas sejam convidados a pensar sua prática, que aprendam a avaliar suas ações e a propor desvios das soluções previamente aviadadas, numa ação intelectual de dentro para fora, que acontece desde o planejamento dos serviços e atividades a serem desenvolvidos.

A leitura é a única forma de acesso autônomo ao conhecimento registrado pela letra e, como tal, sua compreensão conceitual precisa ser proposta de maneira aprofundada. Ao Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas cabe a tarefa de promover o estudo do termo, que ampliará, não sem conflitos, a forma de os trabalhadores das bibliotecas pensarem as implicações do ato de ler, inclusive as interdições do não ler, num exercício intelectual que contribuirá para a recusa de soluções previamente estabelecidas pelo lugar-comum.

A leitura literária exige uma atenção especial, uma vez que não configura entre as preocupações do Sistema Nacional de Bibliotecas. É necessário que as bibliotecas públicas se empenhem na formação de leitores literários, que encontrem na literatura, forma e conteúdo, amparo e escuta para suas questões mais íntimas, que nada mais são que as angústias, os medos e os sonhos comuns a toda a humanidade.

As recomendações acima teriam mais efetividade se as instituições e setores responsáveis pela política pública para leitura e bibliotecas do Ministério da Cultura concentrassem esforços e investimentos em torno de objetivo e tarefa comum.

Por fim, cabe às escolas de Biblioteconomia do país fortalecer a discussão sobre a leitura e as bibliotecas públicas nos cursos de graduação e pós-graduação, de maneira a formar um profissional que entenda que uma prática consistente só é possível a partir de uma reflexão sólida, sistemática e perene sobre o que se faz.

7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADORNO, Theodor W. **Educação e emancipação**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

ANDRUETTO, María Teresa. **Por uma literatura sem adjetivos**. São Paulo: Pulo do Gato, 2012.

AVELAR, Gislayne; SORSY, Inno. **O ofício do contador de histórias**: perguntas e respostas, exercícios práticos e um repertório para encantar. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

BAILLY, Jean-Christophe. A tarefa do leitor. **Serrote**, São Paulo, v. 11, p. 13-35, jul. 2012.

BAJOUR, Cecilia. **Ouvir nas entrelinhas**: o valor da escuta nas práticas de leitura. São Paulo: Pulo do Gato, 2012.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2009.

BARTHES, Roland. **Aula**. São Paulo: Cultrix, [19--].

BARTHES, Roland. **O prazer do texto**. São Paulo: Perspectiva, 2010.

BARTHES, Roland; COMPAGNON, Antoine. Leitura. In: ENCICLOPÉDIA Einaudi, Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, v. 11, p. 184-206, 1987.

BORGES, Jorge Luis. **Cinco visões pessoais**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002.

BOURDIEU, Pierre; CHARTIER, Roger. A leitura: uma prática cultural – debate entre Pierre Bourdieu e Roger Chartier. In: CHARTIER, Roger (org.). **Práticas da leitura**. São Paulo: Estação Liberdade, 2011. p. 231-253.

BRASIL. Ministério da Educação. Ministério da Cultura. **Plano Nacional do Livro e da Leitura**. Brasília. Disponível em: <http://189.14.105.211/conteudo/pnll_download.pdf>. Acesso em: 15 mar. 2011.

BRITTO, Luiz Percival Leme. **Contra o consenso: cultura escrita, educação e participação**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2003.

BRITTO, Luiz Percival Leme. **Inquietudes e desacordos: a leitura além do óbvio**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2012.

BROADFIELD, A. **A philosophy of librarianship**. London: Grafton, 1949.

CALVINO, Ítalo. **Seis propostas para o próximo milênio**. São Paulo: Cia. das Letras, 1990.

CALVINO, Ítalo. **Um general na biblioteca**. São Paulo: Cia. das Letras, 2001.

CANCLINI, Néstor García. **Leitores, espectadores e internautas**. São Paulo: Iluminuras, 2008.

CANDIDO, Antonio. **Vários escritos**. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul; São Paulo: Duas Cidades, 2004.

CASTRILLÓN, Silvia. **O direito de ler e de escrever**. São Paulo: Pulo do Gato, 2011.

CENSO Nacional das Bibliotecas Públicas Municipais: estudo quantitativo: principais resultados. Realizado pela Fundação Getúlio Vargas e pelo Ministério da Cultura. Disponível em <<http://www.cultura.gov.br/site/wp-content/uploads/2010/05/microsoft-powerpoint-fgv-ap-minc-completa79.pdf>>. Acesso em: 22 ago. 2012.

CHAMBERS, Aidan. **Conversaciones**. México: FCE, 2008.

CHAUÍ, Marilena. **Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas**. São Paulo: Cortez, 2011.

CLIENTE. In: MICHAELIS. **Moderno dicionário da língua portuguesa**. São Paulo: Companhia Melhoramentos, 1998. p. 517.

COELHO, Teixeira. **Dicionário crítico de política cultural**. São Paulo: Iluminuras, 2004.

COMPAGNON, Antoine. **Literatura para quê?** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

CUNHA, Antônio Geraldo da. **Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Lexikon Editora Digital, 2007.

CUNHA, Murilo Bastos da. **Manual de Fontes de Informação**. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 2010.

DANA, John Cotton. Many side interest: how the library promotes it. In: McCRIMMON, Barbara. **American library philosophy – an anthology**. Hamden: Shoe String, 1975. p. 10-20.

DEWEY, Melvin. The profession. In: ELLSWORTH, Dianne J. & STEVES, Norman D. **Landmarks of library literature, 1876-1976**. Metuchen: Scarecrow Press, 1976. p. 21-23.

FARIAS, Fabíola. Indicadores e avaliações: números e resultados. **Revista Emília**, São Paulo, out. 2012. Disponível em: <<http://www.revistaemilia.com.br/mostra.php?id=243>> Acesso em: 6 jan. 2012

FONSECA, Edson Nery da. **Introdução à biblioteconomia**. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 2007.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler**: em três artigos que se completam. São Paulo: Cortez, 2009.

FUENTES, Carlos. **Este é meu credo**. Rio de Janeiro: Rocco, 2006.

FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL. **Biblioteca Pública**: princípios e diretrizes. Rio de Janeiro: FBN, 2000.

FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL. **Um olhar diferenciado sobre a Biblioteca Pública**: impactos da gestão inovadora – manual do dinamizador. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional/SNBP, 2009a.

FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL. **Um olhar diferenciado sobre a Biblioteca Pública**: impactos da gestão inovadora – manual do participante. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional/SNBP, 2009b.

GNERRE, Maurizio. **Linguagem, escrita e poder**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2009.

HOUAISS, Antônio. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

INCOMPRESSÍVEL. In: MICHAELIS. **Moderno dicionário da língua portuguesa**. São Paulo: Companhia Melhoramentos, 1998. p. 1142.

INSTITUTO Paulo Montenegro. Apresenta pesquisas sobre a qualidade do sistema de ensino no Brasil. Disponível em: <<http://www.ipm.org.br>>. Acesso em: 6 jan. 2012.

IRWING, Raymond. The library service in teh welfare state. In: GERARD, David. **Libraries in society: a reader**. London: Clive Bingley, 1978. p. 21-26.

JEVONS, Stanley. The rationale of free public libraries. In: GERARD, David. **Libraries in society: a reader**. London: Clive Bingley, 1978. p. 16-20.

KOTLER, Philip; ARMSTRONG, Gary. **Princípios de marketing**. 7. ed. Rio de Janeiro: Printice-Hall, 1995.

LACERDA, Nilma. **Bárbara debaixo da chuva**. Rio de Janeiro: Galera Record, 2010.

LACERDA, Nilma. **Casa da leitura: presença de uma ação**. Rio de Janeiro: Ministério da Cultura / Fundação Biblioteca Nacional, [200-].

LACERDA, Nilma. **Tortura e glória: fugas na ordem dos livros**. Belo Horizonte: Secretaria de Estado de Cultura / Superintendência de Bibliotecas Públicas, 2010.

LAJOLO, Marisa; ZILBERMAN, Regina. **Das tábuas da lei à tela do computador: a leitura em seus discursos**. São Paulo: Ática, 2009.

LAZER. In: CUNHA, Antônio Geraldo da. **Dicionário etimológico da língua portuguesa**. 3. ed. Rio de Janeiro: Lexikon Editora Digital, 2007. p. 468.

LAZER. In: MICHAELIS. **Moderno dicionário da língua portuguesa**. São Paulo: Companhia Melhoramentos, 1998. p. 1236.

LEITURA. In: HOUAISS, Antônio. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001. p. 1739.

LISPECTOR, Clarice. **Felicidade clandestina**. Rio de Janeiro: Rocco, 1998.

MACHADO, Ana Maria. **Silenciosa algazarra: reflexões sobre livros e práticas de leitura**. São Paulo: Cia. das Letras, 2011.

MACHADO, Aníbal. **Cadernos de João**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2002.

MANIFESTO por um Brasil literário. Disponível em <<http://www.brasilliterario.org.br>>. Acesso em: 10 out. 2012.

MARINHO, Marildes; CARVALHO, Gilcinei Teodoro. **Cultura escrita e letramento**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2010.

MARQUES NETO, José Castilho. **PNLL: textos e história**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010.

MATOS, Olgária. **Discretas esperanças: reflexões filosóficas sobre o mundo contemporâneo**. São Paulo: Nova Alexandria, 2006.

MEEK, Margaret. **En torno a la cultura escrita**. México: FCE, 2004.

MICHAELIS. **Moderno dicionário da língua portuguesa**. São Paulo: Companhia Melhoramentos, 1998.

MUELLER, Suzana P. M. Bibliotecas e sociedade: evolução da interpretação de função e papéis da biblioteca. **R. Esc. Biblioteconomia UFMG**, Belo Horizonte, v.13, n.1, p. 7-54, mar. 1984.

NICOLAJEVA, Maria; SCOTT, Carole. **Livro ilustrado: palavras e imagens**. São Paulo: CosacNaify, 2011.

NUNES, Benedito. **Crivo de papel**. São Paulo: Ática; Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional; Mogi das Cruzes, SP: Universidade de Mogi das Cruzes, 1998.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. **Discurso e leitura**. São Paulo: Cortez, 2012.

ORTEGA Y GASSET, Jose de. Mision del bibliotecario. In: **Obras completas de Jose de Ortega y Gasset**. Tomo V. Madrid: Revista do Occidente, 1947. p. 207-232.

OZ, Amós. **De amor e trevas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

PAIVA, Marília de Abreu Martins de. **Bibliotecas públicas**: políticas do Estado brasileiro de 1990 a 2006 (manuscrito). 2008. 140f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação). Escola de Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008.

PAMUK, Orhan. **Outras cores**: ensaios e um conto. São Paulo: Cia. das Letras, 2010.

PATTE, Geneviève. **Deixem que leiam**. Rio de Janeiro: Rocco, 2012.

PENNAC, Daniel. **Como um romance**. Rio de Janeiro: Rocco, 1993.

PERRONE-MOISÉS, Leyla. **Altas literaturas**. São Paulo: Cia. das Letras, 1998.

PETIT, Michèle. **Os jovens e a leitura**: uma nova perspectiva. São Paulo: Ed. 34, 2008.

PIGLIA, Ricardo. **O último leitor**. São Paulo: Cia. das Letras, 2006.

PIÚBA, Fabiano dos Santos. O futuro do PNLL está no presente. In: MARQUES NETO, José Castilho. **PNLL**: textos e história. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010. p. 161-166.

PROUST, Marcel. **Sobre a leitura**. Campinas, SP: Pontes, 2001.

PUTNAM, Herbert. 'Per contra'. In: McCRIMMON, Barbara. **American library philosophy** – an anthology. Hamden: Shoe String, 1975. p. 39-50.

QUEIRÓS, Bartolomeu Campos de. **Sobre ler, escrever e outros diálogos**. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

RAMOS, Graciliano. **Infância**. Rio de Janeiro: Record, 1986.

REYES, Yolanda. **Ler e brincar, tecer e cantar**: literatura, escrita e educação. São Paulo: Pulo do Gato, 2012.

RODRIGUES, Marta M. Assumpção. **Políticas públicas**. São Paulo: Publifolha, 2010.

SAID, Edward W. **Representações do intelectual**: as Conferências Reith de 1993. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

SHERA, Jesse H. **Foundations of education for librarianship**. New York: Bowker, 1972.

SILVEIRA, Fabrício José Nascimento da. **Biblioteca como lugar de práticas culturais**: uma discussão a partir dos currículos de Biblioteconomia no Brasil. 2007. 246f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação). Escola de Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007.

SOARES, Magda. Práticas de letramento e implicações para a pesquisa e para políticas de alfabetização e letramento. In: MARINHO, Marildes. CARVALHO, Gilcinei Teodoro. **Cultura escrita e letramento**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2010. p. 54-67.

SOUZA, Jessé. **A ralé brasileira**: quem é e como vive. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

SUAIDEN, Emir. **Biblioteca pública e informação à comunidade**. São Paulo: Global, 1995.

SZYMBORSKA, Wisława. **Poemas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

TODOROV, Tzvetan. **A literatura em perigo**. Rio de Janeiro: Difel, 2009.

UNESCO. **Manifesto da Unesco para bibliotecas públicas**. 1994. Disponível em: <<http://www.ifla.org/VII/s8/unesco/port.htm>> Acesso em: 22 mar. 2011.